Exploração AVI PL, Lda.

PROJETO DE AMPLIAÇÃO

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

Volume 3 – Anexos Técnicos

dezembro 2023

Nota de Apresentação

A empresa Engisaúde – Ambiente, Saúde e Formação, Lda., apresenta o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Projeto de Ampliação da Exploração AVI PL, Lda, localizada no lugar do Passal, freguesia de Pinheiro, concelho de Oliveira de Frades e distrito de Viseu.

Do presente estudo fazem parte as seguintes peças:

- Resumo Não Técnico
- Relatório Técnico (correspondente ao presente volume), constituído por:
  - Capítulo 1 – Introdução
  - Capítulo 2 – Metodologia Geral e Estrutura do Estudo de Impacte Ambiental
  - Capítulo 3 – Objetivos e Justificação do Projeto
  - Capítulo 4 – Descrição do Projeto
  - Capítulo 5 – Descrição da Situação Atual do Ambiente
  - Capítulo 6 – Identificação e Avaliação dos Impactes
  - Capítulo 7 – Análise de Riscos
  - Capítulo 8 - Impactes Cumulativos
  - Capítulo 9 - Medidas de Minimização dos Impactes Identificados
  - Capítulo 10 – Matriz Síntese de Impactes
  - Capítulo 11– Monitorização
  - Capítulo 12 – Lacunas de Conhecimento
  - Capítulo 13 - Conclusão
  - Capítulo 14 - Referências Bibliográfica
- Anexos Técnicos
- Peças Desenhadas

Viseu, dezembro 2023

Índice

1 Introdução 4
2 Documentos Administrativos 4
3 Solos e Capacidade de Uso dos Solos 23
3.1 A formação do Solo 23
3.2 Caracterização dos Solos presentes na área em estudo 24
3.2.1 Cambissolos humicos (Solos Litolicos Humicos) 24
3.2.1.1 Descrição geral das Famílias 24
3.2.1.1.1 Dados analíticos físicos e químicos 24
3.2.1.1.2 Considerações sobre a génese 25
4 Recursos Hídricos e Qualidade da Água 26
4.1 Qualidade da Água 26
4.1.1 Análise da água 26
4.1.2 Implicações tóxicas 26
4.1.2.1 Poluição das águas 26
4.1.2.1.1 Metais pesados e compostos orgânicos voláteis 26
4.1.2.1.2 "Águas duras" 28
4.1.2.2 Desinfeção das águas 28
4.1.2.2.1 Compostos de amónio quaternário 28
4.1.3 Nutrientes 28
4.1.4 Matéria Orgânica 29
4.1.5 Chuvas Ácidas 30
4.2 Declaração da Camara Municipal 32
5 Qualidade do Ar 33
5.1 Principais Fontes e Efeitos dos Poluentes Analisados 33
6 Sistemas Ecológicos 34
6.1 Flora e Vegetação 34
6.1.1 Vegetação Potencial 34
6.1.2 Autorização de abate de sobreiros 37
6.2 Fauna 40
6.2.1 Valorização das espécies que potencialmente ocorrem na área em estudo 40
6.2.2 Elenco Faunístico das espécies passiveis de existirem na área em estudo 42
6.2.2.1 Aves 42
6.2.2.2 Mamíferos 43
6.2.2.3 Herptofauna 44
7 Património 44
7.1 Registo Cartográfico 50
7.2 Cópia do ofício de autorização para a realização dos trabalhos 64
7.3 Ficha de Sítio 67
7.4 Registo Cartográfico 68
7.5 Comprovativo de envio do relatório à entidade 71
8 Comprovativos de recolha de Resíduos e Subprodutos 73
9 Áreas Regulamentares 79
10 Relatório de Ruido 87

1 Introdução

No presente documento apresenta-se o Volume 3 - Anexos Técnicos – do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Projeto de Ampliação Exploração Avícola localizada no lugar do Passal, freguesia de Pinheiro, concelho de Oliveira de Frades e distrito de Viseu.

O proponente do projeto de ampliação é a Exploração AVI PL, Lda, com número de identificação fiscal (NIF) 510805256, sede social no Lugar do Passal, 3680-176 Pinheiro de Lafões, concelho Oliveira de Frades, distrito de Viseu.

2 Documentos Administrativos

REPÚBLICA PORTUGUESA | AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

LICENÇA DE EXPLORAÇÃO (Classe 1)

188 / 2022

Processo nº 024739/02/C

Nos termos do n.º 1 do Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 81/2013 de 14 de Junho, que aprova o Novo Regime de Exercício da Actividade Pecuária - NREAP - é concedida a presente Licença de Exploração à actividade pecuária, abaixo identificada.
Fazem parte integrante desta decisão as condições impostas para o exercício da actividade estabelecidas na Licença Ambiental, caso exista, bem como as fixadas no Auto de Vistoria , de *07* de *Dezembro* de *2022*.

1. Identificação do Requerente / Titular
Nome/Designação Social: AVI PL, LDA - NIF: 510805256
Morada/Sede Social: LUGAR DO PASSAL, PINHEIRO DE LAFÕES
Código Postal: 3680 / 176 - PINHEIRO OFR

2. Caracterização da Actividade / Exploração Pecuária
Denominação: AVI PL, LDA - NRE: 2187020
Localização (concelho/ freguesia/local): OLIVEIRA DE FRADES, PINHEIRO, TAPADO DA CRUZ

NP	Espécie/Área animal	Sistema de exploração	Tipo de Produção	Capacidade (CN)	Marca
1	Aves	Intensivo	Produçao de carne	495,9	PTHT7AR-V

3. Condicionantes: Cumprimento das condições constantes do TUA20200617000182

4.Observações: A manutenção desta licença de exploração está condicionada ao cumprimento das disposições legais inerentes às respectivas actividades, especificamente as constantes do Decreto-Lei 81/2013 de 14 de Junho e respectivas Portarias Regulamentares.

Castelo Branco, *29* de *Dezembro* de *2022*

O Diretor Regional

Fernando Carlos Alves Martins

Vanda Batista

Diretora Regional Adjunta
de Agricultura e Pescas do Centro

Município
Oliveira de Frades
CÂMARA MUNICIPAL

ALVARÁ DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO N.º 51 / 2023

PROCESSO N.º 01/2023/50

JOSÉ PAULO MONTEIRO LOUREIRO, CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DO PLANEAMENTO, URBANISMO E AMBIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FRADES, por delegação, nos termos do n.º 1 do artigo 74º. do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a sua redação atual, é emitido, o Alvará de Licenciamento de Construção n.º **51 / 2023** em nome de **Avi PL, Lda**, contribuinte n.º **510805256**, que titula a aprovação das obras que incidem sobre o prédio sito em Paul - Pereiras, da freguesia de Pinheiro, descrito na Conservatória do Registo Civil e Predial de Oliveira de Frades sob o n.º 4495 e inscrito na matriz sob o art.º 5335 da respetiva freguesia.

As obras, aprovadas por Despacho de 25/10/2023, respeitam o disposto no Plano Director Municipal e apresentam as seguintes características:

Tipo de Construção: **Construção**;
Área de Construção: **2519,00 m²**
Área de Implantação: **2519,00 m²**;
Volumetria: **7557,00 m³**;
N.º pisos acima da cota de soleira: **1**;
N.º pisos abaixo da cota de soleira: ;

N.º de fogos: **0**;
Superfície habitável: **m²**
N.º de divisões por fogo: ;
Cércea: **3,00** m;
Utilização: **Aviário**

CONDICIONANTES DE LICENCIAMENTO: Não tem

PRAZO DE VALIDADE DA LICENÇA Início: **05/12/2023** Termo: **04/12/2024**

Dado e passado para que sirva de titulo ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual.

O Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível do Planeamento, Urbanismo e Ambiente,

(José Paulo Monteiro Loureiro – Arqt.º/Eng.º Civil)

Registado na Câmara Municipal de Oliveira de Frades, sob o n.º 24019 em 27/11/2023 e pago por guia n.º 691 de 05/12/2023, no montante de 4471,25 €

TÉCNICO RESPONSÁVEL: Eng.º **Tânia Lopes Pereira**, inscrito na **Ordem dos Engenheiros da Região Centro** sob o n.º **75377.**
EMPREITEIRO: **MaterTorres - Materiais de Construção, L.da** – Morada: **Rua do Cruzeiro - Mogueirães, 1** Alvará de Construção n.º **65262**
ACIDENTES DE TRABALHO; Apólice n.º **AT61264010** – Companhia: **Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A.** – Válida até: **Ano e seguintes.**

Oliveira de Frades, 05 de dezembro de 2023

O Assistente Técnico

(Sónia Margarida Rodrigues Dias dos Santos)

1ª Prorrogação – Até ___/___/____ – Em ___/___/____ O Funcionário: _____

2º Prorrogação – Até ___/___/____ – Em ___/___/____ O Funcionário: _____

NIF : 501 306 234
Telef.: 232 760 300 / Fax.: 232 761 727
www.cm-ofrades.com
e-mail: cmofrades@mail.telepac.pt
N.º verde: 800 960 123

Engisaúde - Ambiente, Saúde e Formação

ORIGINAL
02-11-2023

Município
Oliveira de Frades

Exmo. Senhor (ª):

Avi PL, Lda

Passal

☐ REGISTADO
☒ REGISTADO COM A.R.

3680-176 PINHEIRO OFR

Sua referência:	*Sua comunicação de:*	*Nossa referência:*	*Data:*
Of. Nº:		*Of. Nº:* **8647**	**31/10/2023**
Proc. Nº:		*Proc. Nº:* **50/2023**	

ASSUNTO: **Construção de um aviário**
Local: Paul – Pinheiro de Lafões

Nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 121° e 122 do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 136/14, de 09/09, em conjugação com o disposto na alínea b) do artigo 66° do CPA (Código Processamento Administrativo), fica notificado(a) o destinatário do presente nos termos que a seguir se assinalam:

1 – APROVAÇÃO DO LICENCIAMENTO DA OBRA

Foi aprovado o licenciamento da obra mencionada em epígrafe, por esta Câmara Municipal, em sua **reunião/despacho de 25 de Outubro de 2023**, pelo que tem o prazo de um ano, contado desta notificação, para requerer, por escrito, o correspondente alvará de licença para executar a obra, juntando a documentação que se indica no ponto 2, sob pena de caducar a referida aprovação.

2 – DOCUMENTAÇÃO A APRESENTAR, COM O REQUERIMENTO ESCRITO, nos termos da Portaria, n.º 216-E/2008, de 03/03:

- ✓ Apólice/declaração de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho (lei nº 100/97, de 13 de Setembro);
- ✓ Alvará de industrial de construção civil, contendo a menção do empreiteiro que vai executar a obra, no valor projectado, contendo as autorizações adequadas, a verificar no acto da entrega da licença com a exibição do original do mesmo;
- ✓ Termos de responsabilidade assinados pelo director de fiscalização de obra e pelo director de obra;
- ✓ Plano de segurança e saúde;
- ✓ Termo de responsabilidade do construtor;

OBS: NO PRAZO DE 60 DIAS, A CONTAR DA DATA DE DELIBERAÇÃO/DESPACHO ACIMA REFERIDO, DEVE DIRIGIR-SE À REPARTIÇÃO DE FINANÇAS DESTE CONCELHO, E APRESENTAR ESTE OFICIO A FIM DE PROCEDER À ALTERAÇÃO DO PRÉDIO RÚSTICO PARA URBANO.

Nota: A aprovação é condicionada á apresentação das medidas de proteção relativas à resistência do edifício à passagem do fogo antes da emissão do alvará de obras de edificação.

Com os melhores cumprimentos,

O Vice-Presidente,

(José Luis Pinheiro de Lima, Dr.)

S.S.

>> 1/1

Lg. Dr. Joaquim de Almeida – 3680-111 Oliveira de Frades
Telef.: 232 760 300 / Fax.: 232 761 727
www.cm-ofrades.com
e-mail: cmofrades@mail.telepac.pt
N.º verde: 800 960 123

MOF.410_04

Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Frades — **Freguesia Pinheiro**

3842/20150115

registo predial online

Certidão Permanente

Código de acesso: PP-2782-41662-181005-003842

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

RÚSTICO
SITUADO EM: Prezas

ÁREA TOTAL: 2500 M2
ÁREA DESCOBERTA: 2500 M2

MATRIZ nº: 3225 NATUREZA: Rústica
COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:
Terra de mato. Norte, César Augusto Figueiredo; Sul e Poente, António Bastos Coutinho; Nascente, Maria Adelaide F. Martins.

O(A) Conservador(a)
Maria Manuela de Jesus Laranjeira

Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Frades
AP. 94 de 2021/09/27 2021/09/27 09:20:56 - ANOTAÇÃO
Representação Gráfica Georreferenciada

O(A) Conservador(a) de Registos
Maria Manuela de Jesus Laranjeira

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Frades.
AP. 821 de 2015/01/15 11:42:05 UTC - Aquisição
Registado no Sistema em: 2015/01/15 11:42:05 UTC
ABRANGE 9 PRÉDIOS

CAUSA : Sucessão Hereditária

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** RUI VASCO FERNANDES PEREIRA CORREIA
NIF 151694761
Casado/a com MARIA DO CÉU RAMOS TORRES BRANDÃO CORREIA no regime de Separação de bens
Morada: Rua Infanta Dª Maria, Edifício Teleférico, Porta 42
Localidade: Coimbra

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** ANTERO PEREIRA CORREIA
NIF 172405726
** GLÓRIA DA CONCEIÇÃO FERNANDES CORREIA

Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Frades **Freguesia Pinheiro**

3842/20150115

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

NIF 167395742

O(A) Conservador(a)
Maria Manuela de Jesus Laranjeira

REGISTOS PENDENTES

Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Frades
AP. 433 de 2023/10/17 - Aquisição

Certidão permanente disponibilizada em 22-09-2023 e válida até 22-03-2024

Declaração de Cedência

Eu, Jorge Manuel Simões dos Santos, portador/a do BI/Cartão do Cidadão nº 12326640-5ZX9 de —/—/—, emitido pelo Arquivo de Identificação de — e NIF 233200231, declaro que cedo o(s) prédio(s) rustico(s) em baixo descriminados,

a AVI PL. Lda,

portador/a do BI/Cartão do Cidadão nº — de —/—/—, emitido pelo Arquivo de Identificação de — e NIF 510805256, para efeitos de exploração e por um período que se inicia em 15-07-2019 e termina em 31-12-2029.

Nome do Prédio	Secção	Artigo	Área Total (ha)
Paul	—	3211	0,6600

Viseu, 15 de Julho de 2019

Jorge Santos

Assinatura conforme o BI/Cartão do Cidadão

AT autoridade tributária e aduaneira

CERTIDÃO DE TEOR

PRÉDIO RÚSTICO

Modelo A

SERVIÇO DE FINANÇAS: 2593 - OLIVEIRA DE FRADES

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Direcção-Geral dos Impostos
LOJA DO CIDADÃO
Unid. Orgânica das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo
3500 VISEU

IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

DISTRITO: 18 - VISEU **CONCELHO:** 10 - OLIVEIRA DE FRADES **FREGUESIA:** 05 - PINHEIRO

SECÇÃO: **ARTIGO MATRICIAL Nº:** 3211 **ARV:**

NOME/LOCALIZAÇÃO PRÉDIO

PAUL

CONFRONTAÇÕES DO PRÉDIO

Norte: ARMINDO FERREIRA MARTINS **Sul:** CUSTÓDIO MARTINS E OUTRO

Nascente: JOSÉ DA SILVA **Poente:** SERAFIM DIOGO

ELEMENTOS DO PRÉDIO

Ano de inscrição na matriz: 1974 **Valor Patrimonial Inicial:** €2,99

Valor Patrimonial Actual: €4,02 **Determinado no ano:** 1989

Área Total (ha): 0,660000

Descrição: PINHAL E MATO

TITULARES

Identificação fiscal: 233200231 **Nome:** JORGE MANUEL SIMÕES DOS SANTOS

Morada: , PINHEIRO DE LAFOES, 3680-176 PINHEIRO OFR

Tipo de titular: Propriedade plena **Parte:** 1/1 **Documento:** ESCRITURA PUBLICA **Entidade:** 600005917

Impresso no Serviço de Finanças de LOJA DO CIDADAO DE VISEU em 2019-07-15

O Chefe de Finanças

Maria Manuela Laranjeira
(em substituição)

(Maria Manuela Laranjeira)

COMODATO

------- PRIMEIROS: ---------- ----------

------- José Jorge Rodrigues dos Santos, NIF 104 626 240, natural da freguesia de S. Vicente de Lafões, concelho de Oliveira de Frades portador do bilhete número 1495030 de 13/01/2005 do S.I.C de Viseu e mulher Maria Clara Martins Simões Santos NIF 108 901 360, natural da freguesia de Souto de Lafões, concelho de Oliveira de Frades portadora do bilhete de identidade número 3690620 de 13/02/2008 do S.I.C de Viseu, casados no regime da comunhão de adquiridos e residente na freguesia de Pinheiro, concelho de Oliveira de Frades, o outorgante marido por si e na qualidade de gerente em nome e representação e com poderes para o acto da sociedade: ---------- ----------

------- AVI PL Lda NIPC e matrícula 510 805 256 da Conservatória de Registo Comercial de Oliveira de Frades com sede no lugar do Passal, freguesia de Pinheiro, concelho de Oliveira de Frades, com o capital social de seis mil euros. ----------

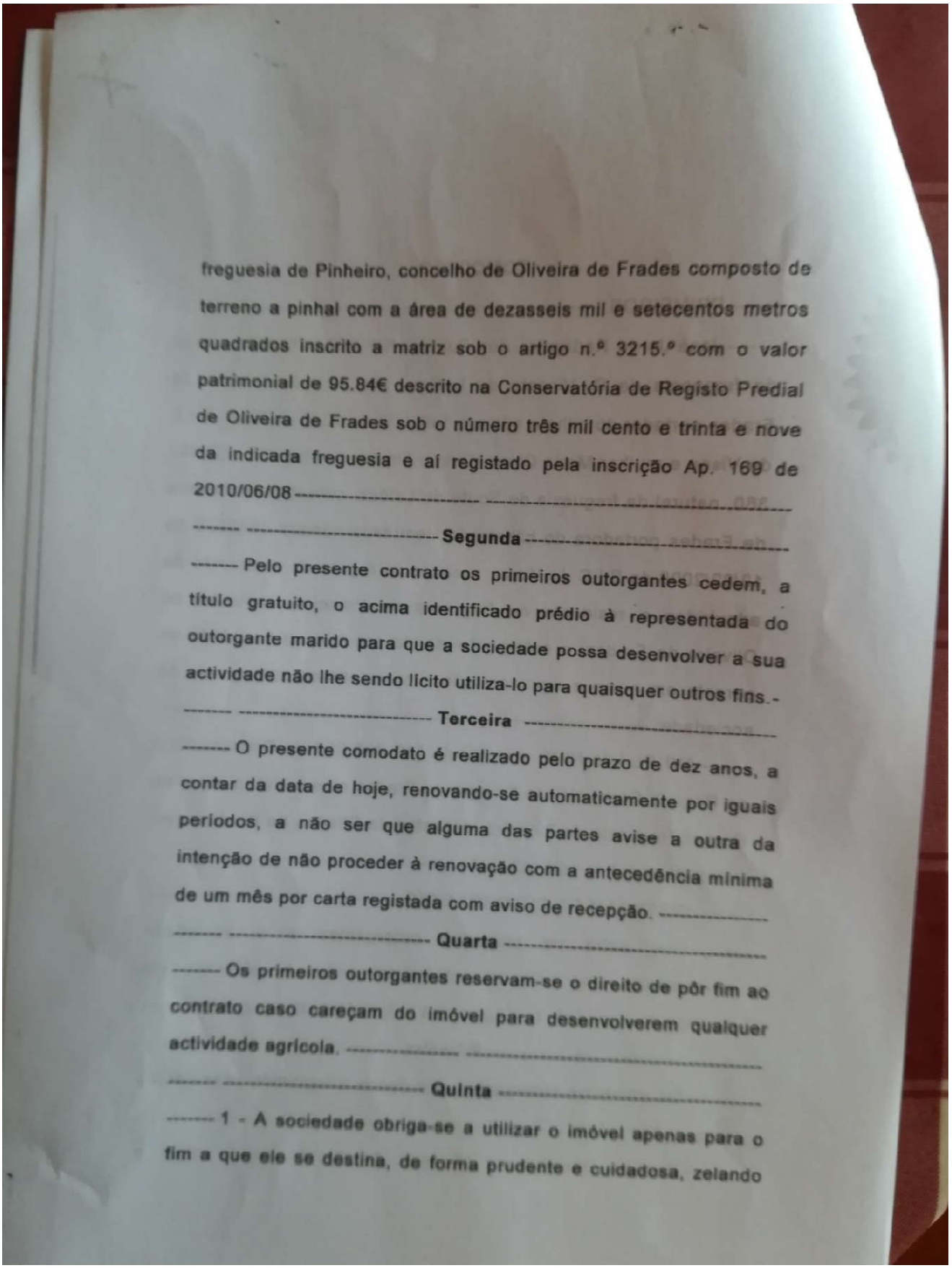
------- DISSERAM OS OUTORGANTES: ----------

------- Que entre os primeiros outorgantes e a sociedade representada pelo primeiro outorgante varão, é celebrado um contrato de comodato que se regerá pelas cláusulas seguintes: -----

------- ---------- **Primeira** ----------

------- Os primeiros outorgantes são donos e legítimos possuidores do seguinte prédio:---------- ----------

------- Rustico: denominado "Tapado da Cruz" sito no lugar e



freguesia de Pinheiro, concelho de Oliveira de Frades composto de terreno a pinhal com a área de dezasseis mil e setecentos metros quadrados inscrito a matriz sob o artigo n.º 3215.º com o valor patrimonial de 95.84€ descrito na Conservatória de Registo Predial de Oliveira de Frades sob o número três mil cento e trinta e nove da indicada freguesia e aí registado pela inscrição Ap. 169 de 2010/06/08 ----------

---------- **Segunda** ----------

------- Pelo presente contrato os primeiros outorgantes cedem, a título gratuito, o acima identificado prédio à representada do outorgante marido para que a sociedade possa desenvolver a sua actividade não lhe sendo lícito utiliza-lo para quaisquer outros fins.-

---------- **Terceira** ----------

------- O presente comodato é realizado pelo prazo de dez anos, a contar da data de hoje, renovando-se automaticamente por iguais períodos, a não ser que alguma das partes avise a outra da intenção de não proceder à renovação com a antecedência mínima de um mês por carta registada com aviso de recepção. ----------

---------- **Quarta** ----------

------- Os primeiros outorgantes reservam-se o direito de pôr fim ao contrato caso careçam do imóvel para desenvolverem qualquer actividade agrícola. ---------- ----------

---------- **Quinta** ----------

------- 1 - A sociedade obriga-se a utilizar o imóvel apenas para o fim a que ele se destina, de forma prudente e cuidadosa, zelando

pela conservação, arranjo e limpeza do mesmo, ----------

------- 2 – A sociedade deverá avisar imediatamente os primeiros outorgantes de qualquer dano ou estrago que se verifique tomando as providências necessárias para não agravar os danos. ----------

------- ---------- **Sexta** ----------

------- A sociedade obriga-se a restituir o imóvel no fim do contrato e a não ceder a sua posição a terceiros. ----------

------- ---------- **Sétima** ----------

------- Quaisquer despesas que se tornem necessárias ao cumprimento do presente contrato, nomeadamente com advogados, solicitadores, custas judiciais, e outros ficam por conta da sociedade, fixando-se o foro da comarca de Oliveira de Frades para a resolução de quaisquer litígios imergentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro. -- ----------

------- ----------**Oitava** ----------

------- Em tudo o que não estiver especificamente previsto no presente contrato observar-se-á o disposto no Código Civil sobre a matéria. ---------- ----------

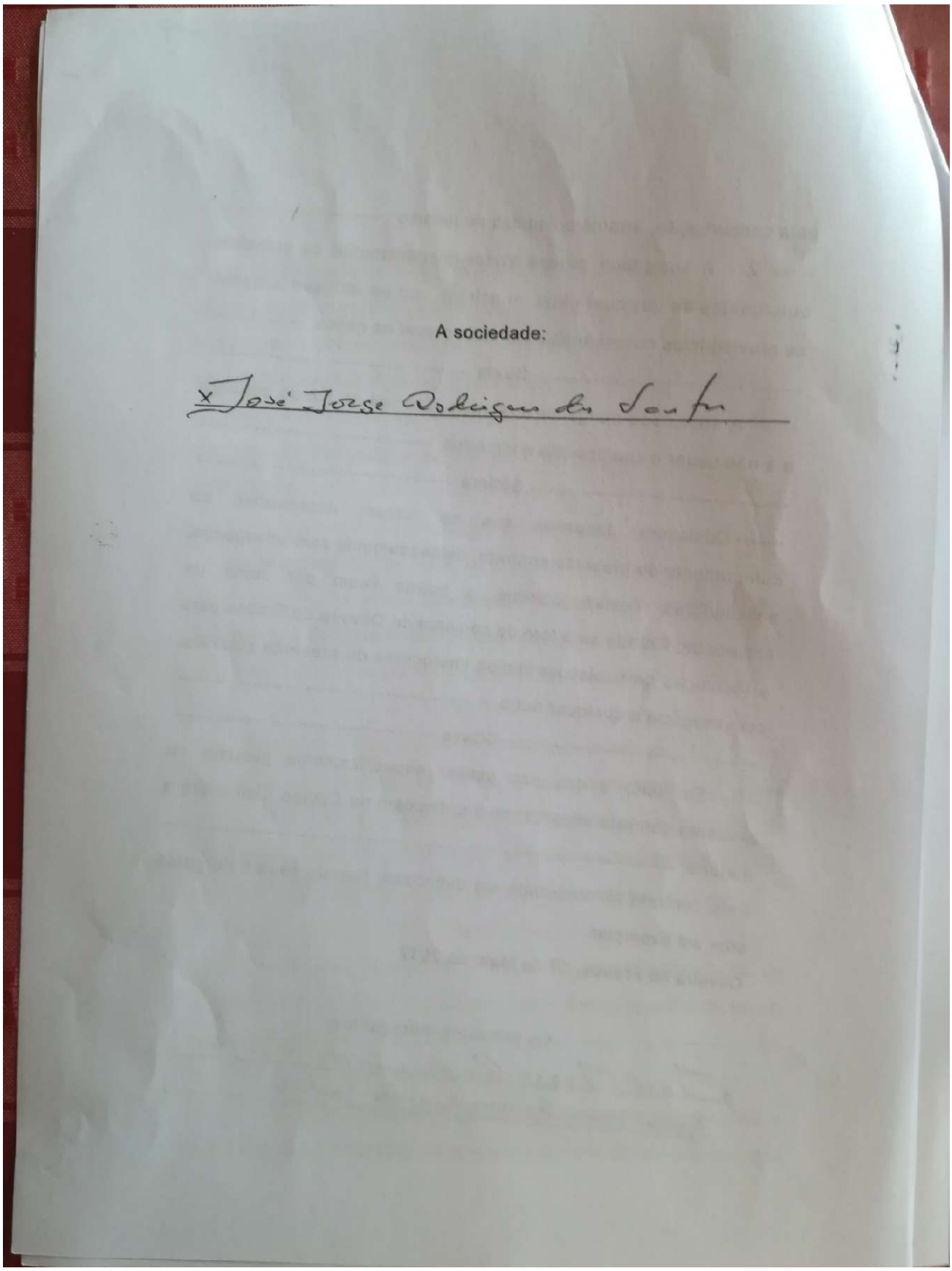
Este contrato foi elaborado em duplicado, ficando cada outorgante com um exemplar.

Oliveira de Frades, 17 de Maio de 2017

Os primeiros outorgantes:

x José Jorge Rodrigues dos Santos

Maria Clara Martins Simões Santos


A sociedade:

x José Jorge Rodrigues da Sousa

Conservatória do Registo Predial de
Oliveira de Frades

Sr. Jorge → Presidente da Junta
960 387 955

Freguesia Pinheiro

4077/19650326

registo predial
online

Certidão Permanente

Código de acesso: GP-1464-15140-181005-004077

DESCRIÇÃO EM LIVRO:
N.º 17992, Livro Nº: B-34

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

RÚSTICO
DENOMINAÇÃO: PAÚL
SITUADO EM: Passos

ÁREA TOTAL: 16430 M2

MATRIZ nº: 5507 NATUREZA: Rústica
COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:
Terreno a mato e eucaliptos
Nascente, Herdeiros de António Pinheiro de Almeida;
Norte, Armindo Ferreira Martins;
Sul, terreno baldio;
Poente, Caminho.

O(A) Conservador(a)
Pedro Miguel Neto Patrício

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

Conservatória do Registo Predial de Vouzela
AP. 587 de 2017/05/15 11:14:27 UTC - Aquisição
Registado no Sistema em: 2017/05/15 11:14:27 UTC

CAUSA : Compra
SUJEITO(S) ATIVO(S):
** AVI PL, LDA.
NIPC 510805256
Sede: Rua Quinta da Graça, nº5, Vale da Figueira, Charneca da Caparica e Sobreda
Localidade: Almada
SUJEITO(S) PASSIVO(S):
** SERAFIM DIOGO QUINTÃ
NIF 168710412
** MARIA ROSA PEREIRA RAMOS QUINTÃ
NIF 126262772

O(A) Conservador(a)
Pedro Miguel Neto Patrício

C.R.P. Oliveira de Frades   Informação em Vigor   Página - 1 -

Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Frades — **Freguesia Pinheiro**

4077/19650326

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

Conservatória do Registo Predial de Vouzela
AVERB. - AP. 216 de 2017/05/24 09:50:19 UTC - Rectificação
Registado no Sistema em: 2017/05/24 09:50:19 UTC
DA APRESENT. 587 de 2017/05/15 - Aquisição

SUJEITO(S) ATIVO(S):
** AVI PL, LDA
NIPC 510805256
Sede: Passal, Pinheiro
Localidade: Oliveira de Frades

** Retificado quanto à sede da sociedade.

O(A) Conservador(a)
Pedro Miguel Neto Patrício

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

Certidão permanente disponibilizada em 29-05-2017 e válida até 29-08-2017

C.R.P. Oliveira de Frades **Informação em Vigor** **Página - 2 -**

Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Frades | **Freguesia Pinheiro**

3740/20140403

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

RÚSTICO
SITUADO EM: PAUL

ÁREA TOTAL: 2250 M2
ÁREA DESCOBERTA: 2250 M2

MATRIZ n°: 3210 NATUREZA: Rústica

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Pinhal e mato. Norte - António Bastos Coutinho; Sul - Junta de freguesia; Nascente - Joaquim Maria de Almeida; Poente - José de Figueiredo e Silva.

O(A) Conservador(a)
Maria Manuela de Jesus Laranjeira

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Frades
AP. 158 de 2019/08/13 09:47:44 UTC - Aquisição
Registado no Sistema em: 2019/08/13 09:47:44 UTC

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** AVI PL, LDA
NIPC 510805256
Sede: Passal, Pinheiro de Lafões
Localidade: Oliveira de Frades

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** MARIA DO CÉU MARTINS SILVA
NIF 123634865

O(A) Conservador(a) de Registos
Maria Manuela de Jesus Laranjeira

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

C.R.P. Oliveira de Frades **Informação em Vigor** **Página - 1 -**

Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Frades — **Freguesia Pinheiro**

4497/20200526

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

RÚSTICO
DENOMINAÇÃO: PAUL
SITUADO EM: Pinheiro

ÁREA TOTAL: 1600 M2
ÁREA DESCOBERTA: 1600 M2

MATRIZ nº: 3228 NATUREZA: Rústica
COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:
Mato.
Norte, Junta de freguesia;
Sul, Eugénio Ferreira;
Nascente, Maria Adelaide F. Martins;
Poente, Maria Joaquina de Almeida.

O(A) Conservador(a) de Registos
Maria Manuela de Jesus Laranjeira

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Frades
AP. 1243 de 2020/09/14 14:19:31 UTC - Aquisição
Registado no Sistema em: 2020/09/14 14:19:31 UTC
ABRANGE 6 PRÉDIOS

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** AVI PL, LDA
NIPC 510805256
Sede: Passal, Pinheiro de Lafões
Localidade: Oliveira de Frades

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** EUGÉNIO FERREIRA
NIF 155476548
** MARIA DO CÉU DE CARVALHO
NIF 165782927

O(A) Conservador(a) de Registos
Maria Manuela de Jesus Laranjeira

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Frades — **Freguesia Pinheiro**

3102/20100323

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

RÚSTICO
SITUADO EM: Paul

ÁREA TOTAL: 8100 M2
ÁREA DESCOBERTA: 8100 M2

MATRIZ nº: 3236 NATUREZA: Rústica

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Terreno a mato. Norte - Armindo Ferreira Martins; Sul e Nascente - caminho; Poente - Maria Manuela Santos Costa e outros.

O(A) Conservador(a)
Maria Fernanda Gomes Cravo

Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Frades
OFICIOSO
AP. 1547 de 2021/12/15 2021/12/28 10:49:21 - ANOTAÇÃO
Representação Gráfica Georreferenciada

O(A) Conservador(a) de Registos
Maria Manuela de Jesus Laranjeira

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Frades
AP. 1547 de 2021/12/15 12:20:50 UTC - Aquisição
Registado no Sistema em: 2021/12/15 12:20:50 UTC

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** AVI PL, LDA
NIPC 510805256
Sede: Passal, Pinheiro de Lafões
Localidade: Oliveira de Frades

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** PRESENÇA FRESCA, LDA
NIF 509222145

O(A) Conservador(a) de Registos
Maria Manuela de Jesus Laranjeira

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Frades — **Freguesia Pinheiro**

4505/20200806

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

RÚSTICO
SITUADO EM: Paul

ÁREA TOTAL: 2520 M2
ÁREA DESCOBERTA: 2520 M2

MATRIZ nº: 3238 NATUREZA: Rústica
COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:
Eucaliptal e pinhal.
Norte, Nascente e Poente, Caminho;
Sul, Beneficio Paroquial.

O(A) Conservador(a) de Registos
Maria Manuela de Jesus Laranjeira

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Frades
AP. 1243 de 2020/09/14 14:19:31 UTC - Aquisição
Registado no Sistema em: 2020/09/14 14:19:31 UTC
ABRANGE 6 PRÉDIOS

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** AVI PL, LDA
NIPC 510805256
Sede: Passal, Pinheiro de Lafões
Localidade: Oliveira de Frades

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** EUGÉNIO FERREIRA
NIF 155476548
** MARIA DO CÉU DE CARVALHO
NIF 165782927

O(A) Conservador(a) de Registos
Maria Manuela de Jesus Laranjeira

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

C.R.P. Oliveira de Frades — **Informação em Vigor** — **Página - 1 -**

Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Frades | **Freguesia Pinheiro**

4495/20200526

registo predial online

Certidão Permanente

Código de acesso: PP-2393-71658-181005-004495

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

RÚSTICO
DENOMINAÇÃO: TAPADO DO PAUL OU PAUL PINHEIRO
SITUADO EM: Passos

ÁREA TOTAL: 15300 M2
ÁREA DESCOBERTA: 15300 M2

MATRIZ nº: 5335 NATUREZA: Rústica

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Terreno culto e a mato.
Norte, António Bastos Coutinho;
Sul e Nascente, Eugénio Ferreira;
Poente, Custódio Martins.

O(A) Conservador(a) de Registos
Maria Manuela de Jesus Laranjeira

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Frades
AP. 1243 de 2020/09/14 14:19:31 UTC - Aquisição
Registado no Sistema em: 2020/09/14 14:19:31 UTC
ABRANGE 6 PRÉDIOS

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** AVI PL, LDA
NIPC 510805256
Sede: Passal, Pinheiro de Lafões
Localidade: Oliveira de Frades

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** EUGÉNIO FERREIRA
NIF 155476548
** MARIA DO CÉU DE CARVALHO
NIF 165782927

O(A) Conservador(a) de Registos
Maria Manuela de Jesus Laranjeira

REGISTOS PENDENTES

3 Solos e Capacidade de Uso dos Solos

O conceito de solo pode ser diferente de acordo com o objectivo mais imediato da sua utilização. Para o agricultor e o agrónomo esse conceito destacará suas características de suporte da produção agrícola. Para o engenheiro civil, o solo é importante por sua capacidade de suportar cargas ou de transformar-se em material de construção. Para o engenheiro de minas, o solo é importante como jazida mineral ou como o material solto que cobre e dificulta a exploração dessa jazida.

De um modo geral o solo pode ser conceituado como um manto superficial formado por rocha desagregada e, eventualmente, cinza vulcânicas, em mistura com matéria orgânica em decomposição, contendo ainda água e ar em proporções variáveis e organismos vivos.

3.1 A formação do Solo

Como parte integrante de um ecossistema é possível, em uma escala de tempo geológico, identificar em um solo o que se denomina de 'sucessão', ou seja, o conjunto de estágios de equilíbrio pelos quais passa esse ecossistemas até atingir o 'climax'.

A formação dos solos é resultante da ação de cinco fatores: clima (pluviosidade, humidade, temperatura, etc), natureza dos organismos (vegetação, microrganismos decompositores, animais), material de origem, relevo e idade.

Na sua atuação, os quatro primeiros fatores imprimem, ao longo do tempo (idade), características que definem os estágios de sucessão por meio de sua profundidade, composição e propriedades e do que se denomina 'horizontes do solo'. A Figura 1 esquematiza a forma como ocorre esse processo. Para determinadas condições de relevo, organismos presentes e material de origem, o intemperismo aumenta continuamente a profundidade do solo a velocidade crescentes com a pluviosidade, a humidade e a temperatura. No solo formado à superfície começam a estabelecer-se os vegetais e microrganismos. A lixiviação (transporte por meio da água que infiltra e percola no solo) faz a translocação das frações mais finas do solo (argilas, especialmente) e a remoção de sais minerais. As frações mais grossas (arenosas) permanecem na parte superior. Em consequência, formam-se estratos com aparência diferente, constituindo os horizontes.

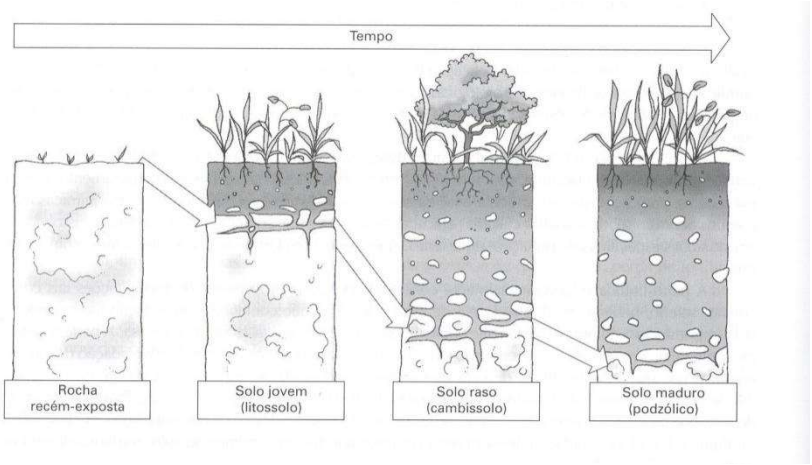


Figura 1: Formação de um Solo e diferenciação de horizontes

3.2 Caracterização dos Solos presentes na área em estudo

3.2.1 Cambissolos humicos (Solos Litolicos Humicos)

3.2.1.1 Descrição geral das Famílias

Os Solos Litólicos derivados do grés de Silves e os de rochas ferruginosas devem a sua cor vermelha à rocha-mãe; são, pois, solos litocrómicos. O estudo micromorfológico dos primeiros revela que o processo de rubefação (e até talvez o de laterização) atuou em épocas remotas sobre os materiais que vieram a dar origem aos solos pouco evoluídos atuais.

Estes solos desenvolvem-se geralmente em relevo normal.

3.2.1.1.1 Dados analíticos físicos e químicos

A textura dos horizontes é relativamente grosseira e indicadora de alteração reduzida, não havendo indícios de argiluviação.

A acumulação de matéria orgânica no horizonte superficial é acentuada, decrescendo a sua percentagem rapidamente com a profundidade.

A relação C/N é relativamente elevada, parecendo que o húmus se aproxima muito dos tipos "mull" ácido, ou mesmo "moder", e pouco decresce com a profundidade. A micromorfologia confirmou a existência de "moder mulliforme".

A capacidade de troca de catiões é bastante baixa devido à relativamente pequena quantidade de colóides, apesar da elevada percentagem de matéria orgânica. O hidrogénio de troca domina entre todos os catiões, seguindo-se-lhe o cálcio. Os valores de magnésio de troca são muito baixos e os de potássio (na 1ª camada) e sódio relativamente elevados, especialmente os últimos. A percentagem de saturação é bastante baixa e diminui com a profundidade.

A percentagem de ferro livre é praticamente constante ao longo do perfil, não parecendo, portanto, haver migração deste elemento.

A expansibilidade é nula ou muito baixa. A porosidade da terra fina é apreciável e a permeabilidade é moderada em todos os horizontes. A microestrutura apresenta grande estabilidade. A capacidade de campo é elevada. O cálculo da água disponível nos primeiros 50 cm do solo mostra que cerca de 140 mm de água podem ser utilizados pelas plantas, o que indica que a capacidade utilizável é muito alta.

As elevadas percentagens de feldspatos na fracção leve e de horneblenda na fracção pesada são sintomas seguros do pouco avançado grau de meteorização do solo. A reserva mineral é, portanto, elevada. Apesar de se não ter encontrado zircão na amostra do horizonte C, não se pode pôr em dúvida a identidade da "suite" mineralógica em todo o perfil do solo. É de salientar a elevadíssima percentagem de minerais pesados na fracção areia fina do primeiro horizonte superficial.

A análise química favorece a hipótese da presença de materiais, possivelmente ilite. O cálculo teórico da capacidade de troca da argila conduziu a um valor muito elevado (100 m.e./100g). A análise térmica diferencial reforça também a possibilidade da presença de ilite por o valor de P ser cerca de 22 mm; e de E é ligeiramente inferior a 1. Um S muito maior que 2,5 aponta a possibilidade da presença de haloisite. (S = 4,5). "Goethite" ou gibsite parecem estar também presentes. Na difracção por raios X encontraram-se riscas típicas de caulinite (ou haloisite) e também da ilite, faltando a esta, porém, a risca de 10 Å do plano 001; acontece ainda que a maioria das riscas que podem atribuir-se à ilite são comuns à caulinite. Não se encontraram riscas da gibsite ou da "goethite".

Julga-se, em face de todos os elementos reunidos, poder concluir que existem, nesta amostra, haloisite e/ou caulinite mal cristalizada e possivelmente ilite e óxidos de ferro.

3.2.1.1.2 Considerações sobre a génese

Os Solos Litólicos Húmicos são, solos pouco evoluídos de perfil AC ou ABC, formados a partir de rochas não calcárias, em que o horizonte A1 é húmico e o B do tipo "cambic".

A acumulação de matéria orgânica no horizonte superficial é principalmente devida à sua relativamente pequena velocidade de decomposição provocado pelas baixas temperaturas dominantes durante grande parte do ano nas altitudes em que estes solos aparecem. O horizonte A1 é constituído por uma mistura de matéria orgânica mais ou menos humificada e de pequenos fragmentos, em estado de fina divisão muito diverso, de rocha-mãe não muito alterada.

A meteorização física da rocha originária predomina muito sobre a alteração química, peio que não abundam os colóides minerais. A formação de argila é assim pequena ou nula, a acidificação é média e a migração de substâncias é reduzida.

É a matéria orgânica que imprime ao solo as suas propriedades mais importantes. A nutrição mineral das plantas deve fazer-se em boa parte directamente à custa dos minerais parcialmente alterados das fracções limo e areia fina, os quais constituem os chamados agregados policristalinos estudados por Mc Aleese et al.

4 Recursos Hídricos e Qualidade da Água

4.1 Qualidade da Água

O suprimento de água limpa e fresca em quantidade adequada é de grande importância pelas funções que exerce no organismo da ave.

Há numerosos fatores que determinam a qualidade da água da bebida. Entre eles destacam-se a contaminação bacteriana, a acidez (expressa pelo pH) e os minerais dissolvidos. Algumas impurezas que se podem encontrar na água são: bactérias coliformes, alumínio, selénio, sódio, ferro, nitritos, nitratos, etc.

4.1.1 Análise da água

A água pode ser contaminada por vários compostos, com implicações tóxicas. Para despiste destas situações, estão indicadas análises periódicas à água, avaliando certos parâmetros como cor, dureza, minerais, nitrogénio, pH e turvação.

4.1.2 Implicações tóxicas

4.1.2.1 Poluição das águas

4.1.2.1.1 Metais pesados e compostos orgânicos voláteis

Os metais pesados e os compostos orgânicos voláteis emitidos pelas indústrias, pelo tráfego, pelas práticas agrícolas, pelos lixos municipais e por outros locais que libertem substâncias nocivas para o meio ambiente, têm provocado em muitos países uma forte contaminação da água do solo.

Foi realizado um estudo em que galinhas foram expostas a arsénico, cádmio, chumbo, benzeno e tricloroetileno, presentes na água de bebida contaminada, de forma a avaliar o efeito tóxico, tanto orgânico como sistémico, que estes tóxicos exercem sobre as aves, assim como o efeito que estas substâncias exercem sobre a atividade reprodutiva, a qualidade dos ovos e que tipo de toxicidade é suscetível de ocorrer a nível de embriões.

- Efeitos sobre o peso corporal:

Tanto níveis altos como níveis baixos destes contaminantes induziram uma diminuição no consumo de alimento o que, provavelmente, se deve à presença do chumbo, já que a anorexia é um sinal clássico de toxicose por este elemento. O chumbo, juntamente com o cádmio, provoca também um decréscimo do peso corporal. O arsénico provoca diminuição do peso corporal e da produção de ovos em galinhas poedeiras.

- Efeitos sobre o sistema imunitário:

Notou-se uma relação entre o aumento da concentração dos contaminantes e o decréscimo dos títulos de hemaglutinação e dos níveis de anticorpos que reagem com as RRBC (Rabbit Red Blood Cells) no soro da galinha, reflectindo este último a supressão das células B. Por outro lado, verificou-se uma supressão da função das

células B timo-dependentes nas galinhas expostas a um aumento da concentração química na água da bebida [comprovado pela diminuição da produção de anticorpos após estímulo com SRBC (Sheep Red Blood Cells)].

Para alguns investigadores, a presença de benzeno e chumbo na água da bebida pode causar supressão da formação de anticorpos por interferir com a função dos linfócitos Thelper.

- Histopatologia:

A atrofia da Bolsa de Fabricius ocorreu em todas as galinhas expostas à água contaminada.

Em galinhas expostas quer a baixas quer a elevadas concentrações da mistura química na água da bebida, observaram-se, igualmente, lesões necróticas na moela, assim como hemorragias equimóticas no intestino.

- Concentração residual dos metais pesados:

A concentração de cádmio e de chumbo nos órgãos aumenta numa relação dose-dependente, sendo a de chumbo mais elevada no osso, seguida pela sua concentração no rim e fígado. A concentração de cádmio é mais elevada no fígado seguida pelo rim. As concentrações de cádmio no osso da galinha eram abaixo do limite de deteção.

Uma nota importante neste primeiro estudo foi o facto de que as concentrações de contaminantes utilizadas eram de valores abaixo daquelas encontradas na água e nas amostras de solo recolhidas junto às áreas poluídas onde elas normalmente se encontram.

Numa segunda fase deste estudo, pretendeu-se mostrar os efeitos que a água de bebida contendo a mistura destes químicos, é capaz de provocar na atividade reprodutiva, sendo esta determinada pela diminuição da produção de ovos, pela diminuição do peso dos ovos e pelo aumento da mortalidade embrionária. As concentrações utilizadas neste estudo foram aquelas que são normalmente encontradas nas regiões anteriormente referidas.

Os mesmos estudos já foram realizados com ratos e não resultaram em alterações da performance reprodutiva, ao contrário do que aconteceu com o mesmo estudo em galinhas, o que implica uma maior sensibilidade do sistema reprodutor das galinhas aos contaminantes da água. Salienta-se o facto de se terem verificado a presença de cádmio e chumbo quer no albúmen quer no vitelo do ovo.

Já em estudos feitos anteriormente se havia verificado que o tricloroetileno era uma substância capaz de provocar malformações cardíacas (defeitos septais, anomalias no músculo cardíaco, canais atrio-ventriculares defeituosos). Sabe-se hoje que é necessário que a concentração de tricloroetileno seja de 2 ppm para que ocorram estas malformações (superior à concentração encontrada nas regiões poluídas).

Deste modo, cada químico individualmente não consegue ser responsável pelas alterações da atividade reprodutora, uma vez que a exposição a múltiplos químicos pode resultar em efeitos de adição, sinergismo ou antagonismo.

4.1.2.1.2 "Águas duras"

"Águas duras" é uma designação vulgar que se atribuiu à água com elevado conteúdo em sais de Ca e Mg. Uma concentração de cálcio superior a 600 ppm pode dar origem a melhores conversões e pesos, diminuindo, no entanto, a viabilidade dos produtos. Quanto ao magnésio, numa concentração superior a 125 ppm consegue produzir efeitos laxantes. Para além da toxicidade individual característica do excesso de cada um destes minerais, numa água considerada dura (mais de 110 ppm) interfere com o sabor, interfere com a efetividade de muitos desinfetantes e também com a efetividade de alguns medicamentos que possam vir a ser dissolvidos na água.

4.1.2.2 Desinfeção das águas

4.1.2.2.1 Compostos de amónio quaternário

Os compostos de amónio quaternário são usados como germicidas na água da bebida.

Há alguns anos atrás, foi reportado um caso em que a utilização não cautelosa de um produto comercial vulgar, cuja composição era 20% de solução de cloreto de alkyldimetilbenzil de amónio, conduzira a fenómenos de toxicidade acentuada sobre animais de aviário, neste caso particular tratando-se de perus com 6 semanas de idade.

A administração deste produto em níveis que iam desde 300 a 500 ppm resultaram, numa primeira fase, num crescimento insuficiente e, numa segunda fase, numa mortalidade subaguda, cujos níveis iam de moderados a severos, dependendo da dose administrada. A necrópsia mostrou a presença de áreas uniformemente pálidas (as chamadas placas diftéricas) na língua e na mucosa oro-faríngea, associadas a ulcerações multifocais. Algumas aves apresentavam lesões semelhantes no terço superior do esófago. Outras alterações incluíam a rutura dos folículos ováricos, com consequente peritonite afetando, inclusive, o vitelo do ovo.

No entanto, a causa desta última ocorrência foi atribuída à desidratação consequente à diminuição da bebida por parte das aves doentes. A nível histopatológico, verificou-se haver uma reação inflamatória exuberante na periferia das áreas afetadas.

De seguida apresenta-se a descrição, efeitos de alguns elementos existentes nos resíduos deste tipo de exploração.

4.1.3 Nutrientes

A concentração de fósforo nos resíduos avícolas é elevada. Embora se trate de um fenómeno pouco comum, a parte de fósforo que se encontra sob a forma orgânica pode, em solos de textura ligeira e com pH próximos de 7, atingir e contaminar as águas subterrâneas.

Contrariamente aos fosfatos (forma inorgânica de fósforo) adsorvidos pelo complexo do solo em maior quantidade, os nitratos atingem facilmente as águas subterrâneas, contaminando os aquíferos. De facto, como os colóides minerais e orgânicos do solo

têm quase sempre uma carga negativa predominante, os nitratos (NO3-) não são, desta maneira, facilmente adsorvidos pelo solo. Como são muito solúveis em água, a quantidade de nitratos não absorvida pelas plantas (em resultado de aplicação excessiva de resíduos avícolas em terrenos agrícolas ou em períodos de baixa exigência, como no Inverno) é arrastada pela água, sobretudo pela drenagem interna, acumulando-se nas águas subterrâneas.

O consumo de água com concentração superior a 10 mg NO3-N/L aumenta significativamente o potencial de problemas de saúde (Serviço Público de Saúde dos Estados Unidos, 1962), sendo igualmente inconveniente para atividades agrícolas e industriais. Para águas doces superficiais destinadas à obtenção de água para consumo humano, a concentração máxima de nitratos recomendada pela Organização Mundial de Saúde é de 50 mg/l, que é igualmente o valor máximo admissível na legislação nacional (Anexo I do Decreto-lei n.º 236/98 de 1 de agosto). O valor máximo recomendável é de 25 mg/l. O risco para a saúde pública resultante da contaminação de águas superficiais ou subterrâneas por nitratos é ainda assunto de muita reflexão e de muitos estudos científicos. Pouco se sabe dos efeitos crónicos do consumo de águas com nitratos. O certo é que os nitratos que entram no sistema digestivo dos animais ou dos humanos, podem ser convertidos em nitritos pela ação da flora gastrointestinal. Isto acontece muito especialmente em bebés (até aos seis meses) dadas as condições de pH, ligeiramente elevado, propícias a esta redução do nitrato. Os nitritos reduzem a capacidade transportadora de oxigénio da hemoglobina resultando em asfixia (Síndroma dos bebés azuis, meta-hemoglobinemia ou cianose infantil).

Embora os nitratos e os nitritos não sejam classificados como carcinogénicos se, em concentração elevada, podem, na sequência de algumas transformações bioquímicas, potenciar, a formação de subprodutos, como as nitrosaminas ou as nitrosamidas que são, estas sim, substâncias comprovadamente carcinogénicas.

Para além da exposição aos nitratos que resulta do consumo de água, refira-se, por curiosidade, a que resulta do consumo de vegetais com elevados teores de nitratos (destacando-se o espinafre, a beterraba, o rabanete, a alface e o nabo). Entre os fatores que contribuem para esta acumulação, refira-se um solo demasiado rico em nitratos, provenientes duma utilização excessiva de fertilizantes (por exemplo, pela aplicação inadequada de estrumes avícolas).

4.1.4 Matéria Orgânica

A matéria orgânica, conjuntamente com a água, constitui a matriz dos resíduos avícolas. Esta matéria orgânica pode atingir o meio hídrico por descarga direta, por infiltração ou a partir das escorrências superficiais de montureiras, pilhas de compostagem, terrenos agrícolas excessivamente “adubados” ou armazenamento indevido dos resíduos.

Os compostos orgânicos biodegradáveis, maioritariamente presentes nos resíduos avícolas, vão ser degradados por bactérias. Quando estes são descarregados no meio hídrico superficial (rios, ribeiras, albufeiras...), as bactérias aeróbias prevalecerão, em primeira instância. Estas bactérias, com atividade metabólica

extremamente elevada, consomem uma grande parte do pouco oxigénio dissolvido na água. Surge assim, uma elevada Carência Bioquímica de Oxigénio: o oxigénio deixa de estar disponível, em quantidades suficientes, para seres macroscópicos, como é o caso da fauna piscícola.

Este tipo de impacte ambiental é tanto mais gravoso quanto maior for a quantidade de matéria orgânica (CBO) descarregada no meio. Agrava-se no Verão: devido às temperaturas elevadas, a quantidade de oxigénio dissolvido no meio é menor e, como o caudal dos cursos de água é, em geral, substancialmente reduzido, a matéria orgânica é menos diluída. Refira-se que as linhas de água pouco torrenciais ou as albufeiras diminuem a velocidade e a quantidade de oxigenação do meio.

A contaminação das águas subterrâneas e superficiais com microrganismos contidos nos resíduos animais deve merecer particular atenção. Estes microrganismos são veiculados pela matéria orgânica que conjuntamente com a água, cria condições para a respetiva propagação, podendo originar um vasto número de doenças de animais e de humanos, transmissíveis pela água poluída com resíduos pecuários.

4.1.5 Chuvas Ácidas

O estrume dos aviários possui uma elevada concentração de cálcio. O cálcio encontra-se em combinações químicas alcalinizantes (carbonatos e fosfatos de cálcio). Assim sendo, a alcalinidade do estrume avícola, potencia-o como corretivo alcalinizante, particularmente adequado para utilização na região em estudo, onde existem solos muito ácidos.

Por outro lado, esta característica química é responsável pelas elevadas perdas de azoto (presente no estrume na forma de uratos-sais com origem no ácido úrico que se convertem a ureia e sais de amoniacais-carbonatos e/ou carbonatos) sob a forma de amónia:

$NH_4^+ + OH^- \rightarrow NH_3 + H_2O$

A reação anterior é claramente favorecida pelo elevado pH dos resíduos e, sobretudo, pelas elevadas temperaturas dos pavilhões ou dos solos agrícolas durante o verão. A volatilização da amónia para a atmosfera depende igualmente das condições atmosféricas, em particular da velocidade e da direção dos ventos, e da temperatura. Esta perda de azoto ocorre, dentro das instalações, na fase de produção e, depois, no armazenamento, durante a fase de compostagem (em montureiras ou industrial, em condições incorretas) ou após a sua aplicação em terrenos agrícolas.

Tabela 1 - Alguns aspetos da composição do estrume de aviário (substância seca) (adaptado de Santos, 1996)

	Frangos de engorda
Matéria orgânica (%)	87,3
Azoto (N,%)	3,9
Fósforo (P_2O_5, %)	2,3
Potássio (K_2O)	2,6
Cálcio (Ca, %)	2,1
Magnésio (Mg, %)	0,6
C/N	13

As chuvas ácidas têm origem nas emissões de dióxido de enxofre e de diversos óxidos de azoto (representados no seu conjunto por NOx:NO2, NO e N2O) e amónia (NH3). Esta acidificação pode provocar, entre outros impactes de natureza agronómica e ambiental, a lixiviação do solo, com libertação mais acentuada de metais pesados pelo complexo de adsorção e com maior perda de nutrientes, com contaminação de aquíferos. O meio hídrico subterrâneo e superficial é, por outro lado, acidificado.

É extremamente difícil quantificar e até qualificar, sob diversos aspetos, a contribuição do sector avícola para a acidificação. Esta é certamente minorada por uma gestão adequada dos resíduos. Refira-se contudo que a principal origem das chuvas ácidas são as emissões da indústria que libertam dióxido de enxofre (SO2) e óxidos de azoto (NOx).

4.2 Declaração da Camara Municipal

Município Oliveira de Frades

CÂMARA MUNICIPAL

DECLARAÇÃO

JOSÉ PAULO MONTEIRO LOUREIRO, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível do Planeamento, Urbanismo e Ambiente da Câmara Municipal de Oliveira de Frades: ----------

DECLARA, conforme despacho do Dr.º José Luis Pinheiro de Lima, Vereador da Câmara Municipal de Oliveira de Frades, exarado no requerimento apresentado por AVI PL, Lda., contribuinte n.º 510805256, com sede no lugar do Passal – Pinheiro de Lafões, freguesia de Pinheiro, Município de Oliveira de Frades, que o aviário implantado no artigo 5335 da freguesia de Pinheiro, não existe/possui rede de coletores de saneamento. ----------

Oliveira de Frades, 20 de Novembro de 2023

O Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível
Planeamento, Urbanismo e Ambiente,

(José Paulo Monteiro Loureiro – Arqt.º/Eng.º Civil)

Largo Dr. Joaquim D'Almeida
3680 – 111 Oliveira de Frades
Telef. 232 760 300 / Fax. 232 761 727
www.cm-ofrades.com
e-mail: cmofrades@mail.telepac.pt

5 Qualidade do Ar

5.1 Principais Fontes e Efeitos dos Poluentes Analisados

A qualidade do ar pode ser caracterizada através da utilização de diversos indicadores, geralmente expressos pela concentração de um dado poluente num determinado intervalo de tempo. Os indicadores mais utilizados são os poluentes dióxido de enxofre (SO_2), óxidos de azoto (NO_x), monóxido de carbono (CO) e partículas <10 um (PM_{10}) e ozono (O_3). Os poluentes dióxido de enxofre (SO_2), óxidos de azoto (NO_x), monóxido de carbono (CO) são classificados como poluentes primários, uma vez que são emitidos diretamente para a atmosfera. O ozono (O_3), que resulta de reações químicas entre os poluentes primários designa-se, por isso, como poluente secundário. O poluente partículas <10 □m (PM_{10}) possui uma fração que tem origem primária e uma fração de origem secundária.

Os efeitos dos poluentes atmosféricos na saúde humana e também nos ecossistemas, dependem essencialmente da sua concentração e do tempo de exposição, podendo exposições prolongadas a baixas concentrações serem mais nocivas que exposições de curta duração a concentrações elevadas. Existem ainda fatores de sensibilidade individual que determinam a maior ou menor severidade dos efeitos, tais como idade, estado nutricional, condição física ou mesmo predisposições genéticas, o que torna necessária a avaliação para diferentes grupos de risco. (WHO, 2000)

Informação relativa as principais fontes e efeitos provocados pelo CO, NO_x e partículas é apresentada na Tabela 2.

Muitas destas emissões provenientes dos motores de veículos (HC, CO e NO_x), ao serem lançadas na atmosfera, tomam parte em reações químicas influenciadas pela radiação solar, dando origem a poluentes secundários, os quais têm efeitos diferentes e nalguns casos mais severos que os dos poluentes iniciais.(Seinfeld & Pandis, 1998)
Devido à dispersão turbulenta dos poluentes na atmosfera durante esta fase de reação, os níveis mais elevados de concentração destes poluentes secundários nem sempre ocorrem nos locais mais próximos da fonte de emissão dos poluentes iniciais.

Tabela 2: Principais Fontes e Efeitos dos Poluentes Analisados (Fonte: Relatório do Estado do Ambiente(DGA, 1999)).

Poluente	Poluente Principais Fontes	Efeitos
Óxidos de azoto (NO_x)	**Fontes naturais**: transformações microbianas nos solos e descargas elétricas na atmosfera. **Fontes antropogénicas**: queima de combustíveis a altas temperaturas, quer em instalações industriais, quer nos veículos automóveis. Na maior parte das situações, o NO emitido para a atmosfera é posteriormente transformado em NO_2 por oxidação fotoquímica.	Podem provocar lesões, reversíveis ou irreversíveis, nos brônquios e nos alvéolos pulmonares. Podem também aumentar a reatividade a alergénios de origem natural. Podem provocar edema pulmonar, em doses elevadas, e, em concentrações mais fracas, bronquite crónica e efisemas. Provocam efeitos nocivos sobre a vegetação, quando presentes em concentrações elevadas, tais como danos nos tecidos das folhas e redução do crescimento. Concentrações elevadas de NO_x na atmosfera, provocam danos em materiais, sendo os polímeros naturais e sintéticos os mais afetados. O NO não é considerado um poluente perigoso para as concentrações normalmente presentes na atmosfera.
Partículas em Suspensão	**Fontes naturais** (partículas presentes na atmosfera): vulcões, aerossóis marinhos e a ação do vento sobre o solo. **Fontes antropogénicas**: queima de combustíveis fósseis, processos industriais e tráfego rodoviário. As partículas na atmosfera podem ser classificadas como primárias, quando são emitidas diretamente a partir de fontes poluidoras, ou secundárias, quando se formam na atmosfera pela condensação de gases, ou como resultado de reações químicas entre outros poluentes, em especial, SO_2 NO_2 , compostos orgânicos voláteis e amoníaco.	Quanto menor o tamanho das partículas, maiores os riscos para a saúde. As partículas mais finas podem transportar substâncias tóxicas (sulfatos, nitratos, metais pesados e hidrocarbonetos) para as vias respiratórias inferiores, acentuando os efeitos dos poluentes ácidos. Em muitas cidades europeias, as PM_{10} (partículas com diâmetro ≤10 μm) são o poluente que suscita maiores preocupações, estando a sua ação relacionada com todos os tipos de problemas de saúde, desde a irritação nasal, tosse, até à bronquite, asma e mesmo a morte. A fração mais fina destas partículas pode penetrar profundamente nos pulmões e atingir os alvéolos pulmonares, provocando dificuldades respiratórias e, por vezes, danos permanentes. As partículas desta dimensão penetram facilmente no interior dos edifícios.

		As partículas finas, principalmente as emitidas pelos veículos a diesel, são da ordem de grandeza do comprimento de onda da luz visível, podendo, por este motivo, reduzir sensivelmente a visibilidade.
Monóxido de carbono (CO)	**Fontes naturais**: erupções vulcânicas e decomposição da clorofila. **Fontes antropogénicas**: fogos florestais, combustão incompleta de combustíveis fósseis ou outros materiais orgânicos, sendo os transportes rodoviários o sector que mais contribui para as emissões deste poluente. Pode também ser formado por oxidação de poluentes orgânicos, tais como o metano.	Capacidade de se combinar irreversivelmente com a hemoglobina (210 vezes superior à do oxigénio), dando lugar à formação da carboxihemoglobina. Esta situação pode provocar dificuldades respiratórias e asfixia e, em casos de 50% de transformação da hemoglobina em carboxihemoglobina, pode conduzir à morte. Diminuição da perceção visual, da capacidade de trabalho, da destreza manual, da capacidade de aprendizagem e do desempenho de tarefas complexas.

6 Sistemas Ecológicos

6.1 Flora e Vegetação

6.1.1 Vegetação Potencial

A caracterização biogeográfica de Portugal continental foi elaborada com base no http://www3.uma.pt/alfa/biogeografia/artigo_biogeog_pt_JCCosta.pdf.

Segundo a maioria dos autores considera-se seis reinos nas terras emersas. Holártico, Paleotropical, Neotropical, Capense, Australiano e Antártico.

Cada um destes reinos tem flora e fauna distintas com táxones de categoria superior endémicos. Nós estamos situados no reino Holártico como toda a Europa.

A flora portuguesa continental atual encontra-se, em grande parte do País, altamente modificada e alterada, sobretudo desde os séculos XIX e XX, ainda que já desde os primórdios da Monarquia se tenham desbastado muitas florestas nas zonas raianas por virtude de finalidades militares. A destruição de mais formações naturais, incluindo a dessecação de muitas zonas húmidas, se deve ao implemento da agricultura com, entre outros, a introdução de espécies de interesse agrícola e florestal e suas cultivares. Desde os princípios do século XIX muitas florestas autóctones, sobretudo a Norte do Tejo, foram destruídas para a cultura extensiva de pinheiro bravo então tido como produtor de madeira de construção e de paus retos para a obtenção de mastros para a navegação. A cultura extensiva de pinheiro bravo conduziu à substituição da flora local primitiva, em parte higrofílica, por outra de natureza xerofílica empobrecendo os solos. O desconhecimento então das atuais noções de fitogeografia e fitossociologia permitiu o arrastamento de muitas formações primitivas com os consequentes desastrosos efeitos, de que ainda sofremos bastantes, daqui resultou uma grande alteração no fácies das diversas regiões naturais portuguesas. O abatimento de muitos azinhais e outras formações secundárias no Alentejo para a grande expansão da cultura cerealífera de sequeiro nos tempos de Elvino de Brito e Linhares de Lima conduziu à quase desertificação de grande parte da área atingida e à produção cada vez menor dessas culturas. A introdução de espécies arbóreas exóticas nas serras portuguesas levou ao desaparecimento de grande parte do substrato arbustivo e herbáceo primitivo. A destruição de muitos soutos, principalmente na serra da Gardunha, conduziu a uma forte alteração das condições de ensombramento com o consequente desaparecimento de espécies de sub-bosque tipicamente umbrícolas. Por outro lado,

a construção civil desordenada sem quaisquer regras de proteção da natureza levou à quase completa destruição da nossa flora.

Em resultado do exposto, verifica-se que atualmente muitas espécies nativas se encontram muito rareadas no País e que a possível delimitação dessas áreas só se consegue, tentativamente, por informações antigas, as de maior crédito sendo as obtidas nos herbários.

Tal como os factos se apresentam de nossos dias, a caracterização de zonas fitogeograficas atuais pôde conseguir-se à base de elementos obtidos com a convergência de dados climáticos, edáficos, altitudinais e humidade dos solos.

A zona em estudo, em termos corológicos e biogeográficos e segundo Rivas-Martinez, inclui-se no:

Reino Holoártico,
Região: Eurossiberiana,
Sub-região: Atlântica-Centroeuropeia,
Superprovíncia: Atlântica
Província: Cantábro-Atlântica
Subprovincia: Galaico-Asturiana
Sector: Galaico-Português
Subsector: Miniense
Superdistrito: Beiraduriense

A **região Eurossiberiana** caracteriza-se bioclimaticamente por uma aridez estival nula ou muito ligeira, nunca superior a dois meses, pelo que a precipitação estival compensa a evapotranspiração e evita o esgotamento das reservas hídricas do solo. A Subregião **Atlântica-Centroeuropeia** tem um clima temperado e chuvoso, sem uma estação seca clara. As formações climácicas aqui mais representativas são os bosques dominados por árvores caducifólias, como sejam os carvalhos, as faias, os bidoeiros, os freixos e os bordos.

Dentro desta Subregião, a **Superprovíncia Atlântica** caracteriza-se por possuir um clima fortemente influenciado pelo efeito amenizante do Oceano Atlântico. Assim, a amplitude térmica anual (continentalidade) é pouco acentuada: nem o Inverno é muito rigoroso nem o Verão é muito quente. O clima deste território permite a presença de plantas da flora dita “atlântica”, como sejam o *Quercus robur*, a *Bétula celtibérica*, o *Fagus sylvatica*, alguns tojos (*Ulex europaeus* subsp. *latebracteaus* e *U. minor*) e diversas urzes (*Erica ciliaris*, *E. cinérea* e *Daboecia cantábrica*). Esta Superprovíncia divide-se em quatro províncias. A **Província Cantabroatlântica**, a única presente em Portugal, está representada pela **Subprovíncia Galaico-Asturiana**, o território caracteriza-se pela presença de alguns endemismos norocidentes ibéricos, como sejam a *Linaria triornithophora*, o *Omphalodes nítida* e a *Saxifraga spathularis*.

O **Sector Galaico-Português** é o Sector mais meridional e de maior influência mediterrânica (no sentido bioclimático do termo) de toda a Região Eurossiberiana: na maior do território existe um mês em que P<2T. a sua fronteira, no nosso país, inicia-se a leste da Serra do Larouco na vizinhança da Veiga de Chaves; atravessa o vale do Tâmega próximo de Boticas; prolonga-se inicialmente pela cumeada da Serra do Alvão mas progressivamente desce pela fralda leste da mesma serra até à

proximidade de Vila Real; continua pela falda leste da Serra do Marão e inflecte para Oeste na proximidade do Rio Douro. A sul do rio Douro, engloba as Serras de Montemuro, Freita, Leomil, Lapa, Arada e Caramulo e atinge o ponto mais a sul junto à Serra do Buçaco. Finalmente dirige-se para Norte, ao longo do vale do rio Águeda, até atingir a Ria de Aveiro. Os seus limites, a Sul, com o Subsector Beirense Litoral são difíceis de estabelecer. A maioria das migrações de plantas entre os "mundos" mediterrânico e atlântico no Noroeste da Península Ibérica foi feita através desta faixa – via de migração marítima-Lusitana – devido à ausência de uma barreira fisiográfica. Numerosas plantas mediterrânicas como *Arbutus unedo*, *Corema album*, *Daphne gnidium*, *Laurus nobilis*, *Ruscus aculeatus* ou *Smilax aspera* – testemunhos de migrações decorridas em períodos pretéritos mais quentes que o actual – coexistem com plantas tipicamente atlânticas. Entre as numerosas espécies de apetência atlântica e oceânica em Portugal próprias deste Sector destacam-se *Acer pseudoplatanus, Agrostis hesperica* Romero Garcia, Blanca & Morales Torres, *Anthoxanthum amarum*, *Carduus gayanus*, *Centaurium scillioides*, *Daboecia cantábrica*, *Elytrigia atherica* (sin. *Elymus pycnanthus*), *Euphorbia dulcis*, *Genista berberidea*, *Hypericum androsaemum*, *Origanum vulgare*, *Pyrus cordata*, *Quercus robur*, *Thymelaea broteriana* (com uma curiosa disjunção salmantina), *Ulex europaeus* subsp. *latebracteaus*, *U. minor, Viola láctea,* etc.. *Silene maizii, Murbeckiella sousae* (também presente nas Serras de Lousã e Açor, ambas exteriores ao Sector), *Narcissus nobilis, Sedum pruinatum e Thymus caespititius* (com disjunções no Divisório-Português e na Serra da Gata, em Espanha). A paisagem é dominada por giestais, tojais e urzais-tojais que resultam da degradação dos carvalhos primitivos de *Quercus robur*.

O **subsector Miniense** situa-se na parte ocidental do Sector Galaico-Português. É um território predominantemente granítico; progressivamente enrugado em direcção ao interior; de macrobioclima temperado (na variante submediterrânica porque o Agosto é um mês seco) hiper-oceânico ou oceânico; posicionando nos andares termotemperados e mesotemperado, de ombroclima húmido a hiper-húmido. São excepções as zonas sumitais das serras do Caramulo, Arada, Bico e Arga localizadas no Superdistrito Miniense-Litoral, e os Superdistritos Alvão-Marão e Beiraduriense que se situam num andar supratemperado hiper-húmido.

Existe alguns endemismos cujas populações são exclusivas ou então em grande parte incluídas neste Subsector: *Armeria pubigera, Coincya jonhnstonii* (Samp.) Greuter & Burdet, *Dianthus laricifolius* subsp. *caespitosifolius, Jasione lusitana, Narcissus cyclamineus, Narcissus portensis, ranunculus bupleuroides, Ulex europaeus* subsp. *latebracteatus* e *U. micranthus*. Outras espécies de distribuição mais lata têm, em Portugal, a sua máxima expressão neste território: *Carex durieui, C. pilulifera, Centáurea limbata* subsp. *limbata, Myosoton aquaticum, Ophioglossum lusitanicum, Sagina nodosa, Salix arenaria, Sesamoides canescens subsp. suffruticosa, Trichomanes speciosum, Verónica mantana,* etc. Acrescentam-se ainda algumas plantas de dunas, sapais e afloramentos rochosos costeiros como sejam: *Anthyllis vulneraria* subsp. *ibérica, Cochlearia danica, Elytrigia atherica* (sin. *Elymus pycnanthus*), *Festuca rubra* subsp. *pruinosa*, *F. rubra* subsp. l*itoralis, Plantago marítima, Scrophularia frutescens, Silene littorea, S. uniflora* e *Puccinellia marítima.*

A vegetação climácica é constituída pelos carvalhais mesotemperados e termotemperados *do Rusco aculeati-Quercetum roboris quercetosum suberis* ou do

Viburno tini-Quercetum roboris (nos territórios mais meridionais). São característicos os gestais do *Ulici latebracteati-Cytisetum striati* e os tojais endémicos do *Ulicetum latebracteato-minoris* e *Erico umbellatae-Ulicetum latebracteati* (endémico da Serra d'Arga), nos solos graníticos, e do *Erico umbellatae-Ulicetum micranthi*, próprio de solos esqueléticos de xistos. Nas terras altas próximas da fronteira leste do Subsector ocorrem ainda os urzais-tojais do *Ulici minoris-Ericetum umbellatae*.

Os solos hidromórficos são o habitat dos urzais higrófilos *Cirsio filipenduli-Ericetum ciliaris* e *Genisto berberideae-Ericetum tetralicis*. Em mosaico com os urzais mesofilos é frequente o arrelvado anual do *Airo praecocis-Sedetum arenarii*. Nas áreas mais secas, em solos graníticos profundos, observam-se orlas arbustivas espinhosas de *Pyrus cordata* (*Frangulo alni-Pyretum cordatae*). Os bosques higrófilos, à semelhança de toda a vegetação dulceaquícola, estão mal estudados no território, supõe-se que se distribuem por duas associações: *Scrophulario scorodoniae-Alnetum glutinosae e Senecio bayonensis-Alnetum glutinosae*, sendo a primeira associação própria de áreas de clima de maior influencia mediterrânica. As zonas costeiras, por oposição a outros territórios litorais continentais portugueses, tem também uma vegetação característica, são exemplos: a vegetação dunar atlântica do *Otantho-Ammophiletum* e *Iberidetum procumbentis*; a vegetação de salgados do *Limonio-Juncetum maritimi, Puccinellio maritimae-Arthrocnemetum perennis* e *Inulo crithmoidis-Elymetum pycnanthi*; e a vegetação de arribas do *Crithmo-Armerietum pubigerae, Sagino maritimae-Cochlearietumdanicae* e *Cisto salviiolii-Ulicetum humilis* (tojal aero-halófilo).

A Sul do Douro, as Serras predominantemente graníticas de Montemuro, Freita, Arada, Leomil e Lapa formam o **Superdistrito Beiraduriense**, situado no andar supratemperado (húmido) hiper-húmido. De entre as comunidades vegetais mais frequentes no Superdistrito Beiraduriense, destacam-se os bosques de *Quercus pyrenaica (Holco-Quercetum pyrenaicae),* os giestais de *C. multiflorus* e *Lavandula stoechas* subsp. *sampaioana (Lavandulo sampaioanae-Cytisetum multiflori),* os urzais-tojais de *Ulex minor* e *Erica umbellata (Halimio alyssoidis-Pterospartem tridentatae)*, prados de lima *(Anthemido-Cynosuretum multiflori* e *Agrostio-Arrhenatheretum bulbosi)* e os juncais de carácter atlântico (*Peucedano-Juncetum acutiflori*).

6.1.2 Autorização de abate de sobreiros

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Centro
Mata Nacional do Choupal,
3000-611 COIMBRA

www.icnf.pt | rubus.icnf.pt
gdp.centro@icnf.pt
239007260

30115733

AVI PI, LDA
Lugar do Passal
Pinheiro de Lafões
3680-176 OLIVEIRA DE FRADES

vossa referência *your reference*	nossa referência *our reference*	nosso processo *our process*	Data *Date*
	S-027724/2023	P-026307/2023	2023-07-11

Assunto *subject*: ABATE DE SOBREIROS/AZINHEIRAS – DL 169/2001 ALTERADO PELO DL 155/2004

PROPRIEDADE: PAÚL

FREGUESIA: PINHEIRO DE LAFÕES

CONCELHO: OLIVEIRA DE FRADES

ÁREA DE INTERVENÇÃO: 1,5300 HECTARES

MOTIVO DO ABATE: PERCORRIDAS PELO INCÊNDIO DE 2017, COLOCANDO EM CAUSA PESSOAS E BENS. NO LOCAL VAI SER CONSTRUÍDO UM AVIÁRIO, CONFORME APROVAÇÃO DA INFORMAÇÃO PRÉVIA, PROCESSO Nº 2/2022 IP, DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FRADES

ÁREA PERCORIDA PELO CORTE: NÃO APLICÁVEL

NÚMERO DE ÁRVORES: 10 ADULTAS E 08 JOVENS

Na sequência do requerimento em epígrafe, informo V.Exª que, nos termos do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de Junho fica AUTORIZADO o corte da(s) árvore(s) acima referenciada(s).

Esta autorização é válida por um período de 1 ano a contar desta data.

O corte ou arranque das árvores, requer obrigatoriamente e em qualquer circunstância a prévia cintagem das árvores a abater com tinta indelével e de forma visível.

Caso o material lenhoso resultante deste abate se destine a venda ou auto consumo para transformação industrial, deverá V. Exa, nos termos do Decreto-Lei n.º 31/2020, de 30 de Junho, declarar previamente o mesmo ao ICNF, I.P. através do Sistema de Informação de Manifesto de Corte https://www.icnf.pt/oquefazemos/formularios

Se na sequência do corte de sobreiros, for efetuada a extração de cortiça, deverá V.Exª. conforme determina o nº. 3, do Art.º 14º, do Decreto-Lei nº. 169/2001, de 25 de maio, manifestar a respetiva produção, até 31 de dezembro do presente ano, utilizando o denominado "**Manifesto de Produção Suberícola**" disponível em:

NIPC 510 342 647 | Em futuras comunicações referencie o nosso número de documento e/ou de processo

http://www2.icnf.pt/portal/icnf/serv/formularios/manif/manif-prod-suber.

Recomenda-se:

- Realizar os cortes sanitários, tratando os restos dos mesmos na própria exploração e desinfetando as ferramentas com produtos homologados. Os sobrantes devem ser encaminhados para local adequado ou destruídos de acordo com a legislação vigente;
- A remoção das árvores não pode provocar danos no restante arvoredo;
- A regeneração natural deve ser preservada;
- Deverão ser evitadas técnicas que impliquem mobilizações do solo, de forma a evitar a transmissão de fungos radiculares e o corte de raízes, para controlo da vegetação espontânea deverá utilizar preferencialmente corta-matos e não grade de discos.

A presente autorização não dispensa o cumprimento de outras obrigações legais, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, em particular a temática relativa à proteção das aves, expressa sobretudo nos artigos n.º 2.º, n.º 1, a) e art.º 11.º, bem como o conteúdo do anexo B-IV). Assim, caso sejam detetados abrigos ou locais de nidificação nas áreas a intervir, deverá ser informado esta Direção Regional.

Chama-se ainda a atenção para a necessidade de cumprimento do Decreto-Lei n.º 76/2013, de 5 de junho, nos termos do qual todos os operadores que coloquem madeira ou produtos derivados de madeira no mercado interno pela primeira vez, têm de se registar junto do ICNF, I.P.

Mais informação em http://www2.icnf.pt/portal/florestas/fileiras/reg-op.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe de Divisão

Assinado por: **SOFIA GONÇALVES DE SOUSA**
Num. de Identificação: 09084349
Data: 2023.07.12 17:28:55+01'00'

Sofia Sousa

FP

Documento processado por computador, nº S-027724/2023

NIPC 510 342 647 | Em faturas comunicações referencie o nosso número de documento e/ou de processo

6.2 Fauna

6.2.1 Valorização das espécies que potencialmente ocorrem na área em estudo

Após a inventariação das espécies possivelmente existente na área em estudo, passou-se à sua valorização tendo em conta os seguintes instrumentos legais:

- ✓ **Convenção de Berna** - Convenção Relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais da Europa (Decreto-Lei n.º 95/81 de 23 de Julho); dedica especial atenção a espécies e habitats cuja conservação exige a cooperação de diversos estados, em particular ás espécies ameaçadas de extinção e vulneráveis, incluindo os endemismos e os migradores. Subdivide-se em:

Anexo II – Espécies da fauna que devem ser estritamente protegidas. Os países signatários devem estabelecer medidas legislativas e regulamentares de protecção dos seus habitats.
Anexo III – Espécies protegidas de uma forma menos estrita, sendo possível a sua captura ou abate, se bem que com restrições.

- ✓ **Convenção de Bona** – Conservação Sobre Espécies Migradoras Pertencentes à Fauna Selvagem (Decreto - Lei n.º 103/80 de 11 de Outubro). Divide-se em:

Anexo I – Espécies migradoras cujos signatários se comprometem a conceder protecção imediata, incluindo reconstrução dos habitats.
Anexo II – Espécies migradoras cuja conservação inclui a programação de acordos internacionais.

- ✓ **Directiva Aves** (79/409/CEE de 2 de Abril, transposta pelo Decreto Lei nº 140/99 de 24 de Abril); tem a ver com a conservação de todas as espécies de aves que vivem naturalmente no estado selvagem no território europeu dos Estados-membros ao qual é aplicável. O seu objectivo é a proteção, gestão e controlo dessas espécies, regulamentando a sua exploração. Para isso prevê a criação de Zonas de Proteção Especial (ZPEs), para as espécies consideradas prioritárias, ou seja, as que se incluem nos seguintes Anexos:

Anexo I – Espécies particularmente vulneráveis.
Anexo II – Espécies que podem ser caçadas desde que não sejam comprometidos os esforços de conservação.
Anexo II/1 – Espécies que podem ser caçadas em qualquer zona geográfica.
Anexo II/2 – Espécies que podem ser caçadas apenas nos estados membros referidos nesse Anexo.
Anexos III/1, III/2 e III/3 – Dizem respeito a restrições à caça, captura e comercialização das espécies neles incluídos.

- ✓ **Directiva Habitats**, (Directiva 92/43/CEE de 21 de Maio, transposta pelo Decreto-Lei n.º140/99, de 24 de Abril). Esta diretiva tem como objectivo favorecer a manutenção da biodiversidade através da criação de Zonas Especiais de Conservação (ZECs) em áreas que contenham

habitats e/ou espécies de interesse comunitário. Este objetivo é atingido através dos:

Anexo B-II – Espécies animais e vegetais de interesse comunitário, cuja preservação requer a designação de zonas especiais de conservação.

Anexo B-IV – Espécies animais e vegetais de interesse comunitário, que exigem proteção rigorosa.

- ✓ **Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal**.

a) Estatuto de conservação:

- **Extinto (EX)** – um taxon considera-se extinto quando não restam quaisquer dúvidas de que o último individuo morreu.
- **Extinto na Natureza (EW)** – um taxon considera-se extinto na natureza quando é dado como apenas sobrevivendo em cultivo, cativeiro ou como uma população naturalizada fora da sua anterior área de distribuição.
- **Criticamente em Perigo (CR)** – um taxon considera-se Criticamente em perigo quando as melhores evidências disponíveis indicam que se cumpre qualquer um dos critérios A a E para criticamente em perigo, pelo que se considera como enfrentando um risco de extinção na natureza extremamente elevado.
- **Em perigo (EN)** – um taxon considera-se em perigo quando as melhores evidências disponíveis indicam que se cumpre qualquer um dos critérios A a E para em perigo, pelo que se considera como enfrentando um risco de extinção da natureza muito elevado.
- **Vulnerável (VU)** – um taxon considera-se vulnerável quando as melhores evidências disponíveis indicam que se cumpre qualquer um dos critérios A a E para vulnerável, pelo que se considera como enfrentando um risco de extinção na natureza elevado.
- **Quase Ameaçado (NT)** - um taxon considera-se quase ameaçado quando, tendo sido avaliado pelos critérios, não se qualifica atualmente como Criticamente em Perigo, Em Perigo ou Vulnerável, sendo no entanto provável que lhe venha ser atribuído uma categoria de ameaça num futuro próximo.
- **Pouco Preocupante (LC)** – um taxon considera-se pouco preocupante quando foi avaliado pelos critérios e não se qualifica como nenhuma das categorias Criticamente em Perigo, Em Perigo, Vulnerável ou Quase Ameaçado. Taxa de distribuição ampla e abundante são incluídos nesta categoria.
- **Informação Insuficiente (DD)** – uma taxon considera-se com informação insuficiente quando não há informação adequando para fazer uma avaliação direta ou indireta do seu risco de extinção, com base na sua distribuição e/ou estatuto da população. Um taxon nesta categoria pode até estará muito estudado e a sua biologia ser bem conhecida, mas faltarem dados adequados sobre a sua distribuição e/ou abundância. Não constitui por isso uma categoria de ameaça. Classificar um taxon nesta categoria indica que é necessária mais informação e que se reconhece que investigação futura poderá mostrar que uma classificação de ameaça seja apropriada. É importante que seja feito uso de toda a informação disponível. Em muitos casos deve-se ser muito cauteloso na escolha entre DD e uma categoria de ameaça. Quando se suspeita que a área de distribuição de um taxon é relativa mente circunscrita e se decorreu

um período de tempo considerável desde a última observação de um indivíduo desse taxon, pode-se justificar a atribuição de uma categoria de ameaça.

- **Não Avaliado (NE)** – um taxon considera-se não avaliado quando ainda não foi avaliado pelos presentes critérios.

✓ **Livro Vermelho dos Mamíferos de Portugal Continental**.

6.2.2 Elenco Faunístico das espécies passiveis de existirem na área em estudo

Considerou-se a ocorrência das espécies detetadas por trabalho de campo ou mediante inquéritos. Foram também listadas as espécies potenciais cuja distribuição está presente na região tendo sido selecionado apenas as que são típicas dos habitats representados na área de estudo.

6.2.2.1 Aves

Na tabela seguinte estão referidas, as espécies de aves cuja ocorrência é provável (Rufino).

Tabela 3: Listagem das Aves passiveis de existirem na área em estudo

Espécies potencialmente ocorrentes		**Valorização das espécies**			
Espécie	Nome vulgar	Categorial de Conservação	Situação legal		
			Berna	Bona	Directiva aves
Accipiter gentilis	Açor	VU	II	II	
Aegithalus caudatus	Chapim-rabilongo	LC	III	-	-
Alauda arvensis	Laverca	LC	III	-	-
Alcedo athis	Guarda-rios	LC	II	-	A-I
Apus apus	Andorinhão-preto	LC	III	-	-
Buteo buteo	Águia-de-asa-redonda	LC	II	II	-
Carduelis cannabina	Pintarroxo	LC	II	-	-
Carduelis carduelis	Pintassilgo	LC	II	-	-
Carduelis chloris	Verdilhão	LC	II	-	-
Certhia brachydactyla	Trepadeira-comum	LC	I	-	-
Cettia cetti	Rouxinol-bravo	LC	II	II	
Cinclus cinclus	Melro-d'agua	LC	II	-	-
Columba palumbus	Pombo-torcaz	LC	-	-	-
Corvus corone	Gralha-preta	LC	-	-	D
Cuculus canorus	Cuco	LC	III	-	-
Dendrocopus major	Pica-pau-malhado-grande	LC	II	-	-
Delichon urbicum	Andorinha-dos-beirais	LC	II	-	-
Emberiza cia	Cia	LC	II	-	-
Falco tinnunculus	Peneireiro	LC	II	II	-
Erithacus rubecula	Pisco-de-peito-ruivo	LC	II	II	-
Fringilla coelebs	Tentilhão-comum	LC	III	-	-
Garrulus glandarius	Gaio	LC	-	-	D
Hippolais polyglotta	Felosa-poliglota	LC	II	II	-
Hirundo rustica	Andorinha-das-chaminés	LC	II	-	-
Jynx torquilla	Torcicolo	DD	II	-	-
Lulula arbórea	Cotovia pequena	LC	III	A-I	
Milvus migrans	Milhafre-preto	LC	II	II	A-I
Luscinia megarhynchos	Rouxinol	LC	II	II	-
Motacilla alba	Alvéola-Branca-Comum	LC	II	-	-
Motacilla cinérea	Alvéola-cinzenta	LC	II	-	-

Parus ater	Chapim-preto	LC	II	-	-
Parus caeruleus	Chapim-azul	LC	II	-	-
Parus cristatus	Chapim-de-poupa	LC	II	-	-
Parus major	Chapim-real	LC	II	-	-
Passer domesticus	Pardal-comum	LC	-	-	-
Passer montanus	Pardal-montez	LC	III	-	-
Phooenicurus ochruros	Rabirruivo-preto	LC	II	II	-
Phylloscopus ibericus	Felosinha -ibérica	LC	II	II	-
Pica Pica	Pega	LC	-	-	D
Picus viridis	Peto-verde	LC	II	-	-
Ptyonoprogne rupestris	Andorinha-das-Rochas	LC	II	-	-
Regulus ignicapillus	Estrelinha Real	LC	II	II	-
Saxicola torquatus	Cartaxo-comum	LC	II	II	-
Serinus serinus	Chamariz	LC	II	-	-
Streptotelia turtur	Rola-comum	LC	III	-	D
Streotopelia decaocto	Rola-turca	LC	III	-	-
Sturnus unicolor	Estorninho-preto	LC	II	-	-
Sitta europaea	Trepadeira Azul	LC	II	-	-
Strix aluco	Coruja-do-mato	LC	II	-	-
Sylvia atricapilla	Toutinegra-de-barrete-preto	LC	II	II	-
Sylvia melanocephala	Toutinegra de cabeça preta	LC	II	II	-
Sylvia undata	Felosa-do-mato	LC	II	-	-
Troglodytes troglodytes	Carriça	LC	II	-	-
Turdus merula	Melro-preto	LC	III	II	D
Turdus viscivorus	Tordeia	LC	III	-	D
Tyto alba	Coruja-das-torres	LC	II	-	-
Upupa epops	Poupa	LC	II	-	-

6.2.2.2 Mamíferos

Tabela 4: Listagem de espécies de mamíferos passiveis de existirem na área em estudo

Espécies potencialmente ocorrentes		**Valorização das espécies**		
Espécie	Nome vulgar	Categoria de conservação	Situação legal	
			Berna	Bona
Apodemus sylvaticus	Ratinho-do-campo	LC	-	-
Arvicola sapidus	Rato-de-água	LC	-	-
Canis lupus	Lobo	EN	II	-
Capreolus capreolus	Corço	LC	III	
Crocidura russula	Musaranho-de-dentes-brancos	LC	III	-
Crocidura suaveolens	Musaranho-de-dentes-brancos-pequeno	NE	III	-
Eliomys quercinus	Leirão	DD	III	-
Erinaceus europaeus	Ouriço-cacheiro	LC	III	-
Galemys pyrenaicus	Toupeira-de-agua	VU	II	-
Genette genetta	Geneta	LC	III	-
Lutra lutra	Lontra	LC	II	-
Martes foina	Fuinha	LC	III	-
Meles meles	Texugo	LC	III	-
Microtus agrestis	Rato-do-campo-de-rabo-curto	LC	-	-
Microtus lusitanicus	Rato-Cego	LC		-
Mus domesticus	Rato-caseiro	LC	-	-
Mus spretus	Ratinho-ruivo/Rato-das-hortas	LC	-	-
Mustela nivalis	Doninha	LC	III	-
Neomys anomalus	Musaranho-de-água	DD	III	-
Oryctolagus cuniculus	Coelho-bravo	NT	-	-
Sorex granarius	Musaranho-de-dentes-vermelhos	DD	III	-

Sorex minutus	Musaranho-anão-de-dentes-vermelhos	DD	III	-
Sus scrofa	Javali	LC	-	-
Talpa occidentalis	Toupeira	LC	-	-
Vulpes vulpes	Raposa	LC	-	-
Rhinolophus ferrumequinum	Morcego-de-ferradura-grande	VU	II	II
Rhinolophus hipposideros	Morcego-de-ferradura-pequeno	VU	II	II
Myotis nattereri	Morcego-de-franja	VU	II	II

6.2.2.3 Herptofauna

Tabela 5: Listagem de espécies de anfíbios passiveis de existirem na área em estudo

Espécies potencialmente ocorrentes		**Valorização das espécies**		
Espécie	Nome vulgar	Estatuto de conservação	Situação legal	
			Decreto-Lei 140/99	Berna
Alytes obstetricans	Sapo-parteiro-comum	LC	-	-
Bufo bufo	Sapo-comum	LC	-	-
Bufo calamita	Sapo-corredor	LC	B-IV	-
Chioglossa lusitanica	Salamandra-lusitanica	VU	II	-
Discoglossus galganoi	Rã-de-focinho-pontiagudo	NT	-	-
Rana ibérica	Rã-iberica	LC	B-IV	-
Rana perezi	Rã-verde	LC	B-V	-
Salamandra salamandra	Salamandra-de-pintas-amarelas	LC	-	III
Triturus boscai	Trintão-de-ventre-laranja	LC	-	III
Triturus marmoratus	Tritão-marmorado	LC	B-IV	III

Tabela 6: Listagem de espécies de repteis passiveis de existirem na área em estudo

Espécies potencialmente ocorrentes		**Valorização das espécies**		
Espécie	Nome vulgar	Estatuto de conservação	Situação legal	
			Decreto-Lei 140/99	Berna
Anguis fragilis	Licranço/Cobra-de-vidro	LC	-	II
Chalcides striatus	Cobra-de-pernas-tridáctila	LC	-	III
Coluber hippocrepis	Cobra-de-ferradura	LC	B-IV	II
Elaphe scalaris	Cobra-de-escada	LC	-	III
Lacerta lepida	Sardão/Lagarto	LC	-	II
Lacerta schreiberi	Lagarto-de-agua	LC	B-II B-IV	II
Malpolon monspessulanus	Cobra-rateira	LC	-	III
Mauremys leprosa	Cagado-mediterrânico	LC	B-II B-IV	II
Natrix maura	Cobra-de-agua-viperina	LC	-	III
Natrix natrix	Cobra-de-água	LC	-	III
Podarcis carbonelli	Lagartixa-de-carbonell	VU		
Podarcis hispanica	Lagartixa-iberica	LC	B-IV	III
Psammodromus algirus	Lagartixa-do-mato-comum	LC	-	III

7 Património

Durante os trabalhos de prospeção e levantamento documental é preenchida uma ficha específica com os critérios previamente definidos para todos as Ocorrências

Patrimoniais identificadas, onde se encontram todas as informações necessárias à sua identificação *in situ*. Essa ficha tem por modelo a base de dados do "Endovélico" do extinto IPA e o Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) "Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico":

Nº Inventário - Número sequencial que identifica a Ocorrência Patrimonial utilizado na cartografia, nas tabelas e nas fichas de inventário (a sequência numérica é aleatória e contínua).
Projecto - Nome do projeto em que se insere o Estudo.
O.P. - Nome atribuído à Ocorrência Patrimonial identificada.
Data - Altura em que foi realizada a avaliação.
Localização Administrativa - Distrito/Concelho/Freguesia onde se localiza a Ocorrência Patrimonial.
Localização Geográfica - Todas as Ocorrências Patrimoniais são localizadas cartograficamente. (Sistema de Projeção: Hayford-Gauss; Sistema de Referenciação: sistema de coordenadas militares; Datum: Lisboa). Meridiano; Paralelo e Altitude (coordenadas obtidas em campo com recurso a GPS).
Topónimo - Topónimo local onde a Ocorrência Patrimonial se localiza.
Microtopónimo - Microtopónimo onde a Ocorrência Patrimonial se localiza.
Proprietário - Sempre que for possível contatar com o proprietário onde se identifica a Ocorrência Patrimonial, regista-se essa informação.
CMP - "Carta Militar de Portugal" (1999), Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), nº da folha na escala 1:25.000 utilizada durante o trabalho de campo.
Classificação - Imóvel Classificado ou outro tipo de proteção, com condicionantes ao uso e alienação do imóvel.
Decreto Lei - Decreto de lei da classificação do monumento.
Estado Conservação - Estado de conservação do monumento.

Caracterização da Ocorrência Patrimonial

(Descrição das características principais de cada Ocorrência Patrimonial)

Tabela 7**:** Categoria atribuída a cada Ocorrência Patrimonial. Distinção entre arqueológica, arquitectónica, etnográfica

CATEGORIA		
Arqueológica	Arquitectónica	Etnográfica

Tabela 8: Tipo funcional a que se refere a Ocorrência Patrimonial (Adaptada da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia, actual DGPC (no *theasaurus* do Endovelico) http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt)

TIPO DE SÍTIO				
Abrigo	Achado Isolado	Alçaria	Alinhamento	Anfiteatro
Aqueduto	Arte Rupestre	Arranjo de Nascente	Atalaia	Azenha
Balneário	Barragem	Basílica	Calçada	Canalização
Capela	Casal Rústico	Castelo	Cais	Cemitério
Cetária	Chafurdo	Cidade	Circo	Cista
Cisterna	Complexo Industrial	Concheiro	Convento	Criptopórtico
Cromeleque	Curral	Depósito	Edifício com interesse histórico	Eira
Ermida	Escultura	Estrutura com interesse histórico	Fonte	Forja
Forno	Fortificação	Fórum	Fossa	Gruta
Hipocausto	Hipódromo	Igreja	Indeterminado	Inscrição
Lagar	Laje Sepulcral	Malaposta	Mancha de Ocupação	Marco
Menir	Mesquita	Miliário	Mina	Moinho de Maré
Moinho de Vento	Mosaico	Monumento Megalítico Funerário	Muralha	Muro
Nicho	Nora	Oficina	Olaria	Palácio
Paço	Pedreira	Pelourinho	Poço	Pombal

Ponte	Povoado	Povoado Fortificado	Recinto	Represa
Salina	Santuário	Sarcófago	Sepultura	Silo
Sinagoga	Talude	Tanque	Teatro	Templo
Termas	Tesouro	Torre	Tulhas	Via
Viaduto	Moinho de Água	Monte	Laje com Covinhas	Pias
Villa	Açude e Dique	Espigueiro	Quinta	Alminha
	Vicus	Cruzeiro	Vest. diversos	

Tabela 9: Cronologia da Ocorrência Patrimonial (A indicação de vários períodos cronológicos separados por "/" tem significado cumulativo)

CRONOLOGIA			
Paleolítico Inferior	Paleolítico Médio	Paleolítico Superior	Epipaleolítico/Mesolítico
Neolítico	Neolítico Antigo	Neolítico Médio	Neolítico Final
Calcolítico	Calcolítico Final	Bronze Pleno	Bronze Final
Idade do Ferro	1ª Idade do Ferro	2ª Idade do Ferro	Romano
Romano Republicano	Romano Império	Romano Alto Império	Romano Baixo Império
Idade Média	Alta Idade Média	Baixa Idade Média	Islâmico
Moderno	Contemporâneo	Pré-História Antiga	Pré-História Recente
	Proto-História	Indeterminado	

Tabela 10: Trata-se do contexto geológico onde se localiza a Ocorrência Patrimonial

CONTEXTO GEOLÓGICO				
Granitos	Xistos	Calcários	Aluviões	Coluviões
Argila	Calcossilicatado	Basalto	Marga	Mármore
Silex	Tufo	Turfa	Outro	Arenitos
Areias	Terraço	Depósitos argilosos	Rochas vulcânicas	Dioritos
		Terraço fluvial/cascalheira		

Tabela 11: Critérios seguidos para contextualizar topograficamente a Ocorrência Patrimonial

TOPOGRAFIA				
Arriba	Planície	Colina suave	Cerro – topo	Cerro – vertente
Canhão	Encosta	Grande elevação	Outros	Pequena elevação
Planície	Rechã	Vale aberto	Vale fechado	Leito de rio ou ribeiro
Espigão de meandro fluvial	Esporão	Escarpa	Plataforma / rechã	Planalto
	Praia		Várzea	

Tabela 12:Critérios utilizados para caracterizar a visibilidade da Ocorrência Patrimonial no território envolvente

VISIBILIDADE	
Destaca-se bem	Destaca-se medianamente
Diluída na paisagem	Escondida

Tabela 13: Nível do controlo visual que a Ocorrência Patrimonial detém sobre a paisagem

CONTROLO VISUAL		
Controlo visual total	Controlo condicionado	Controlo restrito (do espaço limítrofe)

Tabela 14: Vegetação existente no local onde se localiza a Ocorrência Patrimonial

VEGETAÇÃO		
Sem vegetação	Vegetação rasteira	Arbustos ou mato denso
Floresta/mata densa	Floresta/mata pouco densa	Cultura de vinha

Tabela 15: Utilização actual do solo em que se situa a Ocorrência Patrimonial (Adaptada da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia, actual DGPC (no *theasaurus* do Endovelico) http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt). Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos

USO DO SOLO				
Agrícola	Turismo	Urbano	Agrícola regadio	Pastoreio
Eucaliptal	Mato	Montado	Olival	Outros
Florestal	Areeiro	Pântano	Industrial	Pedreira
Pinhal	Aterro	Baldio	Caminho	Pedregais
Agricultura manual	Agricultura mecânico	Latifúndio	Minifúndio	Socalcos
Recursos	Exploração agrícola		Pomar	Piscicultura

Tabela 16: Fonte utilizada na identificação da Ocorrência Patrimonial: pesquisa documental (no caso de ter sido previamente identificada na pesquisa documental); trabalho de campo (no caso de ter sido reconhecida durante a fase de trabalho de campo)

FONTES					
Pesquisa Documental	Bibliográfica	Cartográfica	Planos Municipais	Projectos de investigação	Base de dados
Trabalho de Campo	Prospeção			Informação Oral	

Tabela 17: Ameaças sobre a Ocorrência Patrimonial. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos

AMEAÇAS				
Abandono	Construção	Agrícola	Agrícola regadio	Pastoreio
Florestal	Areeiro	Pântano	Industrial	Pedreira
Erosão marinha	Erosão fluvial	Gado	Outros	Rede viária
Barragem	Aterro	Baldio	Caminho	Agentes erosivos
	Vandalismo		Vegetação	

Tabela 18: Indica a presença ou ausência de materiais arqueológicos

MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	
Presença	Ausência

Tabela 19: Delimitação relativa da área em que se encontram materiais arqueológicos

DISPERSÃO DOS MATERIAIS	
Extensa	Média
Pequena	Pontual

Tabela 20: Tipo de dispersão dos materiais arqueológicos

TIPO DE DISPERSÃO	
Contínua	Dispersa
Concentrada	Progressiva

Local de Depósito - Localização onde os materiais quando recolhidos são guardados até serem entregues na extensão correspondente da DGPC.

Tabela 21: Referência ao tipo de acesso à Ocorrência Patrimonial

ACESSIBILIDADE		
Via Rápida	Estrada Nacional	Estrada Municipal
Estradão	Caminho de pé posto	Sem acesso

Tabela 22: Caso existam, referencia aos trabalhos arqueológicos pré-existentes em relação à Ocorrência Patrimonial

TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS		
Conservação/Valorização	Escavação	Sondagem
Levantamento		Prospeção

Bibliografia - Bibliografia consultada sobre a Ocorrência Patrimonial.
Localização Face ao Projecto - Descrição da localização da Ocorrência Patrimonial em relação ao projecto, indicando-se as relações de proximidade. As distâncias da Ocorrência Patrimonial às unidades de projeto foram medidas em metros sobre a CMP à escala 1: 25 000.
Descrição - Descrição da Ocorrência Patrimonial em termos de localização, características construtivas e materiais utilizados, dimensões, etc. Assim como a descrição dos materiais identificados durante o trabalho de campo (tipologia, cronologia, quantidade...). Indicação dos materiais arqueológicos móveis recolhidos e a indicação do depósito provisório.

Classificação Patrimonial

(Análise, a mais objetiva possível, a partir dos dados disponíveis da importância da Ocorrência Patrimonial Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) "Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico")

Valor Arqueológico - Relativo ao seu valor como sítio arqueológico.

Valor Arquitectónico - Relativo à importância da arquitectura da Ocorrência Patrimonial encontrada.

Valor Histórico - Relativo à importância que pode assumir como documento para a história local/nacional.

Valor Etnográfico - Relativo à importância que pode assumir como elemento representativo de técnicas e modos de vida locais ou regionais tradicionais.

Representatividade - Relativo ao tipo de contexto e numa escala regional.

Potencial Científico - Relativo à importância que pode assumir para a investigação de determinada realidade e período.

Interesse Público - Relativo à sua possibilidade de utilização pedagógica junto do público em geral e escolar em particular.

Grau de Conservação - Relativo ao estado de conservação e à especificidade da Ocorrência Patrimonial. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos.

Tabela 23: Hierarquização do interesse patrimonial da Ocorrência Patrimonial no conjunto do inventário de acordo com os seguintes critérios: Elevado: Imóvel Classificado (Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público, etc) ou ocorrência não classificada (sítio, conjunto ou construção, de interesse arquitectónico ou arqueológico) de elevado valor científico, cultural, representatividade, raridade, antiguidade, monumentalidade, a nível nacional. Médio: Ocorrência Patrimonial (arqueológica, arquitectónica, etnográfica) não classificada de valor científico, cultural e/ou raridade, antiguidade, monumentalidade (características presentes no todo ou em parte), a nível nacional ou regional. Reduzido: Aplica-se a Ocorrências Patrimoniais que em função do seu estado de conservação, antiguidade, valor científico, arcaísmo, complexidade, antiguidade e inserção na cultura local não são representativos a nível nacional ou regional. Sem interesse: Atribuído a construção actual ou a Ocorrência Patrimonial de interesse patrimonial totalmente destruído. Indeterminado: Quando as condições de acesso ao local, a cobertura vegetal ou outros factores impedem a observação da Ocorrência Patrimonial (interior e exterior no caso das construções)

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL					
Valor Arqueológico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Arquitectónico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Histórico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Etnográfico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Representatividade	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Potencial Científico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Interesse Público	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Grau de Conservação	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado

Avaliação de Impacte e Mitigação

(Para além da caracterização e importância da Ocorrência Patrimonial, foi considerado o tipo de Impacte a que a Ocorrência Patrimonial está sujeita, assim como as medidas de Mitigação Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) "Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico")

Magnitude do Impacte - Corresponde ao grau de afetação de impacte na Ocorrência Patrimonial.

Área Sujeita a Impacte - Dimensão do impacte a Ocorrência Patrimonial (salienta-se a importância da definição das áreas de dispersão dos materiais).

Probabilidade – Consiste no grau de certeza sobre a existência de impacte sobre a Ocorrência Patrimonial.

Fase de Ocorrência – Fase de implantação do projeto em que irá ocorrer o impacte.
Carácter de Impacte – O impacte da Ocorrência Patrimonial poderá ser de carácter Direto ou Indireto. Direto quando significa a destruição da Ocorrência Patrimonial em causa, Indireto quando significa a alteração do seu contexto primitivo.
Tipo de Impacte - Relativo ao período de tempo de impacte sobre da Ocorrência Patrimonial.

Tabela 24: O grau de afetação do impacte na Ocorrência Patrimonial

AVALIAÇÃO DE IMPACTE					
Magnitude do Impacte	Elevado (≥ 95%)	Médio (≥ 60% < 95%)	Reduzido (≥ 30% < 60%)	Pontual (< 30%)	Indeterminado(0%)
Área Sujeita a Impacte	Elevado (≥ 95%)	Médio (≥ 60% < 95%)	Reduzido (≥ 30% < 60%)	Pontual (< 30%)	Indeterminado(0%)
Probabilidade	Certo	Muito provável	Possível	Pouco provável	
Fase de Ocorrência	Construção	Exploração		Desativação	
Carácter de Impacte	Indireto			Direto	
Tipo de Impacte	Temporário			Permanente	

Mediante os resultados obtidos na Classificação Patrimonial e na Avaliação de Impacte estabeleceram-se diferentes Níveis de Condicionantes que a Ocorrência Patrimonial impõe ao desenvolvimento do projeto, através de parâmetros expecíficos e objetivos, facilitando a sua inclusão dentro do projeto (Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) "Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico").

Tabela 25: Correspondendo às áreas de impacte expostas procedeu-se à definição de uma gradação de condicionantes consequentes

NÍVEL DE CONDICIONANTE	
Nível 5	Condiciona a obra e as acções intrusivas, impondo uma delimitação rigorosa da área protegida até 50m em torno (conforme estabelecido na legislação)
Nível 4	Impacte Severo - Embora não impeça o prosseguimento do projeto, impõe um estudo exaustivo prévio do sítio arqueológico, a necessidade de uma avaliação da área efetiva dos vestígios e a sua aprofundada caracterização, através da realização de escavação arqueológica da área total afetada
Nível 3	Impacte Moderado - Embora não impeça o prosseguimento do projeto, impõe um estudo de diagnóstico prévio do sítio arqueológico, a necessidade de uma avaliação da área efetiva dos vestígios e a sua aprofundada caracterização, através da realização de sondagens de diagnóstico
Nível 2	Impacte Compatível - Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras
Nível 1	Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto

Por fim, estabelece-se a Medida Minimizadora mais adequada a seguir para cada Ocorrência Patrimonial

Tabela 26: Recomendações a seguir em cada uma das Ocorrências Patrimoniais

MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	
Medida de classe A	Em caso de Impacte Severo sobre um sítio arqueológico, preconiza-se a realização de escavação arqueológica da área total afetada que venha a sofrer um tipo de afetação direta de forma a avaliar a sua relevância científica
Medida de classe B	Em caso de Impacte Moderado sobre um sítio arqueológico, preconiza-se a realização de sondagens de diagnóstico em todos os sítios arqueológicos que venham a sofrer um tipo de afetação direta de forma a avaliar a sua relevância científica
Medida de classe C	Prospeção sistemática das áreas classificadas na cartografia como de visibilidade parcial ou nula
Medida de classe D	Prospeção sistemática de toda a área de afetação da Ocorrência Patrimonial antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis

	minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais. Realização de memória descritiva da Ocorrência e descrição gráfica
Medida de classe E	Sinalização e vedação com recurso a fita sinalizadora da Ocorrência Patrimonial quando aplicável com afetação indireta para que não sofra nenhum tipo de afetação direta pela circulação de pessoas e maquinaria. É ainda recomendado o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo
Medida de classe F	Devido à localização de difícil acesso e de ficar submersa conforme as marés e por isso não ser possível a vedação e sinalização, recomenda-se o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo. Mais se considera que o arqueólogo deverá sensibilizar o empreiteiro para a não afetação durante a empreitada
Medida de classe G	Sempre que a fase de projecto o permita, deverão ser equacionadas, em termos de viabilidade técnica e de custos a alteração ou ratificação do projeto
Medida de classe H	Preservação da Ocorrência Patrimonial em caso de afetação direta, através da sua transferência ou transladação
Medida de classe I	Monitorização e vigilância periódica na fase de exploração (por períodos de pelo 3 anos) do estado de conservação da Ocorrência Patrimonial situada na área de incidência do projeto ou nos principais acessos. Esta medida deve ser executada por especialista independente (arqueólogo) contratado pelo dono da obra e inclui a apresentação de relatórios de visita à entidade de tutela sobre o património arqueológico e comunicação às entidades competentes dos efeitos negativos detectados
Medida de classe J	Prospeção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido
Medida de classe K	Qualquer demolição ou alteração das ocorrencias patrimoniais identificadas carece da realização de uma descrição da Ocorrencia, do registo gráfico e fotográfico e acompanhamento arqueológico de qualquer trabalho em fase de construção

7.1 Registo Cartográfico

Nas peças desenhadas apresentadas no ponto 7.4, apresenta-se o ponto de localização das fotografias, designadas de FX, onde o X corresponde ao número da fotografia respetiva e identificada abaixo.

F1 Coordenadas 40.723067 -8.207390

F2 Coordenadas 40.722381 -8.207784

F3 Coordenadas 40.724309 -8.207110

F4 Coordenadas 40.723415 - 8.208242

F5 Coordenadas 40.723451 -8.206576

F1 Coordenadas 40.723067 -8.207390

F2 Coordenadas 40.722381 -8.207784

F3 Coordenadas 40.724309 -8.207110

F4 Coordenadas 40.723415 - 8.208242

F5 Coordenadas 40.723451 -8.206576

F1 Coordenadas 40.723067 -8.207390

F2 Coordenadas 40.722381 -8.207784

F3 Coordenadas 40.724309 -8.207110

F4 Coordenadas 40.723415 - 8.208242

F5 Coordenadas 40.723451 -8.206576

F1 Coordenadas 40.723067 -8.207390

F2 Coordenadas 40.722381 -8.207784

F3 Coordenadas 40.724309 -8.207110

F4 Coordenadas 40.723415 - 8.208242

F5 Coordenadas 40.723451 -8.206576

F1 Coordenadas 40.723067 -8.207390

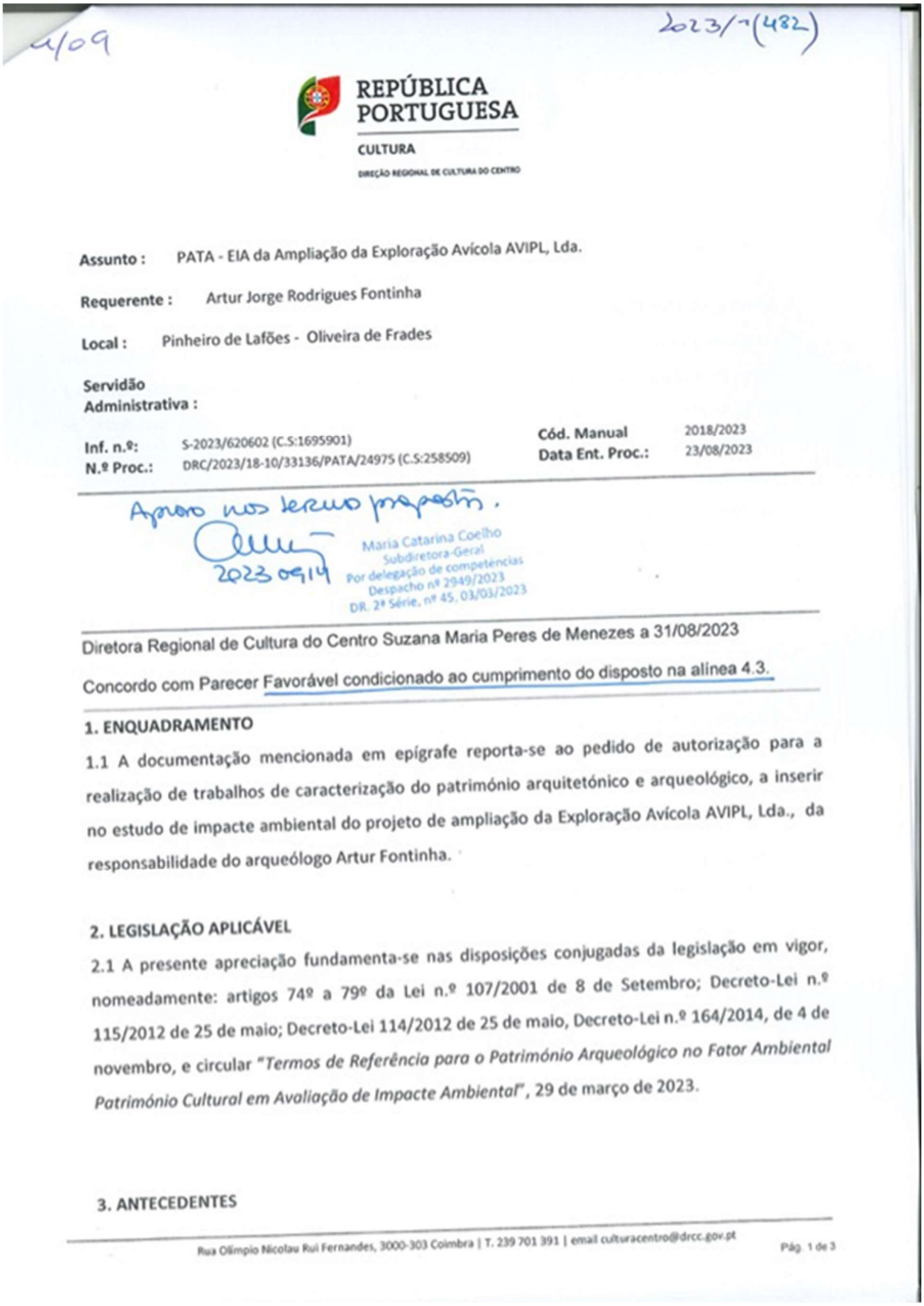
F2 Coordenadas 40.722381 -8.207784

F3 Coordenadas 40.724309 -8.207110

F4 Coordenadas 40.723415 - 8.208242

F5 Coordenadas 40.723451 -8.206576

7.2 Cópia do ofício de autorização para a realização dos trabalhos



4/09

2023/7(482)

REPÚBLICA PORTUGUESA
CULTURA
DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

Assunto : PATA - EIA da Ampliação da Exploração Avícola AVIPL, Lda.

Requerente : Artur Jorge Rodrigues Fontinha

Local : Pinheiro de Lafões - Oliveira de Frades

Servidão Administrativa :

Inf. n.º: S-2023/620602 (C.S:1695901)
N.º Proc.: DRC/2023/18-10/33136/PATA/24975 (C.S:258509)
Cód. Manual 2018/2023
Data Ent. Proc.: 23/08/2023

Aprovo nos termos propostos.
20230914
Maria Catarina Coelho
Subdiretora-Geral
Por delegação de competências
Despacho nº 2949/2023
DR. 2ª Série, nº 45, 03/03/2023

Diretora Regional de Cultura do Centro Suzana Maria Peres de Menezes a 31/08/2023

Concordo com Parecer Favorável condicionado ao cumprimento do disposto na alínea 4.3.

1. ENQUADRAMENTO

1.1 A documentação mencionada em epígrafe reporta-se ao pedido de autorização para a realização de trabalhos de caracterização do património arquitetónico e arqueológico, a inserir no estudo de impacte ambiental do projeto de ampliação da Exploração Avícola AVIPL, Lda., da responsabilidade do arqueólogo Artur Fontinha.

2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

2.1 A presente apreciação fundamenta-se nas disposições conjugadas da legislação em vigor, nomeadamente: artigos 74º a 79º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro; Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de maio; Decreto-Lei 114/2012 de 25 de maio, Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, e circular "*Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Avaliação de Impacte Ambiental*", 29 de março de 2023.

3. ANTECEDENTES

Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes, 3000-303 Coimbra | T. 239 701 391 | email culturacentro@drcc.gov.pt Pág. 1 de 3

REPÚBLICA PORTUGUESA
CULTURA
DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

3.1 Não existem antecedentes registados em arquivo.

4. APRECIAÇÃO DE ARQUEOLOGIA

4.1 O projeto localiza-se numa parcela de terreno com uma área aproximada de 73054m², em Pinheiro de Lafões, Oliveira de Frades. Este é constituído por "(...) *um pavilhão destinado a á criação de aves com uma área de 2268,90 m². No topo do pavilhão, serão instalados os equipamentos, serviços sociais e sanitários, algumas infraestruturas de apoio, com uma área de 249.80 m2, e sua compartimentação está indicada em planta* (...)";

4.2 O Plano de Trabalhos propõe-se a dar cumprimento à seguinte metodologia;

- Consulta bibliográfica e das bases de dados institucionais;
- Análise fisiográfica e toponímica;
- Prospeção arqueológica sistemática da área de afetação do projeto;
- Inventariação e hierarquização da importância científica e patrimonial das ocorrências patrimoniais identificadas;
- Avaliação de impactes patrimoniais e proposta de minimização.

4.3 O Plano de Trabalhos faz referência ao cumprimento da circular: "*Termos de Referência para o Descritor do Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental*", datada de 2004. Contudo, esta referência encontra-se desatualizada, devendo a metodologia dar cumprimento integral à circular "*Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Avaliação de Impacte Ambiental*", 29 de março de 2023.

5. CONCLUSÃO

Em face do exposto, propõe-se a emissão de parecer **favorável** à aprovação do requerimento supra mencionado, **condicionado** ao cumprimento do disposto na alínea 4.3 da presente informação.

Do teor desta informação deverá ser dado conhecimento ao requerente e à Câmara Municipal de Oliveira de Frades.

Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes, 3000-303 Coimbra | T. 239 701 391 | email culturacentro@drcc.gov.pt

REPÚBLICA PORTUGUESA
CULTURA
DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

À consideração superior,

A Técnica Superior

M. Branco.

Gertrudes Branco, arqueóloga

7.3 Ficha de Sítio

GOVERNO DE PORTUGAL | SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA

dgpc Direção-Geral do Património Cultural

Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico

(para acompanhar o relatório)

Sítio Arqueológico

Designação

Ampliação da Exploração Avícola AVIPL, lda

Distrito: Viseu | Concelho: Oliveira de Frades

Freguesia: Pinheiro | Lugar: Pinheiro de Lafões

C.M.P. 1:25.000 folha n.º: 176 | Altitude (m):

Coordenada X: 40.723607 | Coordenada Y: -8.207469

Tipo de sítio *: Indeterminado

Período cronológico *: Indeterminado

Descrição do sítio (15 linhas)

A construção (aviário) que se pretende levar a efeito será realizada numa parcela de terreno com uma área aproximada de 73054m2 que o requerente possui Pinheiro de Lafões, Oliveira de Frades.
A referida construção a realizar terá apenas um nível, e compartimentada da seguinte forma:
Um pavilhão destinado a á criação de aves com uma área de 2268,90 m2. No topo do pavilhão, serão instalados os equipamentos, serviços sociais e sanitários, algumas infra-estruturas de apoio, com uma área de 249.80 m2, e sua compartimentação está indicada em planta.
O edifício será construído em estrutura metálica, a cobertura será em chapa de sandwich dupla de 4 cm. As paredes exteriores são em painel sandwich. O pavimento será realizado em enrocamento de pedra como base e após isso, será executado um pavimento polido em betão de fácil limpeza e desinfeção.
As janelas de ventilação são as identificadas em alçados e de acordo com as condições desta unidade de produção e sua capacidade.
As janelas e portas exteriores serão metálicas com pintura a tinta de óleo de fácil limpeza.

Bibliografia

BORGES, S. (2000) - Contributo para o estudo das vias romanas no concelho de Oliveira de Frades. In Almadan. Almada. 2ª serie: 9.
CRUZ, D. J. (2001), O Alto Paiva: megalitismo, diversidade tumular e práticas rituais durante a Préhistória Recente, 2 vols. Coimbra: Universidade de Coimbra.
CRUZ, D. J. (1995), Dólmen de Antelas (Pinheiro de Lafões, Oliveira de Frades, Viseu). In Estudos PréHistóricos. Viseu. 3.

Proprietários: AVI PL

Classificação *:

Decreto:

Estado de conservação *: | Uso do solo *:

Ameaças *: | Protecção/Vigilância *:

* Preencher de acordo com a lista do *Thesaurus* do ENDOVÉLICO. Essa lista poderá ser consultada em: www.igespar.pt

Pág. 1 de 2

GOVERNO DE PORTUGAL | SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA

dgpc Direção-Geral do Património Cultural

Acessos

EM

Descrição do Espólio

Neste estudo não foram identificados vestígios de materiais arqueológicos.

Local de depósito -

Trabalho Arqueológico Anual

Arqueólogo responsável Artur Fontinha

Tipo de trabalho * Prospecção

Datas: de início 14.09.23 de fim 20.09.23 duração (em dias) 6

Projecto de Investigação

Objectivos (10 linhas)

Este relatório pretende efectuar a caracterização da área de intervenção em termos geográficos, paisagísticos, históricos e arqueológicos, e a sua integração num contexto mais alargado, neste caso, a delimitação da freguesia a que pertence a área do projecto em questão, de forma a assegurar a salvaguarda de todos os vestígios de interesse patrimonial identificados. Neste âmbito foram analisadas as áreas de implantação. Neste Relatório consta um parecer sobre a necessidade de se proceder ao Acompanhamento Arqueológico, ou à necessidade de se implementar quaisquer Intervenções Arqueológicas de Registo Científico em todas as zonas afectas à empreitada.

Resultados (15 linhas)

No estudo bibliográfico e de prospeção não foram identificadas Ocorrências Patrimoniais dentro da área de incidência direta e indireta.

Em termos gerais o projeto tem uma condicionante arqueológica de nível 2: Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras: Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto. Pelo que não foram propostas medidas de minimização.

* Preencher de acordo com a lista do *Thesaurus* do ENDOVÉLICO. Essa lista poderá ser consultada em: www.igespar.pt

Pág. 2 de 2

7.4 Registo Cartográfico

PROJETO "Ampliação da Exploração Avícola AVIPL, lda"

DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA

Excerto da "Carta Militar de Portugal" (1999),
Serviço Cartográfico do Exército, Folha nº 176

Area de estudo

CLIENTE ENGISAUDE – Ambiente, Saúde e Formação, lda

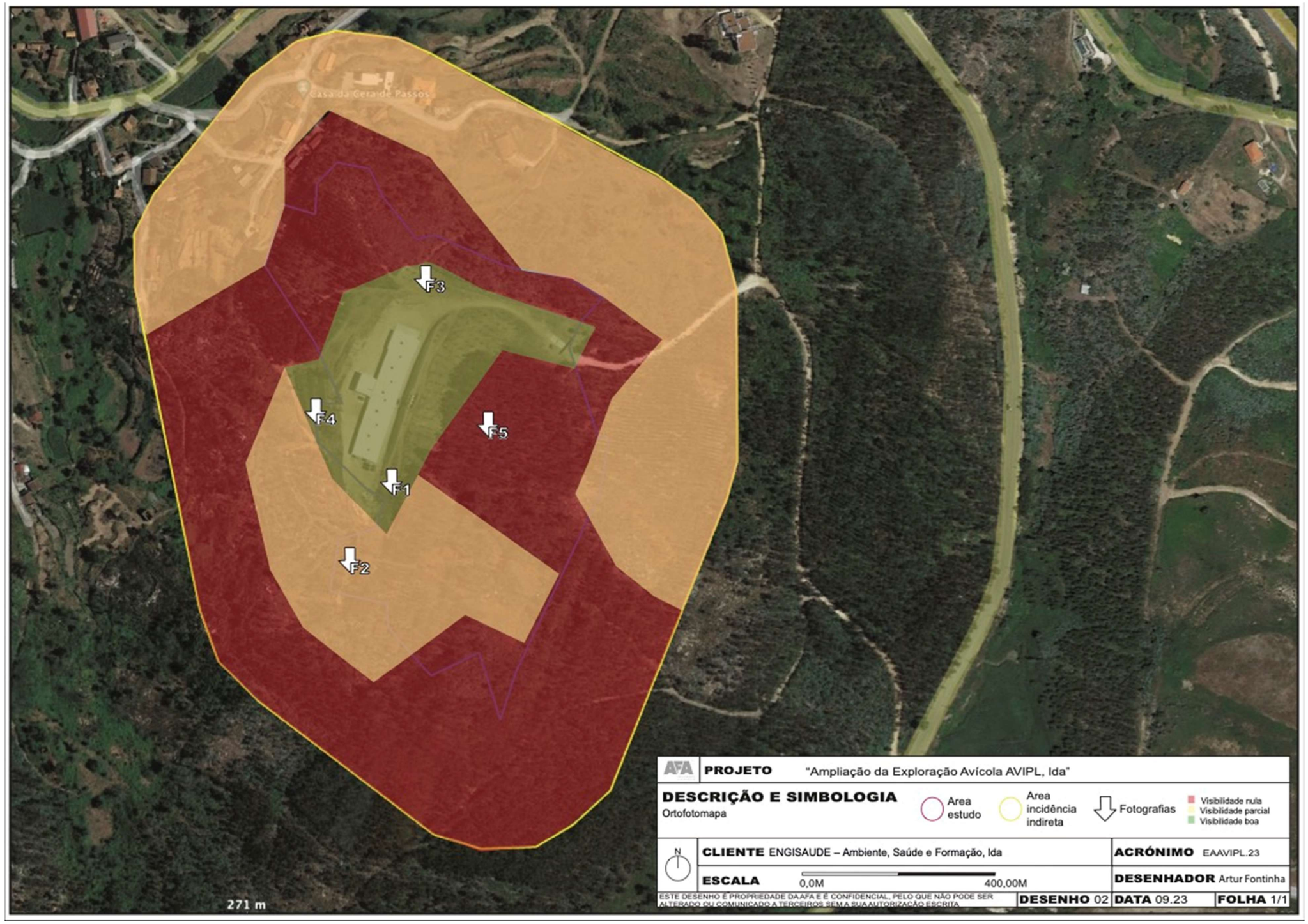
ACRÓNIMO EAAVIPL.23

ESCALA 1/25000

DESENHADOR Artur Fontinha

ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA AFA E É CONFIDENCIAL, PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA

DESENHO 01 **DATA** 21.08.23 **FOLHA** 1/1


Casa da Gera de Passos
F1
F2
F3
F4
F5
271 m
AFA
PROJETO "Ampliação da Exploração Avícola AVIPL, lda"
DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA
Ortofotomapa
Area estudo
Area incidência indireta
Fotografias
Visibilidade nula
Visibilidade parcial
Visibilidade boa
N
CLIENTE ENGISAUDE – Ambiente, Saúde e Formação, lda
ACRÓNIMO EAAVIPL.23
ESCALA 0,0M 400,00M
DESENHADOR Artur Fontinha
ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA AFA E É CONFIDENCIAL, PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA
DESENHO 02
DATA 09.23
FOLHA 1/1

7.5 Comprovativo de envio do relatório à entidade

Direção Regional de Cultura do Centro
Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes 208
3000-122 Coimbra

DATA: 28/09/2023

N/REFERÊNCIA:	**S/REFERÊNCIA:**	**S/DATA:**
AFA2023-898		

ASSUNTO: Envio Relatório

Exmos.(as) Senhores(as),

Vimos por este meio enviar Relatório Final do Estudo de Impacte Ambiental do projeto de “Ampliação da Exploração Avícola AVIPL, lda”

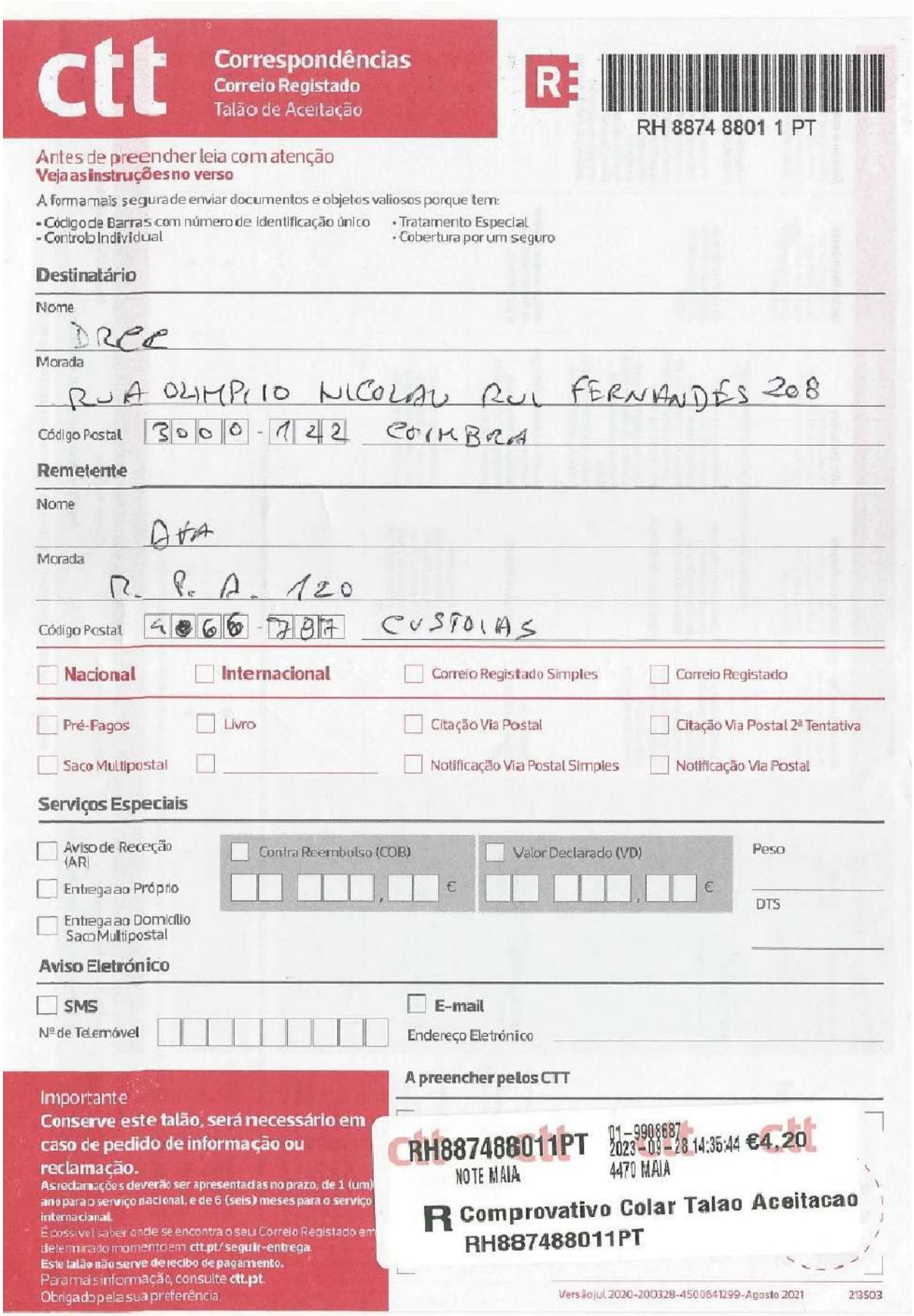
Despacho de autorização S-2023/620602(C.S:1695901)

Melhores Cumprimentos,

Custóias

Artur Fontinha, Dr. Gerente

Folha 1



ctt Correspondências
Correio Registado
Talão de Aceitação

RH 8874 8801 1 PT

Antes de preencher leia com atenção
Veja as instruções no verso

A forma mais segura de enviar documentos e objetos valiosos porque tem:
- Código de Barras com número de identificação único
- Controlo Individual
- Tratamento Especial
- Cobertura por um seguro

Destinatário

Nome: DREE

Morada: RUA OLIMPIO NICOLAU RUI FERNANDES 208

Código Postal: 3000 - 142 COIMBRA

Remetente

Nome: DFA

Morada: R. P. A. 120

Código Postal: 4466 - 787 CUSTOIAS

☐ **Nacional** ☐ **Internacional** ☐ Correio Registado Simples ☐ Correio Registado

☐ Pré-Pagos ☐ Livro ☐ Citação Via Postal ☐ Citação Via Postal 2ª Tentativa

☐ Saco Multipostal ☐ _____ ☐ Notificação Via Postal Simples ☐ Notificação Via Postal

Serviços Especiais

☐ Aviso de Receção (AR)
☐ Entrega ao Próprio
☐ Entrega ao Domicílio Saco Multipostal

☐ Contra Reembolso (COB) ☐☐ ☐☐☐,☐☐ €

☐ Valor Declarado (VD) ☐☐ ☐☐☐,☐☐ €

Peso _____

DTS _____

Aviso Eletrónico

☐ **SMS** Nº de Telemóvel ☐☐☐☐☐☐☐☐☐

☐ **E-mail** Endereço Eletrónico _____

Importante
Conserve este talão, será necessário em caso de pedido de informação ou reclamação.
As reclamações deverão ser apresentadas no prazo de 1 (um) ano para o serviço nacional, e de 6 (seis) meses para o serviço internacional.
É possível saber onde se encontra o seu Correio Registado em determinado momento em ctt.pt/seguir-entrega.
Este talão não serve de recibo de pagamento.
Para mais informação, consulte ctt.pt.
Obrigado pela sua preferência.

A preencher pelos CTT

RH887488011PT
NOTE MAIA
01-9908687
2023-09-28 14:35:44 €4,20
4470 MAIA

R Comprovativo Colar Talao Aceitacao
RH887488011PT

Versão jul.2020-200328-4500641299-Agosto 2021 213503

8 Comprovativos de recolha de Resíduos e Subprodutos

apa agência portuguesa do ambiente

ESTADO Concluída (certificado de receção)

CÓDIGO DOCUMENTO PT20230224350967
CÓDIGO VERIFICAÇÃO a78b3d6e5c4ef29f

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde à GAR vigente, aceda a 'https://siliamb.apambiente.pt' e no link 'Consultar Documentos', indique o código do documento e de verificação apresentados.

e-GAR GUIA ELETRÓNICA DE ACOMPANHAMENTO DE RESÍDUOS

PRODUTOR/DETENTOR

NIF/NIPC	510805256
ORGANIZAÇÃO	AVI PL, lda
ESTABELECIMENTO	AVI PL, Lda (APA05619223)
MORADA	Lugar do Passal
LOCALIDADE	Pinheiro, Oliveira de Frades
CÓDIGO POSTAL	3680-176
CONCELHO	Oliveira de Frades
NOTA DE VALIDAÇÃO	Validação efetuada eletronicamente pelo produtor/detentor do resíduo. Guia válida para circulação.

RESÍDUO

	DADOS ORIGINAIS	DADOS FINAIS/CORRIGIDOS
DESIGNAÇÃO	Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas	Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas
QUANTIDADE (KG)	18,0 (dezoito quilos)	18,0 (dezoito quilos)
CÓDIGO LER	150110 - (*) Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas	150110 - (*) Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas
OPERAÇÃO	R13 - Armazenamento de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde os resíduos foram produzidos)	R13 - Armazenamento de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde os resíduos foram produzidos)

TRANSPORTADOR

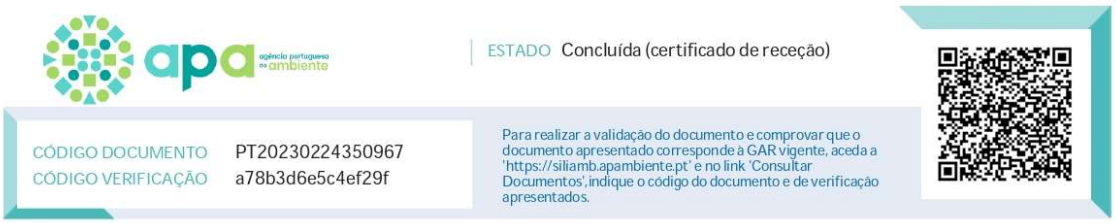
Nº ORDEM	NIF/NIPC	ORGANIZAÇÃO	MATRÍCULA	DATA INÍCIO TRANSPORTE	HORA INÍCIO TRANSPORTE
1	502069732	Correia & Correia, Lda	18-FI-79	2023/02/27	10:30

OPERADOR DE GESTÃO DE RESÍDUOS

NIF/NIPC	502069732
ORGANIZAÇÃO	Correia & Correia, Lda
ESTABELECIMENTO	CORREIA & CORREIA, LDA - SERTÃ (APA00036026)
MORADA	Zona Industrial da Sertã
LOCALIDADE	Sertã
CÓDIGO POSTAL	6100-711
CONCELHO	Sertã

Declaro que as informações prestadas são verdadeiras, assumindo inteira responsabilidade pelas mesmas, ficando ciente que a prestação de informações falsas é punível nos termos gerais da lei penal.

PÁG. 1/2



Declaro que as informações prestadas são verdadeiras, assumindo inteira responsabilidade pelas mesmas, ficando ciente que a prestação de informações falsas é punível nos termos gerais da lei penal.

PÁG. 2/2

carbovete
técnica agro-pecuária, lda.

DECLARAÇÃO

Carbovete – Técnica Agro Pecuária, Lda, sita em Zona Industrial de Vilar de Besteiros, Pavilhão 18, 3465-190 Vilar de Besteiros – Tondela, informa que recepciona os resíduos de embalagens de medicamentos e de produtos de uso veterinário ou não resíduos desses produtos e medicamentos entregues por Avi PL, Lda., contribuinte nº510 805 256 com sede em Lugar do Passal, Pinheiro de Lafões, 3680-176 Oliveira de Frades.

CARBOVETE, Técnica Agro-Pecuárua, Lda
Contribuinte nº 501 457 569
Telef 232 449 719 • Fax 232 441 732
Zona Indústrial de Vila de Besteiros, Pav 18
3465-190 TONDELA

(Tiago Carbó)

Vilar de Besteiros, 15 de Julho de 2019

Zona Industrial de Vilar de Besteiros, Pav. 18 – 3465-190 Tondela
Tlm: 917 815 390 * Fax: 232 441 732 * Telef. Escrit. 232 449 719
Email: geral@carbovete.pt

Nutrofertil
NUTRIÇÃO E FERTILIZANTES

Declaração

Para os devidos e legais efeitos, se declara que a Nutrofertil - Nutrição e Fertilizantes, Lda, com morada na Zona EUS, nº1150, NIF 500615896, registada com o Nº de Controlo Veterinário BST 021 e Nº de Identificação PT-BST 021 – CE, , está disponível para receber nas suas instalações, em Santiago de Besteiros, efluentes pecuários na forma de estrumes e chorumes provenientes da Instalação Avi PL, Lda, NIF 510805256, sita no Lugar do Passal - 3680-176, Pinheiro de Lafões, com número de registo 373/2020.

A presente declaração é válida pelo prazo de um ano.

Santiago de Besteiros, 26 de outubro de 2023

Nutrofertil
NUTRIÇÃO E FERTILIZANTES
Zona EUS nº1150 3465-157 Santiago de Besteiros
Tel.: (+351) 232 852 157 Fax.: (+351) 232 852 4...

Nutrofertil
Nutrição e Fertilizantes, Lda
Morada: Zona EUA nº1150 3465-157
Santiago de Besteiros
Tel: 232852157
Email: info@nutrofertil.com
NIF: 500 615 896
www.nutrofertil.com

R-LAG Unipessoal Lda.

Declaração

Declaro para os devidos efeitos, que a empresa R-LAG Unipessoal Lda, com Nif nº 514056339, se compromete a recolher os subprodutos de categoria 2, na empresa AviPL Lda Nif nº501805256, com sede em Lugar do Passal, Pinheiro de Lafões, 3680-176 Oliveira de Frades e entrega os mesmos, na empresa Luís Leal & Filhos, SA, sita em Rua Pedro Hispano 3700-536 Arrifana, devidamente autorizada para a sua transformação e eliminação, de acordo com as guias de transporte.

Castro Daire, 18 de Fevereiro de 2021

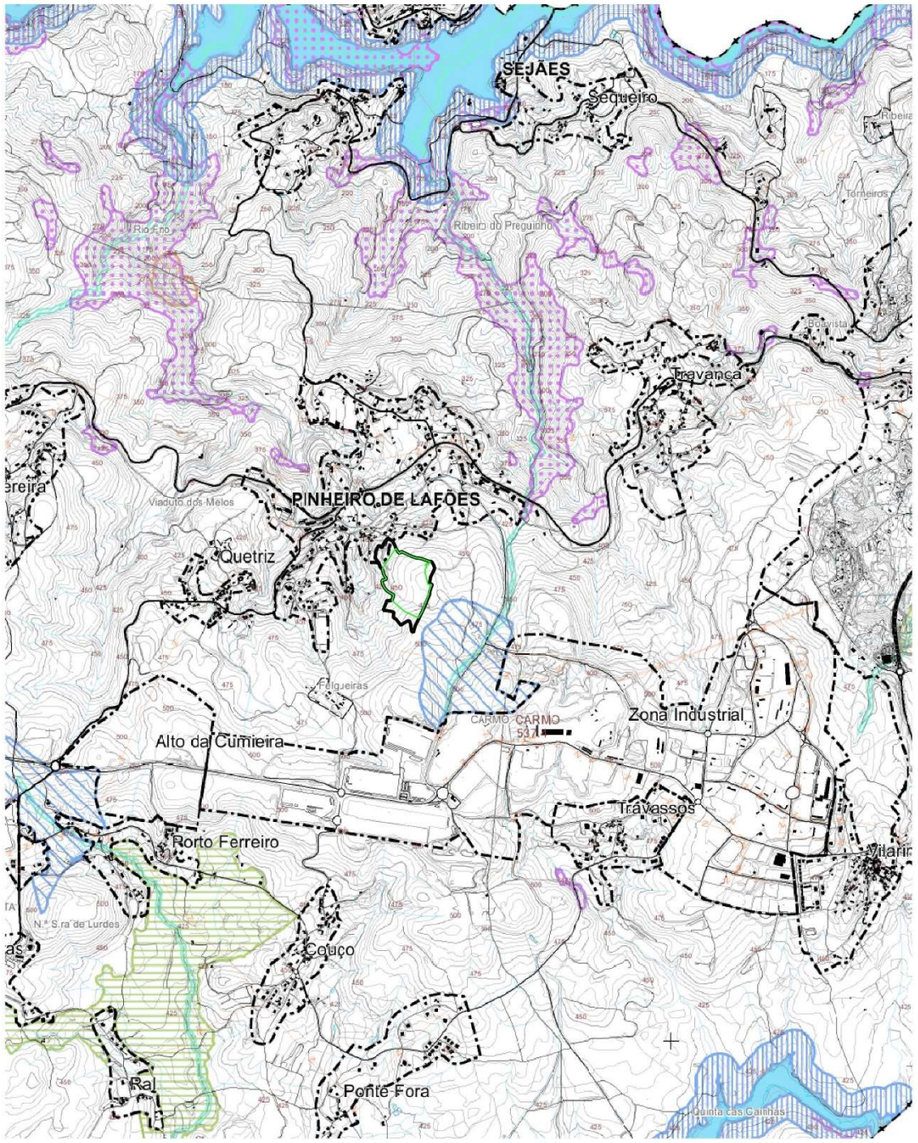
Liliana Almeida Gonçalves

(Liliana Almeida Gonçalves)

R-LAG
Recolha Subprodutos Animal categoria 2
Nif. 514 056 339
3600-458 Lamas * Castro-Daire

Morada: Rua do Corgo nº80 – Lamas - 3600-458 Castro Daire.
Nif: 514056339 **Contato: 926878040**

9 Áreas Regulamentares



1:25 000

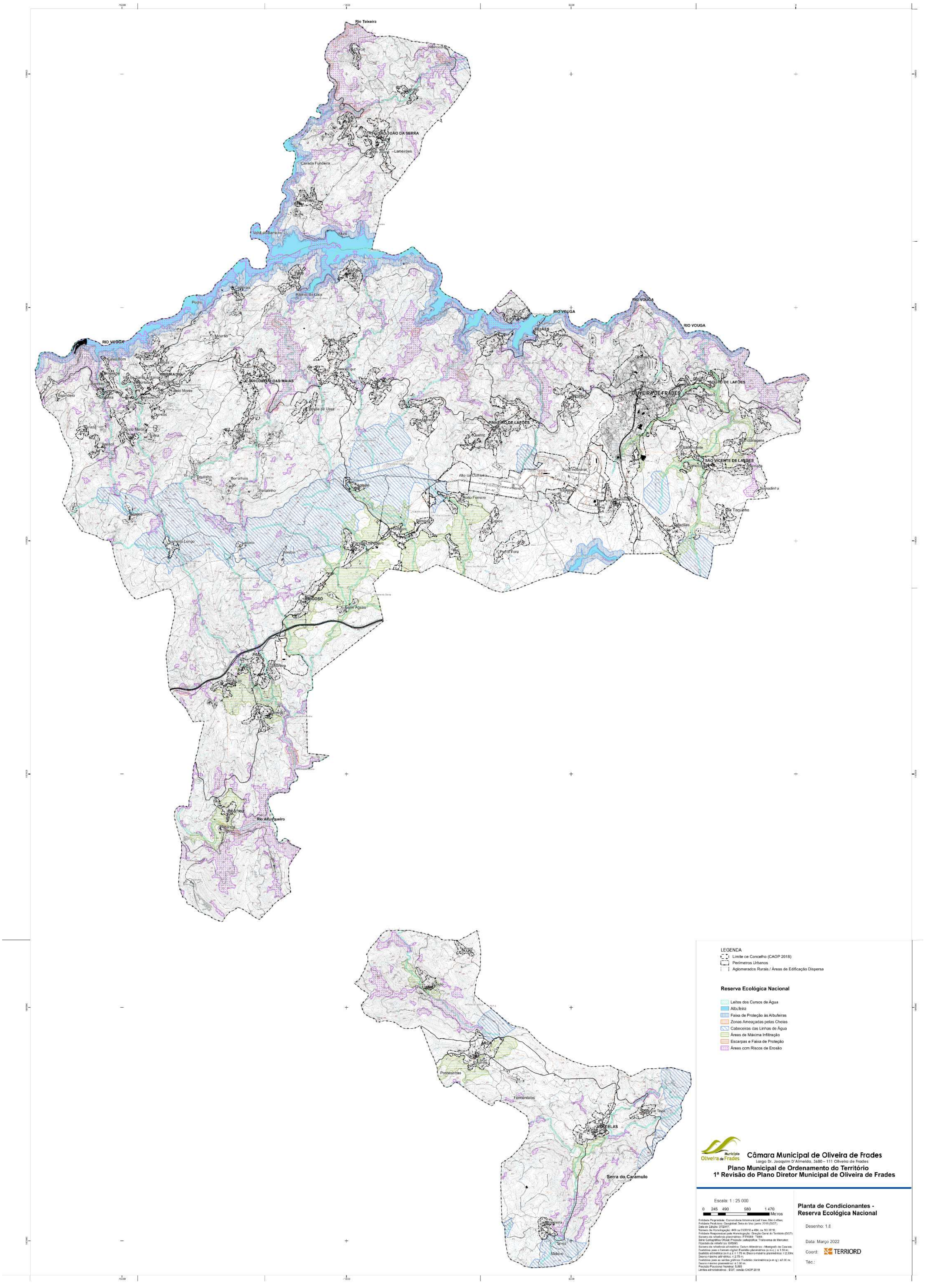
delimitação da exploração (vedação)

Propriedade

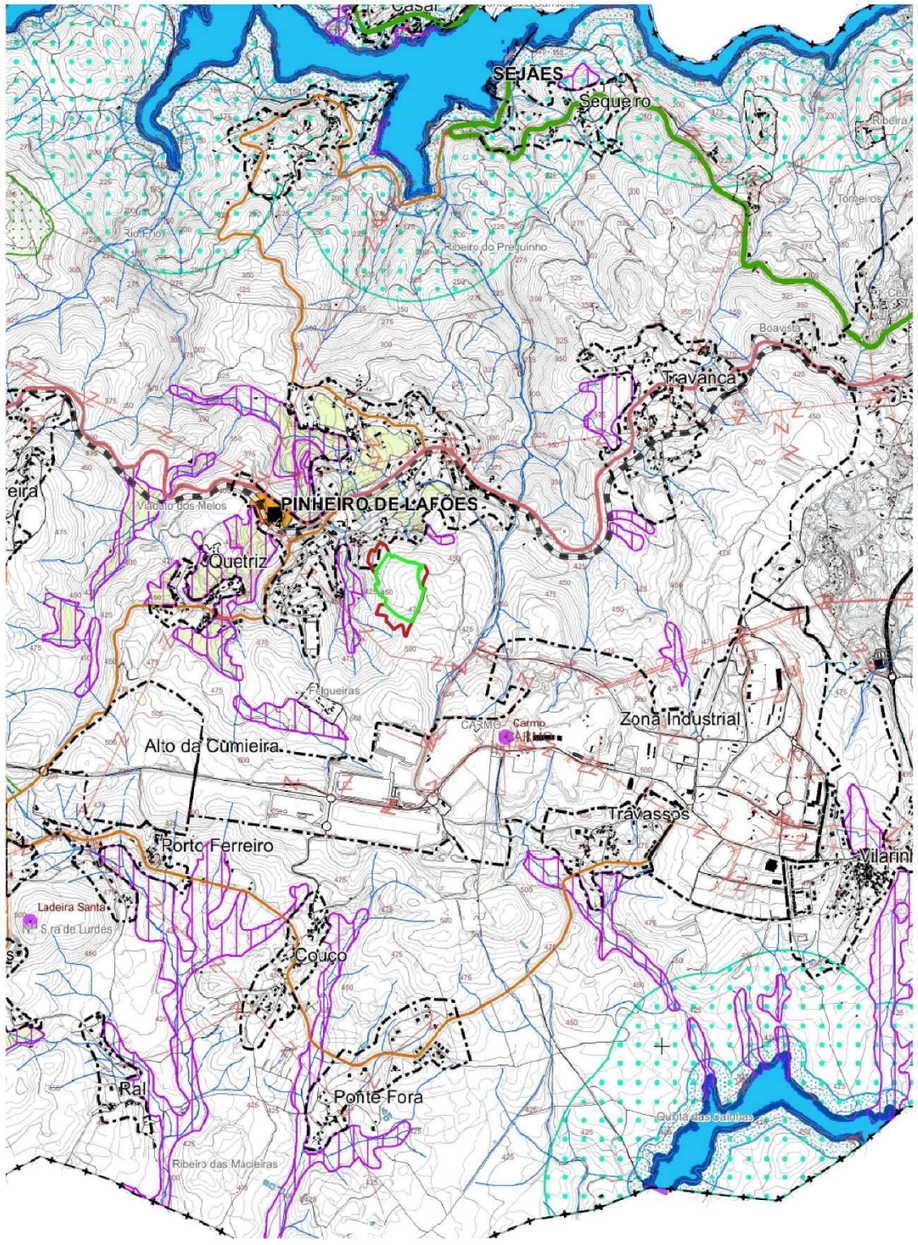
I. 8 Planta de Condicionante_REN_alterado

Engisaúde
Ambiente, Saúde e Formação

Proponente: AVI PL, Unipessoal, Lda
Assunto: Ampliação da exploração avícola - Estudo de Impacte Ambiental
Título: Condicionantes - REN
Carta n.º: 7 A
Data: dezembro 2023



Rio Teixeira
Marcico
Carcal
Covelinho
SÃO JOÃO DA SERRA
Lameirões
Cavada Fundeira
Bispeira
Volta do Barreiro
Muro
Cadavais
Ribeiro da Gaia
Pedro
Mourão
RIO VOUGA
Casal Bom
Candosa
Vinhas
RIBEIRADIO
Vila de Santo António
Portela
Calvário
Belo Monte
Barreiro
Nogueira
Espindelo
Pinheiro
Quintãs
Parada
Souto Maior
Soma
Passos
ARCOZELO DAS MAIAS
Santa Cruz
Póvoa de Ussa
Póvoa
Soutinho
Bornalhais
Feitalinho
Antelas
Alagoa
Carreiro Longo
Ladário
Alto da Cumieira
Porto Ferreiro
Sobreiro
Pereiras
Paredes de Gravo
REIGOSO
Entre Águas
Pinhão
Sobreira
DESTRIZ
Rio Alfusqueiro
Ribança
SEJÃES
RIO VOUGA
Travanca
PINHEIRO DE LAFÕES
Quetriz
Zona Industrial
Travassos
OLIVEIRA DE FRADES
Cabeço
Ladeira
Olheiros
SOUTO DE LAFÕES
Sandonagens
São Vicente
SÃO VICENTE DE LAFÕES
Corredoura
Sernada
Sernadinha
São Tiaguinho
Cassiço
Porto Fora
Arcal
Covelo
ARCA
Pinhão
Pontesinhas
Fermentelos
Monte Tezo
VARZIELAS
Serra do Caramulo
Bezerreira
Terrol
Mideiro
LEGENDA
Limite de Concelho (CAOP 2018)
Perímetros Urbanos
Aglomerados Rurais / Áreas de Edificação Dispersa
Reserva Ecológica Nacional
Leitos dos Cursos de Água
Albufeira
Faixa de Proteção às Albufeiras
Zonas Ameaçadas pelas Cheias
Cabeceiras das Linhas de Água
Áreas de Máxima Infiltração
Escarpas e Faixa de Proteção
Áreas com Riscos de Erosão
Município Oliveira de Frades
Câmara Municipal de Oliveira de Frades
Largo Dr. Joaquim D'Almeida, 3680 – 111 Oliveira de Frades
Plano Municipal de Ordenamento do Território
1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira de Frades
Escala: 1 : 25 000
0 245 490 980 1 470 Metros
Planta de Condicionantes - Reserva Ecológica Nacional
Desenho: 1.8
Data: Março 2022
Coord: TERRIORD
Téc.:



delimitação da exploração (vedação)

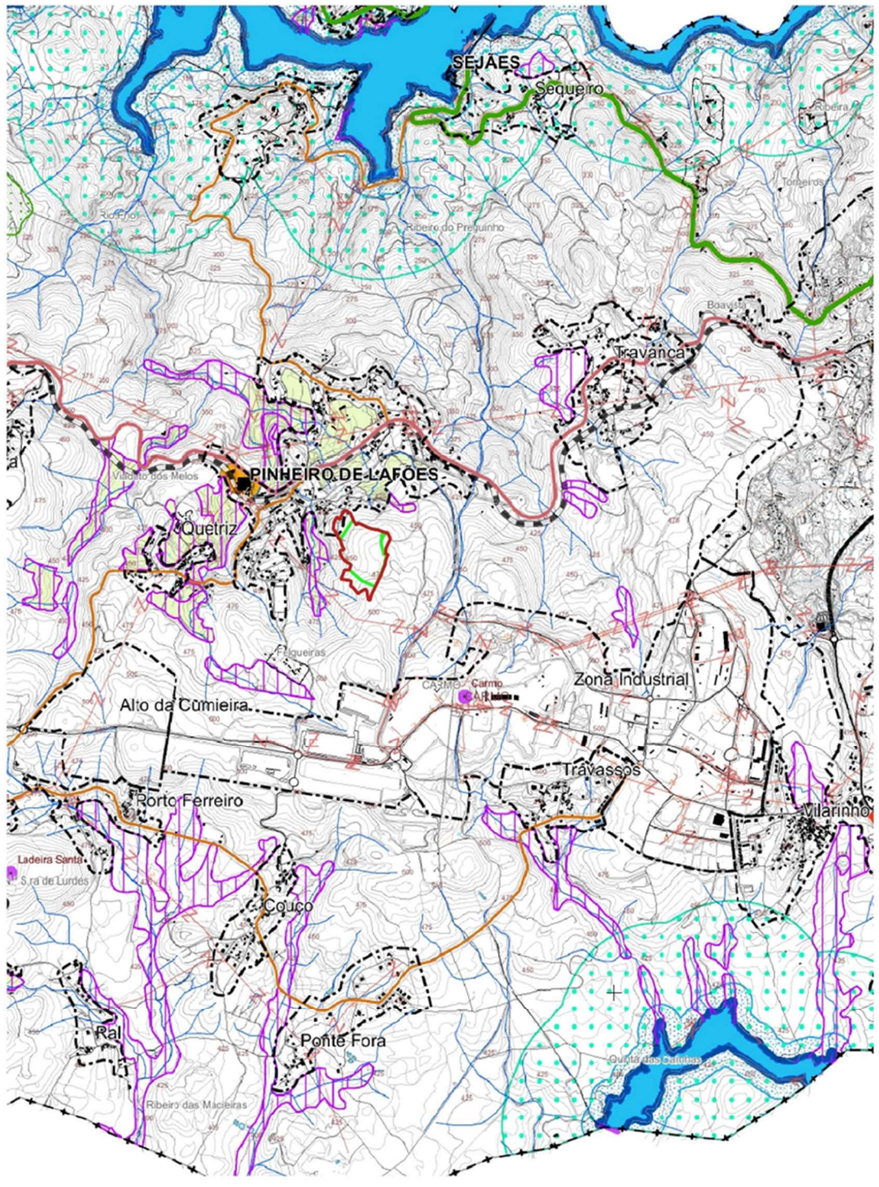
Propriedade

I. 7 Planta de Condicionantes_geral_alterado

1:25 000

Engisaúde
Ambiente, Saúde e Formação

Proponente: AVI PL, Unipessoal, Lda
Assunto: Ampliação da exploração avícola - Estudo de Impacte Ambiental
Título: RAN
Carta n.º: 8 A
Data: dezembro 2023

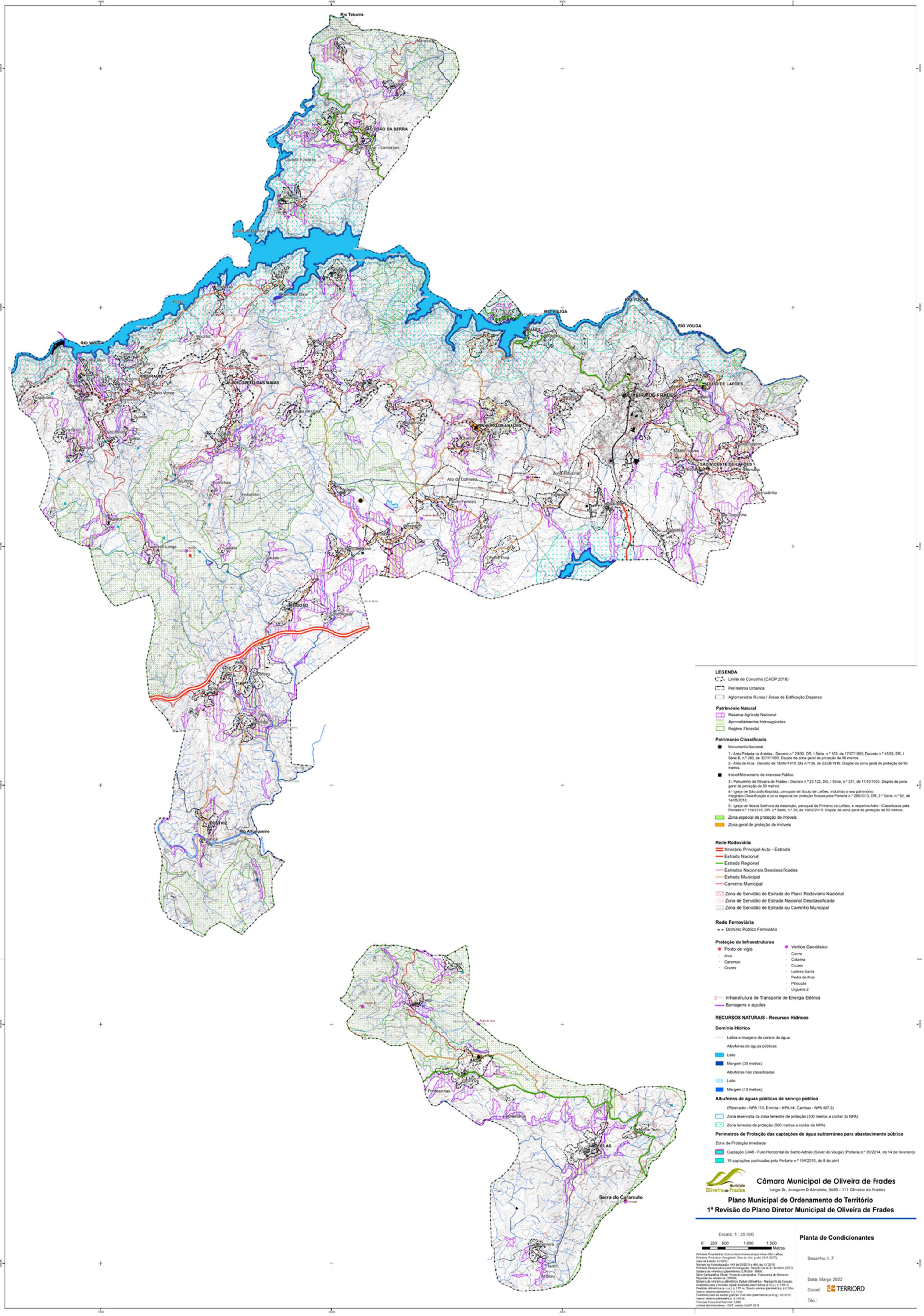


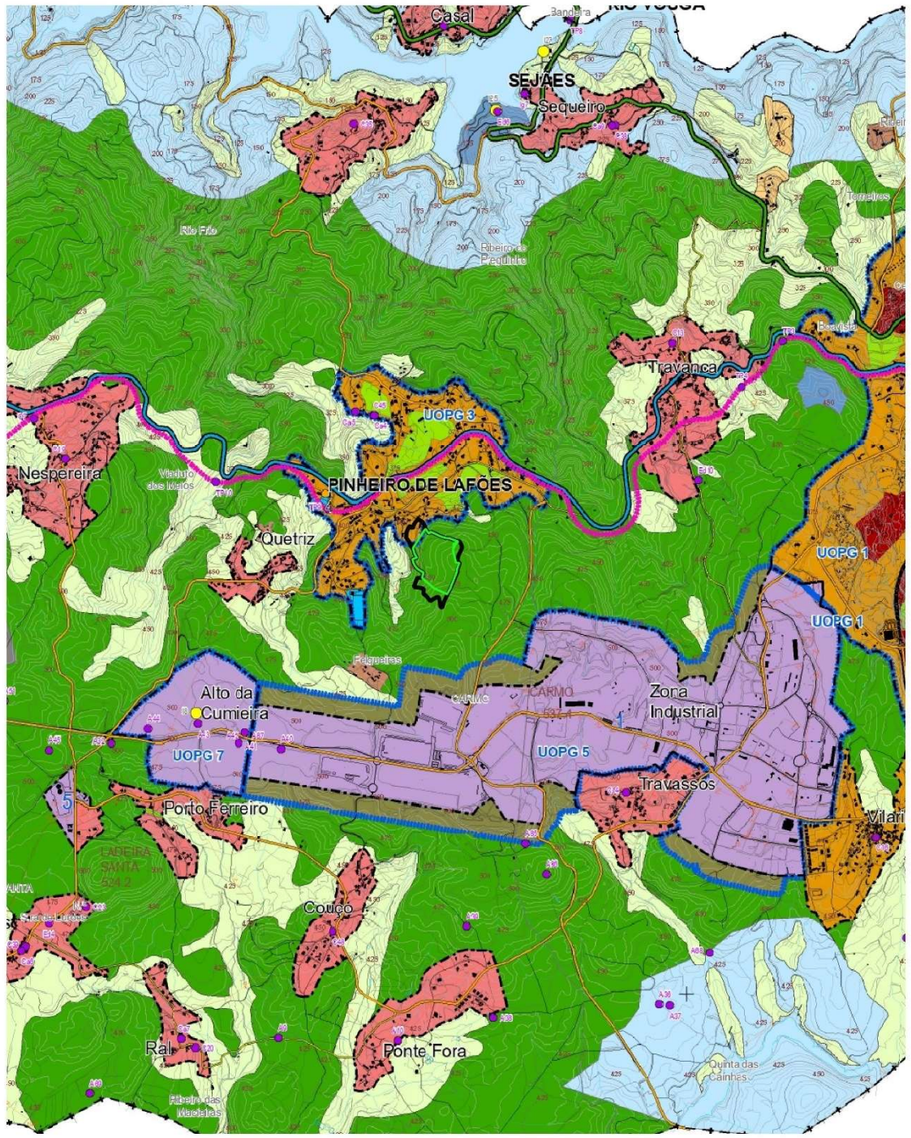
Propriedade
delimitação da exploração (vedação)

I. 7 Planta de Condicionantes_geral_alterado

1:25 000

Proponente: AVI PL, Unipessoal, Lda
Assunto: Ampliação da exploração avícola - Estudo de Impacte Ambiental
Título: Condicionantes
Carta n.º: 9 A
Data: dezembro 2023


Rio Teixeira
SÃO JOÃO DA SERRA
RIO VOUGA
RIBEIRADIO
ARCOZELO DAS MAIAS
PINHEIRO DE LAFÕES
OLIVEIRA DE FRADES
SOUTO DE LAFÕES
SÃO VICENTE DE LAFÕES
REIGOSO
DESTRIZ
Rio Alfusqueiro
ARCA
Serra do Caramulo
LEGENDA
Limite de Concelho (CAOP 2018)
Perímetros Urbanos
Aglomerados Rurais / Áreas de Edificação Dispersa
Património Natural
Reserva Agrícola Nacional
Aproveitamentos hidroagrícolas
Regime Florestal
Património Classificado
Monumento Nacional
1 - Anta Pintada de Antelas - Decreto n.º 29/90, DR, I Série, n.º 163, de 17/07/1990; Decreto n.º 45/93, DR, I Série B, n.º 280, de 30/11/1993. Dispõe de zona geral de proteção de 50 metros.
2 - Anta de Arca - Decreto de 16/06/1910, DG n.º136, de 23/06/1910. Dispõe de zona geral de proteção de 50 metros.
Imóvel/Monumento de Interesse Público
3 - Pelourinho de Oliveira de Frades - Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11/10/1933. Dispõe de zona geral de proteção de 50 metros.
4 - Igreja de São João Baptista, paroquial de Souto de Lafões, incluindo o seu património integrado.Classificação e zona especial de proteção fixadas pela Portaria n.º 286/2013, DR, 2.ª Série, n.º 92, de 14/05/2013.
5 - Igreja de Nossa Senhora da Assunção, paroquial de Pinheiro de Lafões, e respetivo Adro - Classificada pela Portaria n.º 119/2015, DR, 2.ª Série, n.º 35, de 19/02/2015. Dispõe de zona geral de proteção de 50 metros.
Zona especial de proteção de imóveis
Zona geral de proteção de imóveis
Rede Rodoviária
Itinerário Principal Auto - Estrada
Estrada Nacional
Estrada Regional
Estradas Nacionais Desclassificadas
Estrada Municipal
Caminho Municipal
Zona de Servidão de Estrada do Plano Rodóviario Nacional
Zona de Servidão de Estrada Nacional Desclassificada
Zona de Servidão de Estrada ou Caminho Municipal
Rede Ferroviária
Domínio Público Ferroviário
Proteção de Infraestruturas
Posto de vigia
Arca
Caramulo
Cruzes
Vertice Geodésico
Carmo
Catarina
Cruzes
Ladeira Santa
Pedra de Arca
Pinoucas
Urgueira 2
Infraestrutura de Transporte de Energia Elétrica
Barragens e açudes
RECURSOS NATURAIS - Recursos Hídricos
Domínio Hídrico
Leitos e margens de cursos de água
Albufeiras de águas públicas
Leito
Margem (30 metros)
Albufeiras não classificadas
Leito
Margem (10 metros)
Albufeiras de águas públicas de serviço público
(Ribeiradio - NPA 110, Ermida - NPA 44, Cainhas - NPA 407,5)
Zona reservada da zona terrestre de proteção (100 metros a contar do NPA)
Zona terrestre de proteção (500 metros a contar do NPA)
Perímetros de Proteção das captações de água subterrânea para abastecimento público
Zona de Proteção Imediata
Captação C046 - Furo Horizontal de Santo Adrião (Sever do Vouga) (Portaria n.º 39/2014, de 14 de fevereiro)
19 captações publicadas pela Portaria n.º 194/2010, de 8 de abril
Município Oliveira de Frades
Câmara Municipal de Oliveira de Frades
Largo Dr. Joaquim D'Almeida, 3680 – 111 Oliveira de Frades
Plano Municipal de Ordenamento do Território
1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira de Frades
Escala: 1 : 25 000
0 250 500 1.000 1.500 Metros
Planta de Condicionantes
Desenho: I. 7
Data: Março 2022
Coord: TERRIORD
Téc.:



delimitação da exploração (vedação)

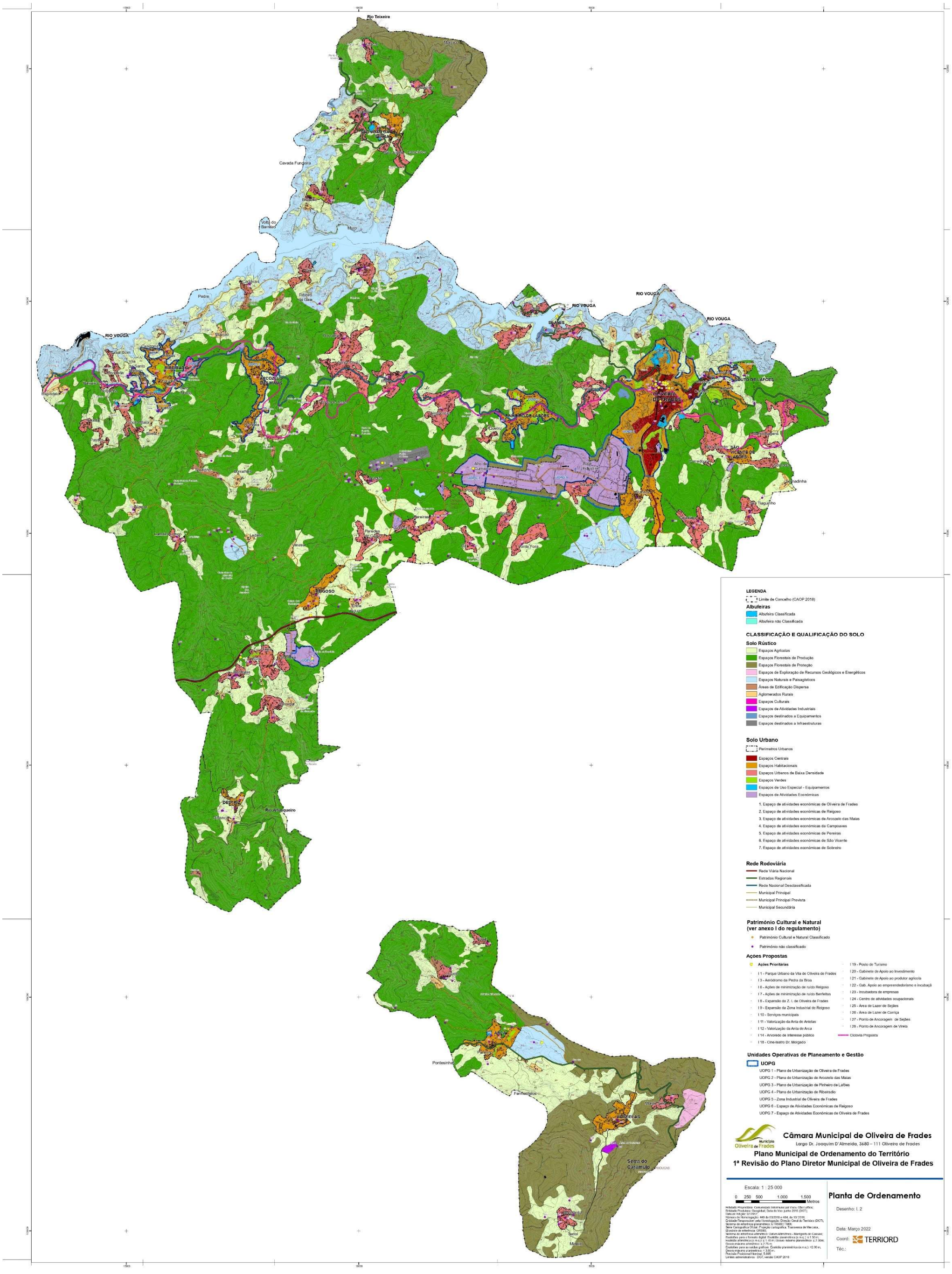
Propriedade

I. 2 Planta de Ordenamento_ClassificacaoSolo_page-0001_

1:25 000

Engisaúde
Ambiente, Saúde e Formação

Proponente: AVI PL, Unipessoal, Lda
Assunto: Ampliação da exploração avícola - Estudo de Impacte Ambiental
Título: Ordenamento
Carta n.º: 10 A
Data: dezembro 2023



LEGENDA

Limite de Concelho (CAOP 2018)

Albufeiras
- Albufeira Classificada
- Albufeira não Classificada

CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO

Solo Rústico
- Espaços Agrícolas
- Espaços Florestais de Produção
- Espaços Florestais de Proteção
- Espaços de Exploração de Recursos Geológicos e Energéticos
- Espaços Naturais e Paisagísticos
- Áreas de Edificação Dispersa
- Aglomerados Rurais
- Espaços Culturais
- Espaços de Atividades Industriais
- Espaços destinados a Equipamentos
- Espaços destinados a Infraestruturas

Solo Urbano
- Perímetros Urbanos
- Espaços Centrais
- Espaços Habitacionais
- Espaços Urbanos de Baixa Densidade
- Espaços Verdes
- Espaços de Uso Especial - Equipamentos
- Espaços de Atividades Económicas
  1. Espaço de atividades económicas de Oliveira de Frades
  2. Espaço de atividades económicas de Reigoso
  3. Espaço de atividades económicas de Arcozelo das Maias
  4. Espaço de atividades económicas da Campoaves
  5. Espaço de atividades económicas de Pereiras
  6. Espaço de atividades económicas de São Vicente
  7. Espaço de atividades económicas de Sobreiro

Rede Rodoviária
- Rede Viária Nacional
- Estradas Regionais
- Rede Nacional Desclassificada
- Municipal Principal
- Municipal Principal Prevista
- Municipal Secundária

Património Cultural e Natural (ver anexo I do regulamento)
- Património Cultural e Natural Classificado
- Património não classificado

Ações Propostas
- Ações Prioritárias
- I 1 - Parque Urbano da Vila de Oliveira de Frades
- I 3 - Aeródromo da Pedra da Broa
- I 6 - Ações de minimização de ruído Reigoso
- I 7 - Ações de minimização de ruído Benfeitas
- I 8 - Expansão da Z. I. de Oliveira de Frades
- I 9 - Expansão da Zona Industrial de Reigoso
- I 10 - Serviços municipais
- I 11 - Valorização da Anta de Antelas
- I 12 - Valorização da Anta de Arca
- I 14 - Arvoredo de interesse público
- I 15 - Cine-teatro Dr. Morgado
- I 19 - Posto de Turismo
- I 20 - Gabinete de Apoio ao Investimento
- I 21 - Gabinete de Apoio ao produtor agrícola
- I 22 - Gab. Apoio ao empreendedorismo e incubaçã
- I 23 - Incubadora de empresas
- I 24 - Centro de atividades ocupacionais
- I 25 - Área de Lazer de Sejães
- I 26 - Área de Lazer de Carriça
- I 27 - Ponto de Ancoragem de Sejães
- I 28 - Ponto de Ancoragem de Virela
- Ciclovia Proposta

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

UOPG
- UOPG 1 - Plano de Urbanização de Oliveira de Frades
- UOPG 2 - Plano de Urbanização de Arcozelo das Maias
- UOPG 3 - Plano de Urbanização de Pinheiro de Lafões
- UOPG 4 - Plano de Urbanização de Ribeiradio
- UOPG 5 - Zona Industrial de Oliveira de Frades
- UOPG 6 - Espaço de Atividades Económicas de Reigoso
- UOPG 7 - Espaço de Atividades Económicas de Oliveira de Frades

Município Oliveira de Frades

Câmara Municipal de Oliveira de Frades
Largo Dr. Joaquim D'Almeida, 3680 – 111 Oliveira de Frades

Plano Municipal de Ordenamento do Território
1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira de Frades

Escala: 1 : 25 000

0 250 500 1.000 1.500 Metros

Entidade Proponente: Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões;
Entidade Produtora: Geoglobal; Data do Voo: junho 2015 (DGT);
Data de edição: 3/7/2017;
Número de Homologação: 449 de 03/2018 e 484, de 10/ 2018;
Entidade Responsável pela Homologação: Direção Geral do Território (DGT);
Sistema de referência planimétrico: ETRS89/PTTM06;
Série Cartográfica Oficial: Projeção cartográfica: Transversa de Mercator;
Elipsóide de referência: GRS80;
Sistema de referência altimétrico: Datum Altimétrico - Marégrafo de Cascais;
Equidistâncias para o formato digital: Equidistância planimétrica (e.m.q.): ≤ 1.50 m;
Equidistância altimétrica (e.m.q.): ≤ 1.00 m; Desvio máximo planimétrico: ≤ 2.50m;
Desvio máximo altimétrico: ≤ 2.75 m;
Equidistâncias para as saídas gráficas: Equidistância planimétrica (e.m.q.): ≤2.00 m;
Desvio máximo planimétrico: ≤ 3.00 m;
Precisão Posicional Horizontal: 5,665
Limites administrativos: DGT, versão CAOP 2018

Planta de Ordenamento

Desenho: I. 2

Data: Março 2022

Coord: TERRIORD

Téc.:

10 Relatório de Ruido

RELATÓRIO DE RUÍDO AMBIENTAL

CRITÉRIO DE INCOMODIDADE

DETERMINAÇÃO DO NÍVEL SONORO MÉDIO DE LONGA DURAÇÃO

Requerente:	AVI PL, LDA.
Local do Ensaio:	Lugar do Passal, Pinheiro de Lafões, 368-176, Oliveira de Frades
Tipo de Atividade	Exploração Avícola
Horário de Funcionamento:	00:00 às 24:00
Referência do Relatório:	RA232108A
Data de Emissão:	03/09/23

Ref.ª:TP01/0

O conteúdo deste relatório é confidencial, deve ser utilizado exclusivamente pelos intervenientes diretos e para os fins a que se destina, não podendo ser divulgado sem autorização expressa da Ambiteste. Os resultados apresentados referem-se exclusivamente aos itens ensaiados. Este documento não pode ser reproduzido parcialmente.

Rua Dr. César Anjo Lote 7 R/C E 3510-009 Viseu | Fax 232181851 | Contatos 965656913 | e-mail: ambiteste@gmail.com | www.ambiteste.pt

Índice

1. Identificação do Cliente 3
2. Objetivo 3
3. Descrição do Trabalho 3
3.1 Procedimentos, Normalização e Ensaios Realizados 3
3.2 Instrumentação 3
4. Condições Atmosféricas 4
5. Local das Medições e Fontes Sonoras 4
6. Resultados das Medições 5
6.1 Critério de Incomodidade 5
6.1.1 Período Diurno 5
6.1.2 Período de Entardecer 6
6.1.3 Período Noturno 6
6.2 Determinação do Nível Sonoro Médio de Longa Duração 7
7. Conclusões 9
7.1 Critério de Incomodidade (alínea b) do n.º 1 do artigo 13º do RGR) 9
7.2 Determinação do Nível Sonoro Médio de Longa Duração (nº 1 do art.º 11º do RGR) 9

O conteúdo deste relatório é confidencial, deve ser utilizado exclusivamente pelos intervenientes diretos e para os fins a que se destina, não podendo ser divulgado sem autorização expressa da Ambiteste. Os resultados apresentados referem-se exclusivamente aos itens ensaiados. Este documento não pode ser reproduzido parcialmente.

Rua Dr. César Anjo Lote 7 R/C E 3510-009 Viseu | Fax 232181851 | Contatos 965656913 | e-mail: ambiteste@gmail.com | www.ambiteste.pt

1. Identificação do Cliente

Cliente	AVI PL, LDA.
Morada	Lugar do Passal, Pinheiro de Lafões, 368-176, Oliveira de Frades

2. Objetivo

Este estudo teve como objetivo avaliar o impacte sonoro provocado pelo funcionamento da "AVI PL, LDA.", ou seja, verificar o cumprimento da alínea b) do *n.º 1 do artigo 13º* (critério incomodidade) e o *n.º 1 do artigo 11º* (Determinação do Nível Sonoro Médio de Longa Duração), do Regulamento Geral do Ruído (RGR), aprovado pelo *Decreto-Lei 9/2007*, de 17 de Janeiro.

3. Descrição do Trabalho

3.1 Procedimentos, Normalização e Ensaios Realizados

Ensaio	**Documento de Referência/Procedimento**	**Ensaio(s) realizado(s)**
Medição de níveis de pressão sonora. Determinação do nível sonoro médio de longa duração	NP ISO 1996-1:2021 NP ISO 1996-2:2021 PE 001_RA:2022-05-02	**x**
Medição dos níveis de pressão sonora. Determinação do nível sonoro contínuo equivalente	NP ISO 1996-1:2021 NP ISO 1996-2:2021 PE 007_LAEQ:2022-05-02	
Medição dos níveis de pressão sonora. Critério de incomodidade	NP ISO 1996-1:2021 NP ISO 1996-2:2021 Anexo I do Decreto-Lei nº 9/2007 PE 001_RA:2022-05-02	**x**

Nota: A conformidade legal é efectuada de acordo com a legislação, normalização e guias em vigor, não estando prevista outra regra de decisão.

3.2 Instrumentação

Equipamento		**Marca**	**Modelo**	**Nº Serie**	**Entidade Calibradora**	**Nº do Certificado**	**Data**	**KIT Equipamento utilizado**
Sonómetro (SON01)	KIT 1	Bruel & Kjaer	2250	2600335	ISQ	VACV4-23-1C	31-01-23	**X**
						CACV11-23-1C	31-01-23	
Calibrador (CLB03)		Bruel & Kjaer	4231	2664997	ISQ	CACV10-23-1C	31-01-23	
Estação Meteorológica (EMT01)	KIT M	Airflow	TA440	TA4401029002 e TA4401029002	ISQ	CGAS918/20	31-08-20	**X**
						CHUM2423/20	24-08-20	

O conteúdo deste relatório é confidencial, deve ser utilizado exclusivamente pelos intervenientes diretos e para os fins a que se destina, não podendo ser divulgado sem autorização expressa da Ambiteste. Os resultados apresentados referem-se exclusivamente aos itens ensaiados. Este documento não pode ser reproduzido parcialmente.

Rua Dr. César Anjo Lote 7 R/C E 3510-009 Viseu | Fax 232181851 | Contatos 965656913 | e-mail: ambiteste@gmail.com | www.ambiteste.pt

4. Condições Atmosféricas

Condições Atmosféricas

Ponto Nº	1	Nº amostra	Velocidade Vento (m/s)	Temperatura (°C)	Humidade (%)	Direção Vento
P. Diurno	1º dia	Amostra1	2,4	26,3	53	SO e SSE
		Amostra2	2,3	27,4	51	
		Amostra3	2,4	28,1	52	
	2º dia	Amostra1	2,6	26,5	52	
		Amostra2	3,7	26,7	51	
		Amostra3	3,1	25,5	49	
P. Entardecer	1º dia	Amostra1	2,2	22,9	58	
		Amostra2	1,8	23,3	58	
		Amostra3	2,4	21,1	60	
	2º dia	Amostra1	2,3	18,0	56	
		Amostra2	2,6	18,0	53	
		Amostra3	2,1	18,1	52	
P. Noturno	1º dia	Amostra1	1,1	15,9	62	
		Amostra2	0,9	15,5	62	
		Amostra3	1,5	16,0	59	
	2º dia	Amostra1	1,4	15,7	59	
		Amostra2	1,1	16,2	64	
		Amostra3	0,8	15,9	63	
hs (altura da fonte)	hr (altura do recetor)	D (distância na horizontal entre a fonte e o recetor e altura da fonte)		Verifica condição? $\frac{hs+hr}{D} \geq 0,1$		Janelas Meteorológicas
4	4	140		Não		Favorável

5. Local das Medições e Fontes Sonoras

De seguida, apresenta-se um quadro com a localização do local da medição, assim como as principais fontes sonoras:

LOCAIS DAS MEDIÇÕES E FONTES SONORAS

Local de amostragem	LOCALIZAÇÃO	RUÍDOS DA ACTIVIDADE	RUÍDOS EXTERNOS	N. Veículos Ligeiros	N. Veículos Pesados	N. Veículos Motorizados
Ponto 1	Ver figura seguinte	Circulação de viaturas, pessoas a falar e ruído de aves.	Tráfego automóvel circundante, ruídos naturais e atividades humanas agrícolas.	Diurno:0 Entardecer:0 Noturno:0	Diurno:0 Entardecer: 0 Noturno: 0	Diurno:0 Entardecer:0 Noturno:0

O conteúdo deste relatório é confidencial, deve ser utilizado exclusivamente pelos intervenientes diretos e para os fins a que se destina, não podendo ser divulgado sem autorização expressa da Ambiteste. Os resultados apresentados referem-se exclusivamente aos itens ensaiados. Este documento não pode ser reproduzido parcialmente.

Rua Dr. César Anjo Lote 7 R/C E 3510-009 Viseu | Fax 232181851 | Contatos 965656913 | e-mail: ambiteste@gmail.com | www.ambiteste.pt

6. Resultados das Medições

As medições foram efetuadas (quando aplicável) de forma a satisfazer o Guia prático para medições de ruído ambiente da APA (Agencia Portuguesa do Ambiente) - no contexto do Regulamento Geral do Ruído.

6.1 Critério de Incomodidade

Os valores obtidos para os parâmetros que caraterizam o som total (atividade em funcionamento) e o som residual (atividade parada), quando aplicável, são apresentados, para todos os períodos de referência **Diurno, Entardecer e Noturno**.

6.1.1 Período Diurno

SOM TOTAL *PERÍODO DIURNO dB(A)*

Local de amostragem	Amostra	Data	Início	Fim	$L_{Aeq,T}$	$L_{AIm,T}$	K1	K2	$L_{Ar,T\ dia}$	$L_{Ar,T}$
Ponto 1	1	21/08/2023	14:03:44	14:18:44	42,2	45,5	0	0	42,2	42,3
	2		14:30:21	14:45:21	41,4	44,4	0	0	41,4	
	3		15:02:10	15:17:10	42,3	45,9	0	0	42,3	
	4	23/08/2023	09:01:14	09:16:14	43,3	44,3	0	0	43,3	
	5		09:20:33	09:35:33	42,1	44,6	0	0	42,1	
	6		10:12:13	10:27:13	42,0	44,3	0	0	42,0	

NOTA:K1 - correção tonal de acordo com o anexo I do Dec. Lei 9/2007
K2 - correção impulsiva de acordo com o anexo I do Dec. Lei 9/2007
LAr, T - nível de avaliação de acordo com o anexo I do Dec. Lei 9/2007

Interpretados os resultados obtidos da análise de frequência em banda de um terço de oitava, ponderação (A), conclui-se que não existem caraterísticas tonais nas amostras recolhidas, sendo K_1 = 0 dB(A).

Igualmente, da interpretação do $L_{Aeq,T}$ e o $L_{AIM,T}$ conclui-se que não existem caraterísticas impulsivas, sendo K_2 = 0 dB(A).

De seguida, apresentam-se os resultados obtidos.

RESULTADOS - CRITÉRIO DE INCOMODIDADE PERÍODO DIURNO

Ponto	$T_{ruído\ particular}$	[b] q (%)	[c] Resultado [dB(A)]	[a] Valor Limite
1	13,0	**100,0**	42	**c)**

a) Valor limite segundo a alínea b), n.º 1, artigo 13º, do Decreto de Lei n.º 9/2007, de 17 Janeiro;
b) Valor da relação percentual (q) entre a duração acumulada de ocorrência do ruído particular e a duração total do período de referência. c) Caso o valor do Indicador LAeq do ruído Ambiente interior seja igual ou inferior a 27 dB(A) ou o valor do Indicador LAeq do ruído Ambiente exterior seja igual ou inferior a 45 dB(A), não é aplicado o Critério de Incomodidade, conforme previsto no artigo 13.º, ponto 5 do D.L. 9/2007.

O conteúdo deste relatório é confidencial, deve ser utilizado exclusivamente pelos intervenientes diretos e para os fins a que se destina, não podendo ser divulgado sem autorização expressa da Ambiteste. Os resultados apresentados referem-se exclusivamente aos itens ensaiados. Este documento não pode ser reproduzido parcialmente.

Rua Dr. César Anjo Lote 7 R/C E 3510-009 Viseu | Fax 232181851 | Contatos 965656913 | e-mail: ambiteste@gmail.com | www.ambiteste.pt

6.1.2 Período de Entardecer

SOM TOTAL *PERÍODO ENTARDECER dB(A)*

Local de amostragem	Amostra	Data	Início	Fim	$L_{Aeq,T}$	$L_{AIm,T}$	K1	K2	$L_{Ar,T\ dia}$	$L_{Ar,T}$
Ponto 1	1	21/08/2023	20:05:10	20:20:10	41,1	43,3	0	0	41,1	40,6
	2		20:20:55	20:35:55	41,6	42,6	0	0	41,6	
	3		20:36:19	20:51:19	42,0	42,8	0	0	42,0	
	4	23/08/2023	22:00:17	22:15:17	39,8	42,0	0	0	39,8	
	5		22:15:49	22:30:49	39,4	41,7	0	0	39,4	
	6		22:32:01	22:47:01	38,9	41,8	0	0	38,9	

NOTA:K1 - correção tonal de acordo com o anexo I do Dec. Lei 9/2007
K2 - correção impulsiva de acordo com o anexo I do Dec. Lei 9/2007
LAr, T - nível de avaliação de acordo com o anexo I do Dec. Lei 9/2007

Interpretados os resultados obtidos da análise de frequência em banda de um terço de oitava, ponderação (A), conclui-se que não existem caraterísticas tonais nas amostras recolhidas, sendo K_1 = 0 dB(A).

Igualmente, da interpretação do $L_{Aeq,T}$ e o $L_{AIM,T}$ conclui-se que não existem caraterísticas impulsivas, sendo K_2 = 0 dB(A).

De seguida, apresentam-se os resultados obtidos.

RESULTADOS - CRITÉRIO DE INCOMODIDADE PERÍODO ENTARDECER

Ponto	$T_{ruído\ particular}$	[b] q (%)	[c] Resultado [dB(A)]	[a] Valor Limite
1	3,0	**100,0**	41	**c)**

a) Valor limite segundo a alínea b), n.º 1, artigo 13º, do Decreto de Lei n.º 9/2007, de 17 Janeiro;
b) Valor da relação percentual (q) entre a duração acumulada de ocorrência do ruído particular e a duração total do período de referência.
c) Caso o valor do Indicador LAeq do ruído Ambiente interior seja igual ou inferior a 27 dB(A) ou o valor do Indicador LAeq do ruído Ambiente exterior seja igual ou inferior a 45 dB(A), não é aplicado o Critério de Incomodidade, conforme previsto no artigo 13.º, ponto 5 do D.L. 9/2007.

6.1.3 Período Noturno

SOM TOTAL *PERÍODO NOCTURNO dB(A)*

Local de amostragem	Amostra	Data	Início	Fim	$L_{Aeq,T}$	$L_{AIm,T}$	K1	K2	$L_{Ar,T\ dia}$	$L_{Ar,T}$
Ponto 1	1	22/08/2023	01:00:19	01:15:19	40,0	41,2	0	0	40,0	40,1
	2		01:15:50	01:30:50	39,9	42,2	0	0	39,9	
	3		01:31:48	01:46:48	39,8	43,1	0	0	39,8	
	4	24/08/2023	06:07:33	06:22:33	39,2	43,0	0	0	39,2	
	5		06:22:58	06:37:58	40,5	42,1	0	0	40,5	
	6		06:38:39	06:53:39	41,1	42,2	0	0	41,1	

NOTA:K1 - correção tonal de acordo com o anexo I do Dec. Lei 9/2007
K2 - correção impulsiva de acordo com o anexo I do Dec. Lei 9/2007
LAr, T - nível de avaliação de acordo com o anexo I do Dec. Lei 9/2007

Interpretados os resultados obtidos da análise de frequência em banda de um terço de oitava, ponderação (A), conclui-se que não existem caraterísticas tonais nas amostras recolhidas, sendo K_1 = 0 dB(A).

O conteúdo deste relatório é confidencial, deve ser utilizado exclusivamente pelos intervenientes diretos e para os fins a que se destina, não podendo ser divulgado sem autorização expressa da Ambiteste. Os resultados apresentados referem-se exclusivamente aos itens ensaiados. Este documento não pode ser reproduzido parcialmente.

Rua Dr. César Anjo Lote 7 R/C E 3510-009 Viseu | Fax 232181851 | Contatos 965656913 | e-mail: ambiteste@gmail.com | www.ambiteste.pt

Igualmente, da interpretação do $L_{Aeq,T}$ e o $L_{AIM,T}$ conclui-se que não existem caraterísticas impulsivas, sendo K_2 = 0 dB(A).

De seguida, apresentam-se os resultados obtidos.

RESULTADOS - CRITÉRIO DE INCOMODIDADE PERÍODO NOCTURNO

Ponto	$T_{ruído\ particular}$	[b] q (%)	[c] Resultado [dB(A)]	[a] Valor Limite
1	8,0	**100,0**	40	**c)**

a) Valor limite segundo a alínea b), n.º 1, artigo 13º, do Decreto de Lei n.º 9/2007, de 17 Janeiro;
b) Valor da relação percentual (q) entre a duração acumulada de ocorrência do ruído particular e a duração total do período de referência. c) Caso o valor do Indicador LAeq do ruído Ambiente interior seja igual ou inferior a 27 dB(A) ou o valor do Indicador LAeq do ruído Ambiente exterior seja igual ou inferior a 45 dB(A), não é aplicado o Critério de Incomodidade, conforme previsto no artigo 13.º, ponto 5 do D.L. 9/2007.

6.2 Determinação do Nível Sonoro Médio de Longa Duração

Os valores obtidos para os parâmetros que caraterizam o ruído ambiente são apresentados, para os períodos amostrados, de forma a caraterizar a componente acústica da zona.

SOM TOTAL *PERÍODOS DIURNO, ENTARDECER, NOCTURNO dB(A)*

Local de amostragem	Período	Amostra	Data	Início	Fim	$L_{Aeq,T}$ Parcial	$L_{Aeq,período}$	L_{den}
Ponto 1	**Diurno**	1	21/08/2023	14:03:44	14:18:44	42,2	42,3	**47**
		2		14:30:21	14:45:21	41,4		
		3		15:02:10	15:17:10	42,3		
		4	23/08/2023	09:01:14	09:16:14	43,3		
		5		09:20:33	09:35:33	42,1		
		6		10:12:13	10:27:13	42,0		
	Entardecer	1	21/08/2023	20:05:10	20:20:10	41,1	40,6	
		2		20:20:55	20:35:55	41,6		
		3		20:36:19	20:51:19	42,0		
		4	23/08/2023	22:00:17	22:15:17	39,8		
		5		22:15:49	22:30:49	39,4		
		6		22:32:01	22:47:01	38,9		
	Nocturno	1	22/08/2023	01:00:19	01:15:19	40,0	40,1	
		2		01:15:50	01:30:50	39,9		
		3		01:31:48	01:46:48	39,8		
		4	24/08/2023	06:07:33	06:22:33	39,2		
		5		06:22:58	06:37:58	40,5		
		6		06:38:39	06:53:39	41,1		

NOTA: Caso o valor de L_{den} e L_n seja menor ou inferior em 10 dB(A) ao limite regulamentar aplicável, pode ser dispensável a recolha de amostras adicionais, de acordo com o Guia Prático APA – Outubro 2011 .
No valor de Lden está incluído o valor da Correção Meteorológica.

O conteúdo deste relatório é confidencial, deve ser utilizado exclusivamente pelos intervenientes diretos e para os fins a que se destina, não podendo ser divulgado sem autorização expressa da Ambiteste. Os resultados apresentados referem-se exclusivamente aos itens ensaiados. Este documento não pode ser reproduzido parcialmente.

Rua Dr. César Anjo Lote 7 R/C E 3510-009 Viseu | Fax 232181851 | Contatos 965656913 | e-mail: ambiteste@gmail.com | www.ambiteste.pt

De seguida comparam-se os resultados obtidos com os respetivos valores limite.

RESULTADOS - VALORES LIMITE DE EXPOSIÇÃO dB(A)

Ponto	L_{den}	[a] Valor Limite zona mista	[a] Valor Limite sem classificação	[a] Valor Limite zona sensível	L_n	[a] Valor Limite zona mista	[a] Valor Limite zona sensível
Ponto 1	47	**65**	**63**	**55**	40	**55**	**45**

(a) Valores limite segundo o artigo 11º, do Dec. Lei n.º 9/2007, de 17 Janeiro

O conteúdo deste relatório é confidencial, deve ser utilizado exclusivamente pelos intervenientes diretos e para os fins a que se destina, não podendo ser divulgado sem autorização expressa da Ambiteste. Os resultados apresentados referem-se exclusivamente aos itens ensaiados. Este documento não pode ser reproduzido parcialmente.

Rua Dr. César Anjo Lote 7 R/C E 3510-009 Viseu | Fax 232181851 | Contatos 965656913 | e-mail: ambiteste@gmail.com | www.ambiteste.pt

7. Conclusões

Face aos resultados obtidos concluímos o seguinte:

7.1 Critério de Incomodidade (alínea b) do n.º 1 do artigo 13º do RGR)

- Verificou-se que para os resultados obtidos, não é aplicado o Critério de Incomodidade para o local amostrado, encontrando-se assim em cumprimento legal.

7.2 Determinação do Nível Sonoro Médio de Longa Duração (nº 1 do art.º 11º do RGR)

- Se a zona for classificada como sensível **verificam-se os níveis de ruído** permitido para zonas sensíveis, para os parâmetros L_{den}, e L_n.

- Se a zona for classificada como mista **verificam-se os níveis de ruído** permitido para zonas mistas, para os parâmetros L_{den}, e L_n.

- Se a zona ainda não tiver classificação **verificam-se os níveis de ruído** permitido para zonas sem classificação, para os parâmetros L_{den}, e L_n.

Assinado por: **Luís Paulo Rodrigues Simões**
Num. de Identificação: 10388179
Data: 2023.09.03 20:21:53+01'00'

X

Responsável Técnico - Luis Simões, Engº

Nota: Os resultados finais das medições/cálculos, que constam neste relatório do (s) ensaio(s) acústico de Ruído Ambiental, não apresentam nem contabilizam a incerteza, a fim de serem comparados com os valores-limite estabelecidos no RGR (Decreto-Lei nº 9/2007 de 17 de Janeiro).

O conteúdo deste relatório é confidencial, deve ser utilizado exclusivamente pelos intervenientes diretos e para os fins a que se destina, não podendo ser divulgado sem autorização expressa da Ambiteste. Os resultados apresentados referem-se exclusivamente aos itens ensaiados. Este documento não pode ser reproduzido parcialmente.

Rua Dr. César Anjo Lote 7 R/C E 3510-009 Viseu | Fax 232181851 | Contatos 965656913 | e-mail: ambiteste@gmail.com | www.ambiteste.pt

Digitally signed by ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade
Date: 2023/02/17 17:45 UTC

Laboratório de Ensaios Físicos

IPAC acreditação L0268 ISO/IEC 17025 Ensaios

ilac-MRA

Organismo de Verificação Metrológica

CERTIFICADO DE VERIFICAÇÃO

Despacho I.P.Q. 762/2023

NÚMERO 245.71 / VACV4/23

ENTIDADE:

NOME	Ambiteste - Tecnologias Ambientais, Lda.
ENDEREÇO	Rua Dr. César Anjo, Lote 7 - R/C - 3510-009 Viseu -

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO:

DESIGNAÇÃO:	Sonómetro Integrador			
CONSTITUIÇÃO:	SONÓMETRO	MICROFONE	PRÉ AMPLIFICADOR	CALIBRADOR
MARCA	Brüel & Kjær	Brüel & Kjær	Brüel & Kjær	Brüel & Kjær
MODELO	2250	4189	ZC 0032	4231
Nº DE SÉRIE	2600335	2643896	8397	2664997

CARACTERÍSTICAS METROLÓGICAS:

CLASSE DE EXATIDÃO	1
INTERVALO DE INDICAÇÃO	Gama medição 20-140 dB (A)
RESOLUÇÃO DO DISPOSITIVO	0,1 dB
DESPACHO APROVAÇÃO DE MODELO	245.70.05.3.16 de 11/04/2005

OPERAÇÃO EFECTUADA:

TIPO	Primeira Verificação
DATA	31/01/2023
MÉTODO	Comparação
DOCUMENTO DE REFERÊNCIA	Proc. Interno PO.M-DM/ACUS 02 Rev. 01
	Portaria 977/09 de 1 de Setembro de 2009
RASTREABILIDADE METROLÓGICA	Tensão contínua e alternada - Lab. Metrol. Eléct. ISQ (Portugal)
	Frequência - UTC (GPS)
	Nível de pressão sonora - Danak (Dinamarca)
RESULTADO	Aprovado.

Nota: Ao abrigo da Portaria 977/09 de 1 setembro, que aprova o Regulamento do Controlo Metrologico Legal dos Sonómetros, a operação associada a este Certificado de Verificação, é válida por 1 ano, após a data da sua realização.

Etiqueta nº. 2023-001-431473-0

O presente Certificado de Verificação só pode ser reproduzido no seu todo e apenas se refere ao(s) item(s) ensaiado(s).

A data de emissão do presente documento corresponde à data da assinatura digital.

Elaborado por

Ana Colaço

Responsável pela validação

Ana Colaço

O IPAC é signatário do Acordo de Reconhecimento Mútuo da EA e do ILAC para ensaios, calibrações e inspeções. IPAC is a signatory to the EA MLA and a ILAC MRA for testing, calibration and inspection
Este documento só pode ser reproduzido na íntegra, exceto quando autorização por escrito do ISQ. This document may not be reproduced other than in full, except with the prior written approval of the issuing laboratory.
Os resultados apresentados referem-se apenas aos equipamentos ensaiados/calibrados. The reported results relate only to the equipment tested/calibrated.

DM/064.05/21

labmetro@isq.pt http://metrologia.isq.pt
Av. Prof. Cavaco Silva, 33 • Taguspark • 2740-120 Oeiras • Portugal • Tel.: +351 214 228 100

O conteúdo deste relatório é confidencial, deve ser utilizado exclusivamente pelos intervenientes diretos e para os fins a que se destina, não podendo ser divulgado sem autorização expressa da Ambiteste. Os resultados apresentados referem-se exclusivamente aos itens ensaiados. Este documento não pode ser reproduzido parcialmente.

CERTIFICADO DE VERIFICAÇÃO - cont.

Despacho I.P.Q. 762/2023

NÚMERO 245.71 / VACV4/23

Características Acústicas

Calibrador acústico	CONFORME
Condições de referência	CONFORME
Ponderação em frequência	CONFORME
Ruído inerente	CONFORME

Características Eléctricas

Ponderação em frequência	CONFORME
Ponderação no tempo	CONFORME
Linearidade escala de referência/escalas	CONFORME
Resposta a sinais de curta duração	CONFORME
Indicação de sinais de pico em ponderação C	CONFORME
Indicação de sobrecarga	CONFORME

O IPAC é signatário do Acordo de Reconhecimento Mútuo da EA e do ILAC para ensaios, calibrações e inspeções. IPAC is a signatory to the EA MLA and a ILAC MRA for testing, calibration and inspection
Este documento só pode ser reproduzido na íntegra, exceto quando autorização por escrito do ISQ. This document may not be reproduced other than in full, except with the prior written approval of the issuing laboratory.
Os resultados apresentados referem-se apenas aos equipamentos ensaiados/calibrados. The reported results relate only to the equipment tested/calibrated.

Elaborado por

Ana Colaço

Responsável pela validação

Ana Colaço

DM/064.05/21

labmetro@isq.pt http://metrologia.isq.pt
Av. Prof. Cavaco Silva, 33 • Taguspark • 2740-120 Oeiras • Portugal • Tel.: +351 214 228 100

O conteúdo deste relatório é confidencial, deve ser utilizado exclusivamente pelos intervenientes diretos e para os fins a que se destina, não podendo ser divulgado sem autorização expressa da Ambiteste. Os resultados apresentados referem-se exclusivamente aos itens ensaiados. Este documento não pode ser reproduzido parcialmente.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ACREDITAÇÃO
PORTUGUESE ACCREDITATION INSTITUTE
Rua António Gião, 2-4º 2829-513 CAPARICA Portugal
Tel +351.212 948 201 Fax +351.212 948 202
acredita@ipac.pt www.ipac.pt

Anexo Técnico de Acreditação L0525-1

Accreditation Technical Annex

A entidade a seguir indicada está acreditada como **Laboratório de Ensaios**, segundo a norma **NP EN ISO/IEC 17025:2018**

The body indicated below is accredited as a Testing Laboratory according to ISO/IEC 17025

Ambiteste - Tecnologias Ambientais, Lda
Laboratório de Ensaios Acústicos da Ambiteste

Endereço / *Address* Rua Dr. César Anjo, lote 7, R/C E
3510-009 Viseu

Contacto / *Contact* Ana Maria Custódio

Telefone 965656913
Fax 232181851
E-mail ambiteste@gmail.com
Internet http://www.ambiteste.pt

Resumo do Âmbito Acreditado

Acústica e Vibrações

Accreditation Scope Summary

Acoustics and Vibrations

Nota: ver na(s) página(s) seguinte(s) a descrição completa do âmbito de acreditação.

Note: see in the next page(s) the detailed description of the accredited scope.

Este Anexo Técnico é válido desde 2022-11-04 e substitui o(s) anteriormente emitido(s) com o mesmo código.
Este Anexo Técnico pode ser sujeito a modificações, suspensões temporárias e eventual anulação, pelo que a sua atualização e validade devem ser confirmadas no Diretório de Entidades Acreditadas do IPAC, disponível em www.ipac.pt ou clicando na ligação abaixo:
http://www.ipac.pt/docsig/?P1W8-U15B-D7D9-39MN

This Technical Annex is valid from the date on the left and replaces those previously issued with the same code. Its validity can be checked in the website hyperlink on the left.

Os ensaios podem ser realizados segundo as seguintes categorias:

0 Ensaios realizados nas instalações permanentes do laboratório
1 Ensaios realizados fora das instalações do laboratório ou em laboratórios móveis
2 Ensaios realizados nas instalações permanentes do laboratório e fora destas

Testing may be performed according to the following categories:

0 *Testing performed at permanent laboratory premises*
1 *Testing performed outside the permanent laboratory premises or at a mobile laboratory*
2 *Testing performed at the permanent laboratory premises and outside*

O IPAC é signatário dos Acordos de Reconhecimento Mútuo da EA e do ILAC

IPAC is a signatory to the EA MLA and ILAC MRA

O conteúdo deste relatório é confidencial, deve ser utilizado exclusivamente pelos intervenientes diretos e para os fins a que se destina, não podendo ser divulgado sem autorização expressa da Ambiteste. Os resultados apresentados referem-se exclusivamente aos itens ensaiados. Este documento não pode ser reproduzido parcialmente.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ACREDITAÇÃO
PORTUGUESE ACCREDITATION INSTITUTE
Rua António Gião, 2-4º 2829-513 CAPARICA Portugal
Tel +351.212 948 201 Fax +351.212 948 202
acredita@ipac.pt www.ipac.pt

Anexo Técnico de Acreditação L0525-1

Accreditation Technical Annex

Ambiteste - Tecnologias Ambientais, Lda
Laboratório de Ensaios Acústicos da Ambiteste

Nº *Nr*	Produto *Product*	Ensaio *Test*	Método de Ensaio *Test Method*	Categoria *Category*
ACÚSTICA E VIBRAÇÕES *ACOUSTICS AND VIBRATIONS*				
1	Acústica de edifícios	Medição do isolamento a sons de percussão de pavimentos e determinação do índice de isolamento sonoro (excetuando o isolamento sonoro padronizado de baixa frequência em compartimentos de volume inferior a 25m^3)	NP EN ISO 16283-2:2021 NP EN ISO 717-2:2021	1
2	Acústica de edifícios	Medição do isolamento sonoro a sons aéreos de fachadas e elementos de fachada e determinação do índice de isolamento sonoro (excetuando o isolamento sonoro padronizado de baixa frequência em compartimentos de volume inferior a 25m^3) Método global com altifalante	NP EN ISO 16283-3:2017 NP EN ISO 717-1:2021	1
3	Acústica de edifícios	Medição do isolamento sonoro a sons aéreos entre compartimentos e determinação do índice de isolamento sonoro (excetuando o isolamento sonoro padronizado de baixa frequência em compartimentos de volume inferior a 25m^3)	NP EN ISO 16283-1:2014 NP EN ISO 16283-1:2014/A1:2017 NP EN ISO 717-1:2021	1
4	Acústica de edifícios	Medição do tempo de reverberação. Método da fonte interrompida	NP EN ISO 3382-1:2016	1
5	Acústica de edifícios	Medição do tempo de reverberação. Método da fonte interrompida (método de engenharia)	NP EN ISO 3382-2:2015	1
6	Acústica de edifícios	Medição dos níveis de pressão sonora de equipamentos de edifícios. Determinação do nível sonoro do ruído particular	NP EN ISO 16032:2009 Nota 4 do Documento LNEC, 10 de julho 2015	1
7	Ruído Ambiente	Medição de níveis de pressão sonora. Determinação do nível sonoro médio de longa duração	NP ISO 1996-1:2021 NP ISO 1996-2:2021 PE 001_RA:2022-05-02	1
8	Ruído Ambiente	Medição dos níveis de pressão sonora. Determinação do nível sonoro contínuo equivalente	NP ISO 1996-1:2021 NP ISO 1996-2:2021 PE 007_LAEQ:2022-05-02	1
9	Ruído Ambiente	Medição dos níveis de pressão sonora. Critério de incomodidade	NP ISO 1996-1:2021 NP ISO 1996-2:2021 Anexo I do Decreto-Lei nº 9/2007 PE 001_RA:2022-05-02	1
		FIM *END*		

Notas:
Notes:
- A acreditação para uma dada norma internacional abrange a acreditação para as correspondentes normas regionais adoptadas ou nacionais homologadas (i.e., "ISO abc" equivale a "EN ISO abc" e "NP EN ISO abc" ou UNE EN ISO abc, NF EN ISO abc, etc...)
- " PE 00n_XX " indica procedimento interno do laboratório.

O conteúdo deste relatório é confidencial, deve ser utilizado exclusivamente pelos intervenientes diretos e para os fins a que se destina, não podendo ser divulgado sem autorização expressa da Ambiteste. Os resultados apresentados referem-se exclusivamente aos itens ensaiados. Este documento não pode ser reproduzido parcialmente.